

Introdução

O meu trabalho de investigação está estruturado em cinco capítulos. O primeiro diz respeito à evolução histórica dos ciganos em Portugal, sendo referida a sua origem histórico-geográfica, que é discutida por diversos autores, pois nem todos partilham da mesma opinião quanto à origem deste grupo étnico. Faço ainda uma breve caracterização da população cigana a nível nacional, abordando a sua dimensão demográfica global e, também, a sua distribuição geográfica com base em vários estudos realizados a nível nacional.

No segundo capítulo, são referidos alguns aspectos ligados a esta cultura singular que caracteriza a população cigana, com destaque para os valores e as práticas culturais mais específicas e relevantes do grupo. Tentou-se que esta análise assumisse, tanto quanto possível, uma perspectiva dinâmica, identificando algumas tendências recentes de mutação que se estão a verificar nesta mesma cultura, resultantes, quer de processos gerais de transformação sócio - cultural, quer das políticas de integração social que têm sido implementadas, a nível nacional, e que visam promover a inclusão dos ciganos na sociedade portuguesa.

O terceiro capítulo está mais voltado para a discussão conceptual dos dois conceitos-chave da minha investigação. Com base em autores nacionais e estrangeiros, tento primeiramente defini-los e posteriormente relacioná-los, com o intuito de ver até que ponto existe de facto uma ligação entre a etnicidade cigana e a exclusão sócio - espacial. São ainda expostas algumas políticas sociais e urbanas inclusivas, que foram e têm sido implementadas ao longo dos tempos, e que, de um modo ou de outro, contribuem para atenuar certas desigualdades sociais e situações de exclusão social e espacial que afectam, em particular, a população cigana.

No capítulo seguinte, recorro ao tratamento e à análise da informação qualitativa, ou seja, à análise das entrevistas exploratórias que realizei a algumas instituições nacionais, e a alguns investigadores que dominam esta mesma temática, tentando compreender quais as opiniões de ambos os lados acerca das percepções de situações de exclusão e racismo relativas aos ciganos portugueses.

O último capítulo analítico é dedicado ao meu estudo de caso, estruturando-se a partir dos vários pontos-chave que procurei analisar e esclarecer com a realização dos inquéritos dirigidos à população cigana e não cigana de Tomar.

Inicialmente procedo a um enquadramento geográfico do território em estudo, e posteriormente descrevo a localização geográfica do acampamento do Flecheiro, onde está inserida a população cigana na cidade de Tomar. Relato também a situação e evolução histórica e sociográfica do grupo cigano presente neste local.

A maior parte da informação relativa aos ciganos é sustentada com base no tratamento e na análise manual dos inquéritos que lhes foram aplicados.

Por último, recorro à análise estatística da informação relativa aos inquéritos por questionário aplicados a 200 não ciganos residentes em Tomar.

1. Identificação e justificação da escolha do tema

O tema que escolhi, como referido anteriormente, aparece imerso nalguma polémica académica, mas sobretudo social e política, pois as perspectivas quanto aos factores que contribuem para a exclusão social e espacial da população cigana apresentam divergências, tornando-se, por vezes, controversas.

Na verdade, estamos perante um grupo étnico milenar, com séculos e séculos de história, e que é, provavelmente, a etnia não lusa que há mais tempo convive, de forma contínua, com a sociedade portuguesa, sem que tivesse perdido as características identitárias que, ainda hoje, possibilitam a sua distinção cultural.

Efectivamente, a população cigana distingue-se, a nível nacional, da cultura lusa maioritária, por ser detentora de valores e práticas culturais próprias, fortemente enraizadas, partilhando também ideais diferentes dos nossos.

Não se sabe ao certo a origem exacta da população cigana, existindo uma certa divergência de opiniões entre os autores quanto a este ponto, questão que se tornou perceptível durante as leituras que realizei ao longo deste trabalho.

Embora a maioria das leituras tenham sido mais descritivas e de cariz histórico, consegui compreender melhor os motivos ou as razões de uma certa exclusão e discriminação social para com esta etnia, decorrendo daí a minha curiosidade em saber quais os factores que poderão influenciar ou proporcionar estas situações.

Em termos empíricos, tentarei identificar e explicitar os factores que, de facto, provocam esta situação no caso do grupo étnico cigano residente na cidade de Tomar.

Escolhi este tema para poder explorar e adquirir mais conhecimentos dentro desta problemática, que, desde cedo, despertou o meu interesse, designadamente durante a minha formação académica, na qual procurei privilegiar a área da Geografia Social, com destaque para as temáticas da exclusão social e das desigualdades sociais, pois são aquelas que mais me inquietam em termos de investigação e que, por isso, me transmitem uma forte motivação para saber mais e expandir os horizontes.

Outra motivação fundamental para ter iniciado esta investigação reside no facto de o primeiro contacto com este caso de estudo ter tido origem nas minhas experiências e vivência pessoais.

Efectivamente, foi a observação directa desta situação, com que me deparava à entrada da cidade de Tomar, sempre que o autocarro em que me deslocava de Lisboa a Castelo Branco a minha cidade natal e o lugar onde vivem os meus familiares ali parava, que surgiu o meu interesse original pela situação que se tornaria o caso de estudo desta dissertação.

Note-se que logo que se entra na cidade, se pode observar, do lado direito, o acampamento do Flecheiro, onde residem cerca de 189 ciganos, segundo os dados recolhidos no ano de 2011, através de um inquérito realizado à população cigana que ali reside, pela Associação de Solidariedade Social com a Comunidade Cigana e Minorias Étnicas do Médio Tejo, (ACMET).

Uma última e breve nota que pretendo salvaguardar, prende-se com o facto de esta investigação não ser fruto apenas de uma curiosidade inicial tendo por base uma experiência empírica vivida durante as longas viagens à minha terra.

Na verdade, preocupa-me esta situação de exclusão social e espacial, afinal visível a todas as pessoas que pretendam visitar a cidade de Tomar, detentora de um património histórico e cultural único.

Por isso, outro dos motivos que sustentam e justificam esta minha opção em termos de investigação foi o facto de estarmos perante um problema social grave, com o qual cada vez mais nos deparamos na nossa sociedade actual que, apesar de se ter transformado com o fenómeno da globalização numa sociedade multicultural, onde operam diferentes culturas, continua a ser marcada por processos de exclusão, incompreensão mútua e, sobretudo, de discriminação dos grupos mais frágeis por parte dos mais poderosos.

Por último, a inexistência de trabalhos científicos sobre o assunto concreto acima referido, que relatem a situação em que vivem os ciganos de Tomar e a forma como estes se relacionam com os não ciganos da cidade, e vice-versa, foi um incentivo para me debruçar sobre esta problemática e com isso produzir algum conhecimento científico.

Com isto, espero sinceramente poder contribuir para desocultar uma realidade, que até ao momento, não foi ainda estudada por especialistas ou outros académicos na área das Ciências Sociais e Humanas.

2. Objectivos e Hipótese da Investigação

Os objectivos principais traçados para este trabalho de investigação foram os seguintes:

- Compreender quais os factores que explicam a exclusão sócio - espacial dos ciganos de Tomar;
- Reflectir sobre a dinâmica sócio - espacial e as relações de sociabilidade entre ciganos e não ciganos da cidade de Tomar;
- Analisar cronologicamente o percurso histórico-geográfico dos ciganos em Portugal, e em particular na cidade de Tomar;
- Caracterizar o perfil sócio - demográfico dos ciganos a nível nacional e local (cidade de Tomar);
- Compreender e avaliar a importância e o papel das políticas sociais e urbanas a nível nacional e local, com destaque para o caso da cidade de Tomar, no processo de integração de populações vulneráveis, designadamente o grupo étnico cigano;

A temática do meu trabalho de investigação incidirá sobre a discriminação social em relação à etnia cigana, em que são focadas algumas das desigualdades sociais geradas por um conjunto de factores que propiciam e conduzem à exclusão social e espacial deste mesmo grupo étnico.

Na cidade de Tomar existe um número significativo de ciganos que habitam em bairros de barracas localizados na cidade, junto ao rio Nabão, encontrando-se espacialmente e socialmente isolados do resto da população local.

Percepcionei um certo distanciamento, que acaba por ser discriminatório por parte da população não cigana face a este grupo étnico destacando-se nalgumas conversas informais que troquei com moradores, a ideia de que «... eles próprios se auto-excluem e fogem de nós.». Este elemento do senso comum, que não pode servir de base para uma análise científica, constitui, contudo, uma fonte exploratória inicial, que evidencia a existência de uma problemática e de uma percepção geral sobre ela, que devem ser desconstruídas e analisadas com recurso à análise científica mais rigorosa.

Refira-se que este tema de investigação não é totalmente novo para mim, uma vez que a minha tese de licenciatura em Geografia incidiu sobre o mesmo assunto, mas relativamente à etnia africana, num bairro social da freguesia de Sacavém em Loures. Como já foi mencionado, esta familiarização com a temática no domínio da investigação é complementada por um interesse pessoal, que encaro como mais um desafio, e que me tem levado a pesquisar e a suscitar debates construtivos e interactivos com colegas geógrafos e de outras áreas do conhecimento científico.

Isto têm-me encorajado e incentivado bastante para a concretização desta pesquisa científica, procurando desenvolvê-la a partir de dados credíveis, de modo a poder responder e esclarecer algumas dúvidas e questões com as quais me tenho vindo a deparar nestes últimos anos, sendo de admitir que as respostas obtidas possam vir a ser relevantes para este meu caso de estudo.

De seguida, apresento a hipótese de investigação que pretendo validar (ou infirmar) com a pesquisa empírica que serve de suporte a este trabalho.

Hipótese

Os ciganos portugueses sempre foram vistos como nómadas ao longo dos séculos, sendo normalmente excluídos, ou colocados à margem da sociedade dominante.

Há mais de 40 anos, começaram a chegar a Tomar os ciganos que estão na origem dos indivíduos pertencentes a este grupo étnico que actualmente habitam na cidade.

Hoje em dia, os ciganos de Tomar vivem em acampamentos de barracas em condições precárias, numa das margens do rio Nabão. Constituem uma minoria entre a população nabantina, possuindo uma cultura bem demarcada, que contrasta com a dos residentes maioritários.

A minha hipótese centra-se nas diferenças sociais e culturais, entre os ciganos e os não ciganos, que poderão de certa forma contribuir para que aqueles se tornem alvos de rejeição e discriminação social, por parte da população dominante.

Neste sentido, trata-se de um grupo vulnerável e inevitavelmente exposto à exclusão social, cultural e territorial, mas que também possui possibilidades e capacidades de auto-determinação do seu futuro pessoal e social.

Problemática da Investigação

Perante as leituras realizadas, tenho dificuldade em verificar, numa primeira abordagem, qual o ponto de vista dos investigadores, pois trata-se, em muitos casos, de textos maioritariamente descritivos, com pouca reflexão pessoal por parte dos autores. Contudo, todos abordam a exclusão social da população cigana, sendo possível, numa segunda leitura, identificar diversos aspectos concordantes, com os quais, de um modo geral, me identifico.

Quanto à perspectiva adoptada pelos autores no que diz respeito ao desenvolvimento da problemática, posso dizer que domina uma perspectiva humanista e até mesmo comportamental, em que são discutidos valores, factores culturais, atitudes e perspectivas sociais.

Segundo os esquemas de inteligibilidade, integra-se mais com o esquema hermenêutico, pois um dos meus principais objectivos é compreender os factores socioculturais que traduzem a exclusão social da população cigana na cidade de Tomar, tentando explicar com base nesses factores o fenómeno de exclusão experienciado por este grupo étnico.

3. Questão de Partida

Tendo em conta os objectivos que defini inicialmente, é importante referir que antes de proceder à formulação da minha questão de partida, recorri a determinadas questões adjacentes à mesma, que com ela se relacionam, serviram de suporte e, de certo modo, contribuíram para balizar a minha investigação.

Assim sendo, as questões - chave complementares foram as seguintes:

- Será Tomar uma cidade inclusiva, que adopta ou adoptou políticas sociais e urbanas de inclusão social?
- Como é o quotidiano dos ciganos de Tomar?
- Como se relacionam a população local e os ciganos de Tomar?
- Quais os espaços de relação e de convivência entre ciganos e não ciganos?
- Porque os ciganos estão localizados (em Tomar) e não em outro lugar?
- Qual o enraizamento dos ciganos no local: práticas e história deste grupo?

- Em que domínios e quais os factores de vulnerabilidade que operam a (s) exclusão (ões)?

Foram estas as questões iniciais que me permitiram formular a minha questão de partida, que passo a citar:

➤ Que factores explicam a exclusão sócio - espacial dos ciganos de Tomar?

A minha questão de partida inicial foi reformulada, tendo sofrido algumas alterações à medida que ia afunilando os objectivos relativos ao meu estudo de caso.

Efectivamente, tentei especificar mais os factores que explicam essa exclusão social, com o intuito de restringir a pesquisa e me focar naqueles que realmente estão associados ao meu objecto de análise.

A formulação da minha questão de partida teve como base os cinco requisitos balizadores, segundo os autores R. Quivy e L. V. Campenhoudt, que devem ser respeitados e tidos em conta, desde que se começa a pensar numa questão de partida inicial:

- a) Deve suscitar outras questões;
- b) Deve conter dois termos claros;
- c) Deve indicar o tipo de dados necessários para responder de forma cientificamente válida à questão;
- d) Deve apontar para um trabalho exequível e deve ser pertinente.

O primeiro requisito é preenchido, pois a minha questão remete para outras questões que auxiliam a investigação, para além das que já citei acima, tais como:

- Porque estão os ciganos à beira rio em Tomar, e não em outro espaço urbano?
- Quais os critérios que definem se uma pessoa ou um grupo social estão ou não excluídos da sociedade?

Os dois termos principais que compõem a minha questão de partida, estão claramente evidenciados, são eles: *a exclusão sócio - espacial* e *os ciganos de Tomar*.

Quanto aos dados que necessito de recolher para responder à questão de partida, são relativos à caracterização do agregado familiar dos ciganos que habitam na cidade (sexo, idade, profissão, habilitações literárias, rendimentos...), à evolução histórica da sua presença e da sua cultura e, ainda, às relações entre ciganos e não ciganos e à percepção que os últimos têm dos primeiros.

Para os obter, consultei bibliografia e dados estatísticos provenientes de algumas instituições que trabalham com população cigana, tendo também realizado uma recolha directa de informação baseada em entrevistas institucionais e em inquéritos a ciganos e não ciganos. Com todos estes elementos, consegui conduzir o plano para a minha investigação.

Quanto à exequibilidade do trabalho, tentei que este fosse temporalmente realista, tanto em termos do tempo necessário à aquisição dos conhecimentos fundamentais e específicos, como do processo de recolha directa de informação.

Ao avaliar o processo, penso que os dados recolhidos foram compatíveis com o tempo disponível, pois, apesar de alguns contratempos, consegui obter a informação necessária e redigir o trabalho no período de cerca de um ano lectivo que estava destinado à realização desta pesquisa.

É importante referir, por último, que a minha questão de partida está isenta de juízos de valor, porque não julga, apenas tenta compreender os factores que melhor podem explicitar a situação de exclusão social e espacial vivida pelos ciganos de Tomar.

4. Abordagem preliminar de Conceitos - chave e Modelo de análise

Através do balanço das minhas primeiras leituras, que foram feitas com base em cinco artigos científicos seleccionados de acordo com os tópicos definidos na questão de partida, o objectivo inicial é que se faça a comparação dos textos, e que estes cubram diversas abordagens e perspectivas relativas ao tema que está a ser investigado.

Os artigos que li referem-se, em geral, ao conceito de exclusão social, como um conceito amplo e um fenómeno estrutural que provoca desigualdades numa sociedade heterogénea, que sente a exclusão: a nível económico, (situação face ao emprego, rendimentos do agregado familiar...), a nível político, (a falta de informação em relação à política condiciona a participação activa popular) e a nível social, (falta de alojamento, mudanças na estrutura familiar, carência de respostas por parte do sistema de Segurança Social às classes mais desfavorecidas...).

Para Anthony Giddens, a exclusão social significa «...uma rede social limitada, ou fraca, levando ao isolamento e ao contacto mínimo com outros...foca a atenção num conjunto mais amplo de factores que impedem que indivíduos ou grupos tenham oportunidades que estão abertas à maioria da população», (2010: 325).

Este autor defende que os grupos sociais mais afectados são os jovens e, também, os idosos, devido às alterações nos padrões de emprego que exigem, cada vez mais, jovens com maiores habilitações e elevadas qualificações, nomeadamente ao nível dos serviços.

Já para Maria Manuela Mendes, a exclusão social: «...gera naturalmente a auto-exclusão política...está em estreita relação com a cidadania, ou seja, a situação de “excluído” não pode ser dissociada da ausência de direitos que foram já apropriados pela maioria das pessoas integradas na sociedade», (2005: 43), referindo que os mecanismos que mais contribuem para as situações de exclusão da população cigana são: os baixos níveis de escolarização «... no grupo étnico cigano, existem perfis escolares e socioprofissionais contrastantes, acentuando-se e reproduzindo-se as desigualdades e os factores de contraste entre os ciganos e a sociedade em geral.», e a sua inserção na economia informal desregulamentada, «Estamos perante práticas de sobrevivência precária, accionadas por segmentos pobres da população - a venda ambulante,...encontram-se sujeitos a condições de forte vulnerabilidade à pobreza, ...estão efectivamente excluídos do mercado formal de trabalho, bem como do sistema de segurança social vigente.» (Mendes, 2005: 44).

Num estudo coordenado por Hermano Carmo, da Universidade Técnica de Lisboa, definiu-se o conceito de exclusão social como um «...fenómeno que provoca desigualdades no que se refere ao acesso ao mercado de trabalho, a uma pensão de reforma que permita a subsistência de quem a auferir, a um rendimento suficiente para cobrir todas as despesas essenciais, a uma habitação condigna e com o mínimo considerável de condições.», (1996: 47).

Como podemos reparar, existem autores que definem o conceito de exclusão social dando mais relevo uns às formas de exclusão económica como causas de exclusão, outros às questões sociais e políticas, mas todos abordam o conceito como algo negativo, que se estabelece no contexto de uma sociedade, e que justifica a marginalização de certos grupos sociais, de que são exemplo os ciganos.

Este processo acaba por ter consequências graves, de que são exemplo a insegurança, a violência, o medo ou a criminalidade...

Noutros artigos, os autores estabelecem uma relação directa entre o conceito de exclusão social e a população cigana, como acontece por exemplo com Eduardo Costa, num artigo que refere a marginalização do grupo étnico cigano ao longo da história em Portugal.

Já na segunda metade do século XV (período em que chegaram os ciganos a Portugal), estes eram vistos pela Corte e pela população como «Ladrões, salteadores, intrujões» (Costa, 2001: 17). Este preconceito e a discriminação que lhe está associada e que tem como ponto de partida os modos de vida deste grupo étnico e a interpretação que destes faz a maioria - «os embustes nos negócios, a mendicidade, a leitura da sina pelas ciganas», (Costa, 2001: 13) -, estão na base das queixas apresentadas por parte da população, no reinado de D. João III, que exigiam a expulsão desta etnia para fora do território nacional.

As primeiras referências documentais dos ciganos em Portugal datam de 1510, numa poesia de Luís da Silveira incluída em *O Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende, e, posteriormente, em 1521, da peça *Farsa das Ciganas*, de Gil Vicente.

Em ambos os documentos, os ciganos não são tidos em muito boa conta, sendo descritos como um povo perturbador da ordem social.

Segundo Maria Manuela Mendes (2012), a origem geográfica dos ciganos situa-se no Nordeste da Índia, sendo o romani a sua língua materna, embora se registe em Portugal, na Espanha e no resto da Europa, uma processo de perda da língua original, com uma

progressiva adopção e adaptação do vocabulário dos locais de destino, devido à vivência e contacto com os autóctones.

Historicamente, os ciganos sempre foram um povo que sofreu represálias e exclusão social, devido às suas diferenças culturais fortemente marcadas. Já no século XX, durante o regime nazi, estes eram vistos como uma raça inferior devido às suas características antropológicas ou ao seu modo de vida, tendo por isso sido vítimas da “solução final”, que justificou o extermínio de 220 a 230 mil ciganos.

Em Portugal, o Estado promoveu, ao longo de vários séculos, estratégias de assimilação, que pouco ou nada tiveram de sucesso. Estas tentativas basearam-se em políticas forçadas, que tinham por objectivo levar os ciganos a colocar de parte a sua cultura e a adoptar os padrões culturais portugueses.

As medidas estabelecidas no século XVII incluíam a proibição de usar trajes ciganos, de falar a sua língua, de mendigar ou de praticar a itinerância, para além de envolverem punições diversas, desde os açoites públicos à condenação.

É notório o carácter racista e discriminatório destas medidas, às quais os ciganos sempre resistiram firmemente.

Refira-se que tanto Eduardo Costa, como Maria Manuela Mendes fazem um balanço final desfavorável relativamente à imagem que a população portuguesa tem dos ciganos e ao relacionamento que este grupo étnico tem com as autoridades policiais, referindo ambos que a sociedade portuguesa detém uma imagem negativa e preconceituosa face aos ciganos: «Os ciganos continuam a ser vistos com desconfiança, a despertar uma sensação de insegurança e mesmo de receio....As denúncias de práticas criminosas imputadas a ciganos (sobretudo furtos e tráfico de droga) são frequentes por parte da população. Onde quer que estejam, os ciganos são os primeiros suspeitos» (Costa, 2001: 18), «...o estereótipo e a imagem deformada construída pela sociedade em geral na actualidade ainda se mantém...o nosso ordenamento jurídico determina que a GNR exerça uma especial vigilância sobre os nómadas, isto é, sobre os ciganos (Artigo 81º do Regulamento da GNR). Estes são cidadãos e até cidadãos portugueses. Mas são portadores de uma “capitis deminutio”, relegados para uma posição subalterna, em razão da raça» (Mendes, 2005: 52).

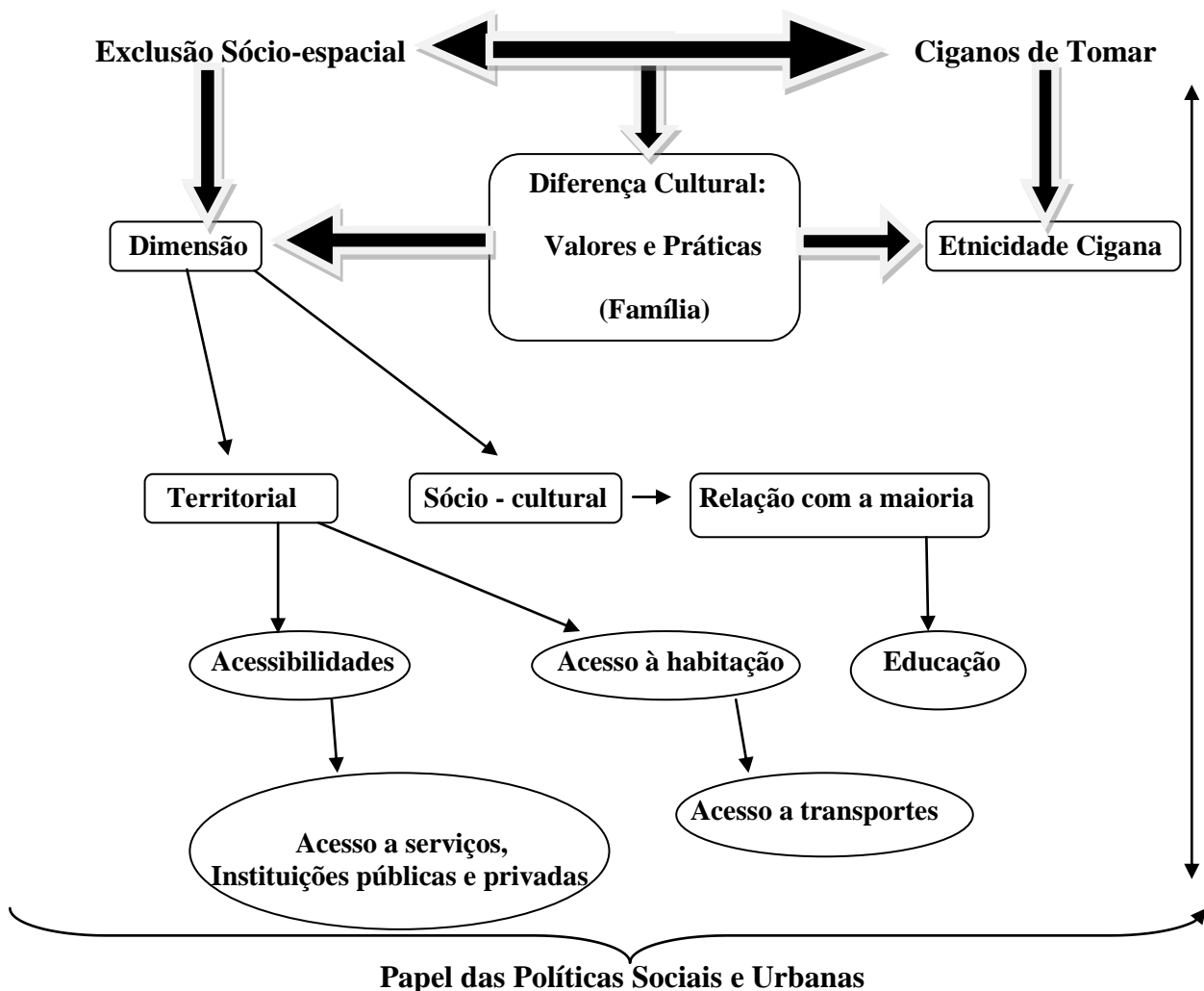
No entanto, a investigadora Maria Manuela Mendes (2005), assume que a coabitação do grupo étnico cigano com a maioria é um facto inegável actualmente, embora se conclua que ao longo dos tempos esse processo tenha assumido expressões distintas e resulte de

uma evolução que não está isenta de tensões, como, de resto, se constata em diversos textos.

Já Eduardo Costa (2001) admite a existência de uma certa fragilidade em termos de coesão comunitária e a necessidade de implementação de medidas que respeitem mais a diversidade cultural, a diferença e o pluralismo, dignos de um Estado de direito democrático como é o caso do nosso país.

Para além dos conceitos já mencionados, deve ainda referir-se um subconceito debatido por Zanfrini, que é o preconceito étnico. Este consiste na percepção da diferença sociocultural, e tem como base um sentimento discriminatório normalmente de carácter negativo, baseado em estereótipos sociais idealizados por nós e aplicados a grupos culturalmente distintos.

Isto aplica-se aos ciganos, referindo Zanfrini que «...la distancia social, se produce en el caso de gitanos...» (2004: 71), existindo uma forte noção de diferença cultural face a este grupo étnico na Europa.



Tendo em conta a reformulação e a exploração da minha questão de partida, e com base nos objectivos principais deste estudo, procedi à elaboração do modelo analítico, que se encontra na página anterior. Este é de fácil percepção, sendo os dois conceitos principais do meu caso de estudo, como foi atrás mencionado, a exclusão sócio - espacial e os ciganos de Tomar.

A partir da identificação destes dois conceitos, procurei relacionar os mesmos recorrendo a subconceitos que se interligam com os termos iniciais definidos.

Começarei por analisar a exclusão social, em duas dimensões, a dimensão sócio - cultural, em que a educação desempenha um papel importante, pretendendo eu ver qual o grau de escolaridade dos ciganos de Tomar e perceber como é que em termos sociais a população cigana se relaciona com a maioria da população tomarense. A outra dimensão que abordo, e que escolhi para o meu estudo de caso, é a dimensão territorial, que se prende com as acessibilidades em termos espaciais, como por exemplo, as dificuldades que os ciganos possam sentir no acesso aos transportes públicos, à habitação, a serviços, e a instituições públicas ou privadas.

Relativamente ao conceito - chave ciganos de Tomar, que opera também neste modelo analítico, importa referir um subconceito que lhe está ligado e que corresponde a etnicidade cigana.

Esta representa e, de certa forma, diferencia culturalmente os ciganos dos não ciganos tomarenses, pois os primeiros têm as suas particularidades culturais, assentes nos seus valores e nas práticas intrínsecas à sua cultura singular. Efectivamente, os ciganos têm uma cultura ancestral muito própria e não querem vir a ter de abdicar dessa característica única, sendo a família, uma componente essencial da sua organização social, provavelmente a mais importante, correspondendo este traço a uma das grandes diferenças culturais face à organização do tecido social da maioria.

Ainda que os ciganos de Tomar possuam valores e práticas culturais comuns a toda a população cigana portuguesa, o contexto sócio - espacial específico em que se inserem tem reflexos no modo como experienciam situações de exclusão.

Por este motivo, torna-se importante reflectir sobre as medidas sociais e urbanísticas que têm vindo a ser tomadas ao longo dos tempos, com o propósito de compreender até que ponto estas têm facilitado, ou podem vir a facilitar, a inclusão dos ciganos de Tomar.

No fundo, tenta-se perceber melhor, de que forma é que estas contribuem para atenuar a situação de exclusão sócio - espacial que afecta o grupo étnico cigano desta cidade.

5. Abordagem metodológica e métodos de pesquisa

A abordagem metodológica de natureza qualitativa, teve uma primeira componente que consistiu na realização de sete entrevistas exploratórias semi-directivas, adaptadas consoante o tipo de entidades entrevistadas. Em termos concretos, realizaram-se entrevistas a instituições como o ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural), a ACMET (Associação de Solidariedade Social com a Comunidade Cigana e Minorias Étnicas do Médio Tejo) e a ONPC (Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos). Foram ainda entrevistados o mediador cigano da Câmara Municipal de Coimbra, assim como dois investigadores, ambos já realizaram e publicaram estudos científicos sobre os ciganos portugueses.

Optou-se por este tipo de metodologia, que permite obter informação de modo mais aprofundado e detalhado, porque se estabeleceram os objectivos de compreender melhor o papel que estas instituições têm tido ao longo destes anos relativamente à integração da etnia cigana na sociedade portuguesa, ter consciência de quais são as limitações dos projectos definidos e identificar o que ainda falta ser melhorado para combater a situação de exclusão sócio – espacial com que esta etnia se depara, não só a nível local, no caso de Tomar, como também nacional, percepcionando casos semelhantes, de sucesso ou não, em outros locais do nosso país.

A entrevista exploratória realizada ao Presidente da ACMET, Almerindo Lima, que é membro de uma das famílias ciganas que residem no acampamento do Flecheiro, forneceu indicações preliminares preciosas, uma vez que conhece de perto quais são as principais dificuldades sentidas pela população cigana, pois convive e mantém um contacto muito próximo com as famílias ciganas de Tomar. Os objectivos principais da entrevista foram: compreender melhor a evolução histórica e o percurso geográfico dos ciganos; identificar quais os objectivos principais da associação, perceber como esta funciona e se organiza, bem como identificar que tipo de projectos que têm sido desenvolvidos ao longo dos anos, desde que foi criada a ACMET em 2011¹.

A composição social e a localização geográfica dos ciganos de Tomar, o tipo de relação existente entre os ciganos e os não ciganos, as condições de habitação em que vive esta população, que tipo de apoios é que tem tido e que instituições mais se têm destacado nesta missão, foram algumas das outras temáticas abordadas na entrevista.

¹ Trata-se da primeira associação cigana a ser criada na sub-região do Médio Tejo.

Para além do presidente, foi entrevistado mais um membro da ACMET, a Vice-Presidente Sílvia Moreira Gomes. Esta entrevista teve como objectivos entender de que modo, uma não cigana percepciona o papel desempenhado pela associação cigana de Tomar da qual faz parte, compreender o que a motivou a fazer parte da mesma, assim como saber qual é a sua posição relativamente aos problemas de exclusão sócio - espacial com que se depara a população cigana de Tomar.

Quanto à entrevista exploratória realizada à coordenadora do GACI (Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas do ACIDI), a Dr.^a Maria Helena Torres, pretendia-se compreender a natureza e os objectivos dos projectos que foram desenvolvidos desde 2007, ou seja, desde o ano em que foi criado este gabinete.

Nesta entrevista procurou-se ainda obter informação relativa aos défices das medidas de inclusão social orientadas para os ciganos portugueses, nos vários domínios sociais, assim como se pretendeu entender as principais dificuldades e entraves que contribuíram para a situação de exclusão sócio espacial em que algumas populações ciganas se encontram em Portugal.

Foi também entrevistado o Director Executivo da ONPC (Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos), o Dr. Francisco Monteiro, com o intuito de perceber como é que esta questão da exclusão e do racismo, que ainda se vive na actualidade no nosso país, tem vindo a evoluir ao longo dos tempos, procurando saber se, se têm registado melhorias em termos de integração social e sócio - espacial. Procurou-se também entender qual o contributo efectivo da Pastoral dos Ciganos neste domínio, e qual a natureza dos projectos que desenvolvem junto dos ciganos portugueses.

Entrevistei ainda os investigadores Alexandra Castro, do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, e André Clareza Correia, do Centro de Estudos de Migrações e Minorias Étnicas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (CEMME-FCSH-UNL).

Ambos já realizaram estudos científicos e conhecem a realidade dos ciganos nacionais, nas áreas em que estou a estudar, a nível sócio - cultural e espacial, o que me permitiu obter informação relativa aos processos de realojamento que envolvem esta população, às suas carências habitacionais e aos projectos urbanísticos desenvolvidos e que estão em curso.

Estas entrevistas permitiram-me contactar com alguns exemplos de situações de exclusão sócio – espacial que desconhecia, para além de possibilitarem a exploração de mais elementos sobre a história e a situação social desta etnia em Portugal. .

A entrevista a Bruno Gonçalves (Mediador Municipal de Coimbra) teve como propósito perceber qual o papel dos mediadores municipais em Portugal, e quais são as dificuldades e os entraves mais sentidos pelos ciganos portugueses. Adicionalmente, foi possível abordar e explorar as boas e más experiências existentes, e perceber quais os apoios e as principais parcerias que neles intervêm.

Relativamente à componente quantitativa do trabalho, realizou-se uma pesquisa de campo que incidiu nos ciganos e nos não ciganos de Tomar.

Para isto foram aplicados inquéritos por questionário a 200 não ciganos residentes na cidade de Tomar, dos quais 48% pertencem ao sexo masculino, e 52% ao sexo feminino. O principal objectivo na aplicação destes inquéritos foi compreender melhor as relações de sociabilidade que existem entre a população não cigana e os ciganos da cidade de Tomar, por forma, a poder perceber também quais poderiam ser as percepções sociais que os não ciganos têm dos ciganos de Tomar.

Também foram realizados 20 inquéritos por questionário à população cigana a residir no acampamento do Flecheiro, sendo 7 inquiridos do sexo masculino e 13 do sexo feminino, com o objectivo de compreender melhor a sua integração social e urbana, bem como perceber qual o tipo de relacionamento existente entre a população cigana e não cigana na cidade de Tomar.

Contudo, por se tratar de uma amostra pouco representativa e significativa em termos estatísticos, não recorri à análise estatística dos dados recolhidos, pelo que o tratamento do material foi realizado através da elaboração e posterior análise de uma tabela construída manualmente, que se encontra em anexo.

Por último, utilizei como instrumentos de observação, fotografias da minha própria autoria e fotografias que me foram cedidas pelo Presidente da ACMET, Almerindo Lima, que ilustram as condições de habitação do acampamento do Flecheiro, assim como o próprio espaço físico em que este está inserido na cidade de Tomar.

Recorri a informação dos *media*, tendo retirado algumas páginas de jornais da cidade, que contemplavam notícias mais actuais relacionadas com a população cigana de Tomar, com destaque para as temáticas da integração social deste grupo nos últimos anos, da habitação e dos conflitos sociais existentes entre ciganos e não ciganos tomarenses.

Estas notícias vêm comprovar a situação problemática da população cigana de Tomar, funcionando como expressão do que interessa à opinião pública, e permitindo, de alguma maneira, enriquecer e complementar a informação recolhida nos inquéritos e

entrevistas realizados com os membros deste grupo étnico, as instituições com actividade no domínio e os investigadores atrás mencionados.

Capítulo I

Os ciganos em Portugal: Evolução histórica

1.1 – A origem histórico-geográfica dos ciganos

Os ciganos são oriundos da Índia, embora actualmente ainda se discuta a sua origem histórico-geográfica. Como afirma a investigadora Maria Manuela Mendes, «Hoje em dia, embora seja amplamente reconhecida a sua origem na Índia, ainda se discute qual a região exacta de proveniência dos ciganos, bem como a data precisa da sua migração» (2012: 145).

Contudo, o facto de não haver documentos escritos pelos próprios ciganos que comprovem a sua origem geográfica e o percurso histórico que seguiram tem dificultado a reconstrução científica destes elementos, justificando, por exemplo, que algumas opiniões situassem a sua origem no Egipto ou na Pérsia, (Mendes, Maria Manuela, 2012).

Na verdade, a sua proveniência foi vista até ao século XX como algo misterioso aos olhos dos etnólogos «...as várias tribos atribuíam a si próprias variadas proveniências, uma vez que elas se teriam diferenciado devido a várias causas: o país de mais longa permanência, dos seus antepassados, o modo de vida de cada grupo, a cultura de cada país que adoptaram para maior permanência, as lendas e religião desses países, etc» (Nunes, 1981: 40, citado por Mendes, 2005: 48).

Segundo Coelho, «Os ciganos apresentam uma organização social muito próxima da sua ascendência indiana, melhor dizendo, hindu, e, nesta medida, irredutível à morfologia predominante na Europa», (*in* Mendes, 2005: 48).

Contudo, os primeiros documentos relativos aos ciganos apareceram no séc. X, no Irão, embora a investigadora Maria Ortega (1994), (citada por Mendes, 2005: 48), defenda que este grupo étnico nunca foi muito bem visto no seu país de origem, por pertencer a uma casta inferior, sendo socialmente mal visto.

Se verificarmos actualmente, na Índia, ainda existem grupos sociais com um modo de vida semelhante ao dos ciganos ocidentais. Acredita-se que a posição social desvantajosa dos ciganos no contexto do complexo sistema de castas hindu seja, segundo a investigadora Maria Manuela Mendes (2005), o motivo

principal para a sua emigração em direcção a Ocidente, com o propósito de ali encontrarem melhores condições de vida.

No que diz respeito à data em concreto da chegada das primeiras vagas migratórias à Europa, graças às pesquisas com base em características linguísticas, pressupõe-se que foi a partir do ano 1000 da nossa era, admitindo-se uma fixação inicial na Grécia, entre o século X e o século XV, pois em todos os dialectos falados pelos ciganos existem componentes do grego medieval.

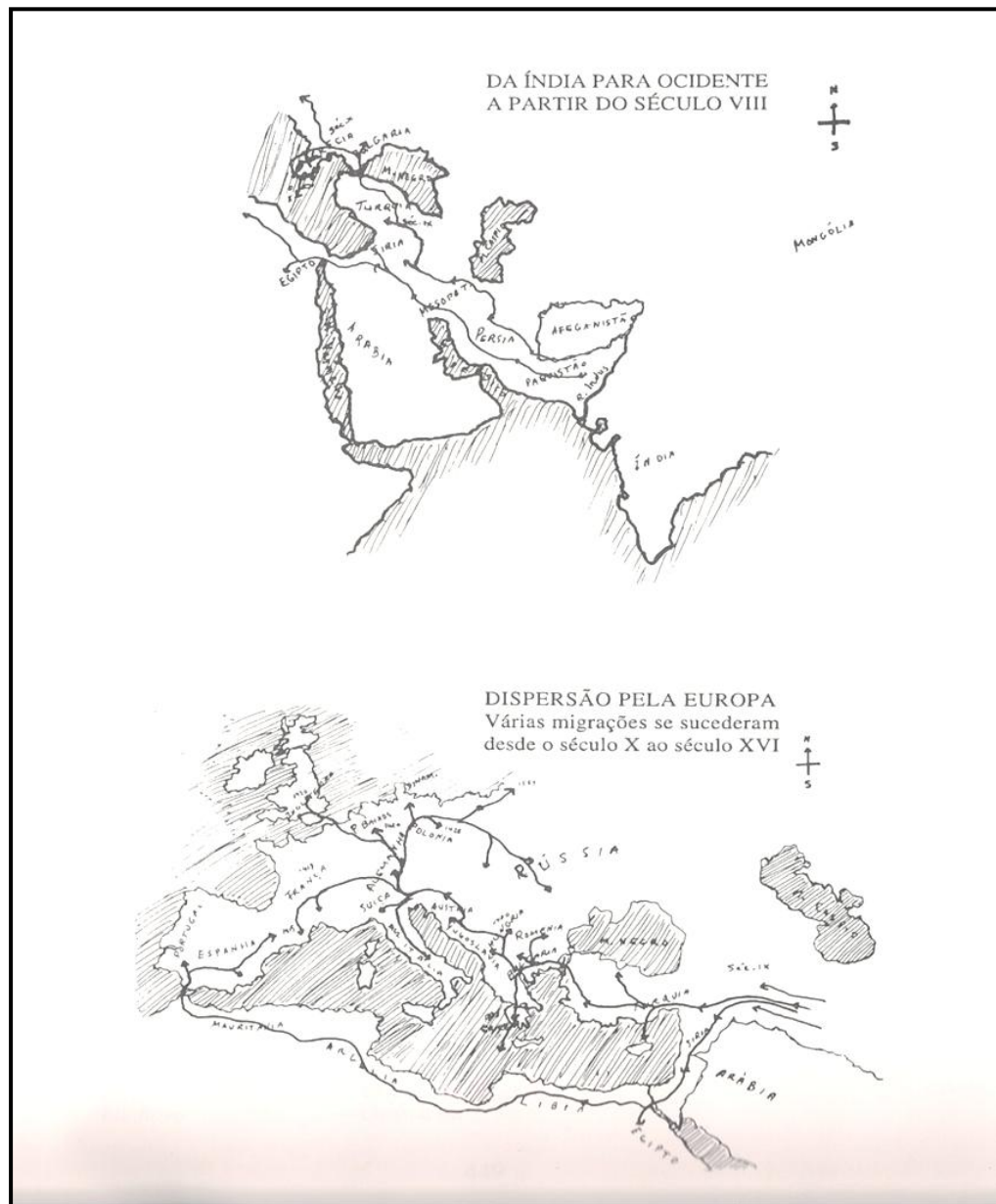
Contudo, relativamente ao percurso histórico-geográfico dos ciganos, estes fixam-se em primeiro lugar no Afeganistão e na Pérsia, dividindo-se em dois grupos principais distintos: o grupo do norte, que alcança o mar Cáspio, percorrendo a Arménia e o Cáucaso, e posteriormente a Rússia; e o grupo do sul, que se dirige para o Golfo Pérsico e penetra maioritariamente na Turquia oriental. Outro grupo terá seguido até ao Mediterrâneo ocidental, através da Palestina e do Egipto, acreditando-se que algumas populações ciganas tenham conseguido passar o estreito de Gibraltar, através da África do Norte, atingindo a Península Ibérica «...eram os Gitanos espanhóis (andaluzes e catalães) e os ciganos portugueses.» (Mendes, 2005: 49). Posteriormente, terão chegado outros grupos que fizeram uma trajectória através da Europa Central.

O grupo principal, que se tinha instalado na Turquia, atravessou o Bósforo, e fixou-se na Grécia e na península balcânica, tendo, por fim, atingido a Europa Central e do Norte, fixando-se em França, na Inglaterra, no País de Gales e na Escócia (Mendes, 2005: 49).

No Século XV, começa a História documentada dos ciganos. Segundo Olímpio Nunes², (citado por Mendes, 2005: 49), apesar da data de entrada no continente europeu não ter ocorrido antes do séc. XII, os ciganos conseguiram dispersar-se pela Europa em menos de 100 anos, existindo, ainda assim, algumas datas e locais “oficiais” da sua fixação em determinados pontos do continente, «À Grécia...chegaram no último quartel do século XIII, bem como a Bizâncio, e a vários pontos da península balcânica...século XIV, existem alguns indícios da presença de ciganos na Alemanha, Países Baixos, Dinamarca, Itália... À Rússia e países nórdicos, bem como à Escócia, chegam nos primeiros anos do século XVI» (Mendes, 2005: 49).

² Ver figura 1

Figura1- Percurso histórico-geográfico dos ciganos



Fonte: Olímpio Nunes, 1996: 447

Desde cedo, parecem ter emergido elementos de diferença e tensão entre ciganos e não ciganos, de que são exemplo as lógicas de mobilidade (sedentarização versus nomadismo) e a questão da propriedade da terra.

Se entre os não ciganos, a sedentarização parece ser a norma, «... já adequou o meio ambiente que o cerca às suas próprias necessidades e controla a seu favor o

local onde vive» (Mendes, 2005: 50), predominando a propriedade privada, esta realidade contrasta com a dos ciganos, um grupo “viajante”, que assumiu um comportamento marcado pelo nomadismo, menos compatível com a incorporação do princípio da propriedade privada de bens imóveis «O valor da propriedade privada confronta-se com a liberdade de movimentos - itinerância...» (Mendes, 2005: 50).

Na verdade, trata-se de «...duas lógicas, duas culturas e dois tipos de economia “destinados ao confronto” (Ortega, 1994: 16, *in* Mendes, 2005: 50).

É com base nestas causas que os ciganos, a partir do século XV, enfrentam determinados estereótipos, sendo perseguidos e excluídos pelos governantes de alguns países europeus, através de leis³ que forçam a sua expulsão desses territórios - «...os ciganos passaram a fazer parte das “classes perigosas”, conotados como “ociosos”, indesejáveis, e “temidos” pelas populações em geral», (Mendes, 2005: 50).

Mas nem sempre os ciganos foram sujeitos a estes estereótipos; inicialmente até foram bem acolhidos, pois eram vistos como peregrinos, o que lhes concedia um certo carácter religioso. Mas a partir do século XV e até à II Guerra Mundial, o estatuto favorável de que beneficiavam desvaneceu-se completamente, tendo-se multiplicado as leis na Europa, cujos objectivos eram «Expulsar e vigiar os nómadas...», «Assemelhando-se a um vagabundo que vive da caridade, progressivamente o cigano passa a ser socialmente representado como um criminoso em potencial, um estrangeiro ou até como um espião» (Mendes, 2005: 50-51).

Durante o Nazismo, os Estados Germânicos implementaram várias formas de represálias contra ciganos, nómadas “não ciganos”, tsiganas e zigeuner, tendo exterminado entre 220 e 230 mil vítimas, pois eram consideradas raças inferiores, «...devido às suas características antropológicas ou pelo seu modo de vida» (Mendes, 2005: 51).

As perseguições e a exclusão “formal” verificadas desde o século XV foram determinantes para que os ciganos migrassem para outros países europeus, nos séculos XIX e XX. «As mudanças de fronteiras - por exemplo, no fim da

³ Ver tabela 1, em anexo

Primeira Guerra Mundial, desestabilizaram os grupos ciganos em fixação em território europeu» (Mendes, 2005: 51).

Outro factor indutor de mobilidade correspondeu às dificuldades económicas que muitos países europeus atravessaram no final do século XIX ou nos anos 20 e 30 do século XX, levando os ciganos a mudarem de país.

Um exemplo concreto corresponde à grande fome na Irlanda, ocorrida em meados do século XIX, que fez com que muitos ciganos se deslocassem para o sul dos Estados Unidos; cerca de 100, depois, em 1960, vários itinerantes da Irlanda também deixaram as áreas rurais, em que o comércio estava fraco, e rumaram para a Grã-Bretanha, onde se conseguiram instalar nas cidades para aí desenvolverem a sua actividade mercantil.

Pelas mesmas razões, vários ciganos abandonaram os países ibéricos (Portugal e Espanha), assim como os tsiganos abandonaram a Jugoslávia para se irem instalar nos países da Europa Ocidental. Segundo Liégeois, citado por Mendes, ocorreram várias chegadas de ciganos a diversos países da Europa, em momentos diferentes da História, tendo alguns acabado por se fixar nesses países, e outros permanecido nómadas.

Contudo, o facto de terem passado por diversos países europeus possibilitou uma maior convivência com a população local, o que veio enriquecer e moldar alguns dos traços culturais deste grupo étnico, proporcionando «uma estratificação e uma grande diversificação cultural e linguística» (Liégeois, 1989: 28; *in* Mendes, 2005: 51).

1.2 - Caracterização da população cigana em Portugal

Como é referido pela maioria dos autores, os ciganos entraram em Portugal na segunda metade do século XV (Costa, 1995: 13), embora se pense que a sua chegada tenha sido anterior, pois julga-se que estas populações, devido às perseguições a que foram sujeitas por parte dos Reis Católicos, tenham fugido da Extremadura espanhola para se fixarem em Portugal, iniciando o seu percurso pela região do Alentejo (Mendes, 2005: 51).

Como tivemos oportunidade de mencionar na parte inicial deste texto, a primeira referência documentada alusiva à presença dos ciganos em Portugal data do ano de 1510, através de uma poesia de Luís da Silveira, retirada no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, onde se refere que «...já não constituía novidade a existência dos ciganos e que estes também já não eram tidos em muito boa conta» (Costa, 1995: 13).

Em 1521, surge novamente uma caracterização dos ciganos, através da peça *Farsa das Ciganas*, de Gil Vicente, em que se evidenciam os modos de vida associados aos ciganos: «os embustes nos negócios, a mendicidade, a leitura da sina pelas ciganas.» (Costa, 1995: 13).

Desde então, iniciaram-se as “queixas” por parte da população, «esta gente vadia, sem assento, nem foro, nem paróquia, nem ofício...» (Alvará de 5 de Fevereiro de 1649, *in* Costa, 1995: 17); «Ladrões, salteadores, intrujões» (Costa, 1995:17) e deu-se início a uma história de perseguição do grupo cigano, marcada por medidas de exclusão, implementadas pelos próprios governantes a partir de das Cortes de 1525 em Torres Novas, onde o rei D. João III, através do Alvará de 13 de Março de 1526, impossibilita a entrada, e determina a expulsão de todos os ciganos que fossem encontrados em território português.

O Estado tentou implementar todo o tipo de medidas para se conseguir ver livre dos ciganos, tendo mesmo chegado, segundo Eduardo Maia Costa (2001), a recorrer à pena de morte (século XVI).

Este investigador retrata cronologicamente os momentos históricos marcantes relativamente à legislação e às penas aplicadas ao longo dos tempos aos ciganos, evidenciando, pormenorizadamente, as sucessivas medidas de marginalização e reclusão que foram sendo implementadas, mesmo que diversas destas nunca chegassem a ser postas em prática.

A situação jurídica dos ciganos atravessa inúmeras fases, desde a expulsão às inúmeras tentativas falhadas e forçadas de assimilação a partir do século XVII, como por exemplo: «...proibição de usar trajes ciganos, de falarem a sua língua, de mendigar, de praticarem a itinerância...» (Mendes, 2005: 52).

No fundo, trata-se de uma tentativa de assimilação forçada e mesmo violenta, obrigando os ciganos a abdicar da sua própria cultura e a adoptar as mesmas características e costumes da maioria, sendo esta a condição principal para permanecerem em território nacional, como é afirmado no Alvará de 1708. Contudo, toda esta estratégia historicamente documentada não teve sucesso, como refere o director da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos, Francisco Monteiro, pois os ciganos sempre foram um grupo que resistiu a todas estas formas de os forçar a submeterem-se a uma nova cultura; de facto, «Os ciganos têm as nacionalidades todas da Europa e têm uma cultura muito própria que não querem perder» (ACIDI, 2010: 6).

Com a Revolução Liberal, a Constituição de 1822 e a Carta Constitucional de 1826 reconhecem a cidadania portuguesa aos ciganos que já nasceram em território nacional. Ainda assim, manteve-se a suspeita e mesmo a perseguição aos ciganos, que foram submetidos a uma “severa vigilância” que se prolongou ao longo do século XIX, tendo depois transitado da Monarquia para a República, como atestam os artigos nº 182º e 185º do Regulamento da GNR (Guarda Nacional Republicana), de 20 de Setembro de 1920 (Costa, 1995: 16).

Esta situação manteve-se durante a Ditadura Salazarista e foi apenas em 1980, seis anos após a instauração do regime democrático contemporâneo, que o Conselho da Revolução declarou estas normas inconstitucionais, e proíbe a discriminação em função da raça.

Finalmente, já em 1985 sai um novo Regulamento da GNR que determina que esta força policial exerça uma espacial vigilância sobre “os nómadas”, com o argumento de que os nómadas não são só os ciganos, e que nem todos os ciganos são nómadas, existindo desta forma uma preocupação não em função da etnia, mas sim no combate ao nomadismo (Costa, 1995: 16).

Actualmente, persiste ainda no nosso sistema jurídico essa vigilância policial sobre os ditos “nómadas”, ou seja os ciganos, que são considerados desde 1826 cidadãos portugueses, mas que segundo a lei, são «...portadores de uma “capitis

deminutio”, relegados para uma posição subalterna, em razão da raça» (Costa, 1995: 17).

Na verdade, as forças policiais recorrem assim em Portugal a rusgas violentas, frequentemente realizadas em bairros situados em áreas periféricas das cidades, onde se regista, frequentemente, uma maior presença de residentes ciganos.

Os conflitos entre a população não cigana e cigana são frequentes nos dias que correm, havendo actualmente solicitações que requerem a expulsão dos últimos das habitações e bairros onde vivem. «Os ciganos continuam a ser vistos com desconfiança, a despertar uma sensação de insegurança e mesmo de receio», (Costa, 1995: 18); «... a imagem que se retém do grupo étnico cigano é uma imagem negativa, desde as queixas apresentadas às Cortes até ao conjunto das medidas introduzidas no quadro legislativo, daí ser inteligível o estereótipo e a imagem deformada construída pela sociedade em geral e que na actualidade ainda se mantém» (Mendes, 2005: 52).

Estes dois investigadores revelam, através da análise de factos históricos, como os ciganos foram excluídos da sociedade, e do próprio território português, ao longo de todas estas décadas. Mesmo assim, as mentalidades fundamentadas na discriminação e no preconceito ainda persistem na sociedade actual em relação aos cidadãos portugueses ciganos.

Segundo Daniel Lopes (2008), quanto aos estudos pioneiros nesta matéria realizados em Portugal, designadamente no que respeita à antropologia dos ciganos, são de destacar os trabalhos de Adolfo Coelho, Teófilo Braga, Rocha Peixoto e Leite de Vasconcelos.

Neste domínio, Costa (2001), destaca duas obras que, embora não sejam recentes, possuem uma grande importância, uma vez que deram um grande contributo para o conhecimento desta etnia: «Os Ciganos de Portugal», de 1892, redigido por Adolfo Coelho, que integra um glossário e um esboço histórico e etnográfico, e a obra de Leite de Vasconcelos, com o capítulo relativo aos ciganos da «Etnografia Portuguesa», onde são efectuadas referências relevantes ao baptismo e ao nome dos ciganos.

Para Lopes (2008: 22), «As contribuições de Teófilo Braga (1879) e de Rocha Peixoto (1967, (1897)), ambas sobre a questão da proveniência dos ciganos, são menos meritórias.».

Teófilo Braga defende que a origem dos ciganos provém de uma tribo de pastores que invadiram e reinaram no Egipto mas para Coelho essa ideia é «uma invenção absurda» (Lopes, 2008: 23).

Já Olímpio Nunes também tem relevo neste tema com a sua obra «O Povo Cigano» (1981), em que refere alguns ciganos que residem em bairros de lata, nos arredores de Lisboa, bem como no resto do território nacional, relatando também os fluxos migratórios dos ciganos a nível internacional: «Até à década de 90, podemos afirmar que o saber etnográfico sobre os ciganos, em Portugal, se reduzia, praticamente, à etnografia de Olímpio Nunes (1996)» (Bastos, J., 2007).

José Pereira Bastos afirma que, até à década de 90, eram escassos os estudos sociográficos e etnográficos sobre os ciganos. Contudo, a partir de 1995, começam a aparecer inúmeras investigações e relatórios coordenados por investigadores universitários, com «formações e interesses muito diversos» (Bastos, J., 2007:25).

Os estudos e publicações mais recentes sobre os ciganos surgem de organizações como a ONPC (Obra Nacional Pastoral dos Ciganos), o CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral), o SOS Racismo e o Secretariado Entreculturas.

A nível académico destacam-se os trabalhos de investigação de José Gabriel Pereira Bastos e Susana Pereira Bastos, do CEMME, (Centro de Estudos e Minorias Étnicas da Universidade Nova de Lisboa), assim como os estudos de Maria Manuela Mendes (2005) sobre os ciganos do Porto e de Espinho, Eduardo Costa Dias, a Luísa Cortezão, o Carlos Jorge Santos Sousa, entre outros que merecem igualmente destaque.

Por último, é de destacar ainda o trabalho levado a cabo pela investigadora Alexandra Castro, que explora, no âmbito de um projecto do Centro de Estudos Territoriais do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, os aspectos mais relacionados com a mobilidade e com o território em que circulam e se instalam as populações ciganas.

1.2.1- A dimensão populacional e a distribuição sócio – espacial

Não se sabe ao certo quantos ciganos há em Portugal, “A nível internacional alguns estudos apontam para a existência em Portugal entre 50 a 100 mil ciganos, sem no entanto se explicitar o método de recolha de informação” (relatório da Subcomissão de Igualdade de Oportunidades e Família, 2008: 12).

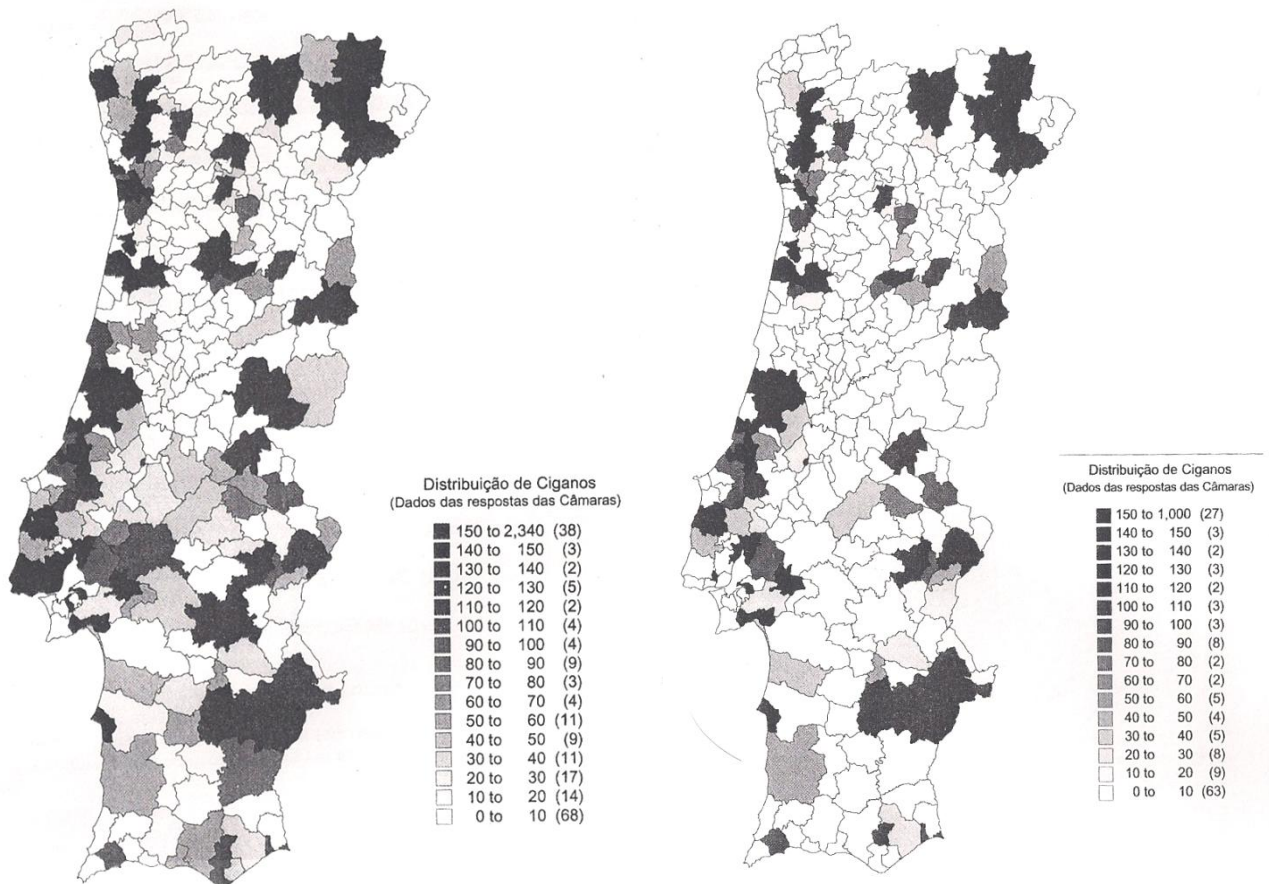
Contudo existem estudos realizados a nível nacional que apontam entre 50 e 60 mil ciganos, encontrando-se há cinco séculos no nosso país.

Segundo o relatório de 2008 da Subcomissão de Igualdade de Oportunidades e Família, existe muito pouca informação em relação a esta população, em termos quantitativos, e também qualitativos, trata-se de uma população heterogénea e vulnerável, sendo esta maioritariamente propícia à pobreza, marginalização e exclusão, que já é parte integrante da sociedade portuguesa, e que se encontra dispersa de Norte a Sul do país, como teremos oportunidade de constatar mais adiante.

Para atenuar a escassa informação sobre os ciganos, foram realizados estudos a nível nacional, um deles foi o único recenseamento realizado em Portugal em 1997, pela instituição SOS Racismo, em conjunto com o ACIME, mas apenas foi publicado em 2001, foi um estudo que assentava numa visão mais geral dos ciganos, recorrendo à sua itinerância e às suas práticas culturais.

O outro estudo foi realizado no âmbito de um projecto de investigação de 2005, em que se enviou um questionário *Ciganos, Territórios e Itinerância* (CIT) às 278 câmaras municipais do continente, tendi sido possível obter cerca de 55% das respostas desse mesmo inquérito, os objectivos principais como é citado pela investigadora Alexandra Castro, foram: «conhecer a dimensão da comunidade cigana (itinerante e sedentarizada), os locais de permanência dos ciganos e razões para a alteração dos espaços de fixação, as reacções “formalizadas” da população local face à presença dos ciganos e a existência de um local específico para acolher populações itinerantes» (Castro, 2004: 56).

A informação em falta para este estudo, devido às não respostas aos questionários por parte de algumas câmaras municipais foi colmatada com a informação do estudo realizado pelo SOS Racismo, que nos é apresentado através da figura 2, através de dois mapas que se baseiam nos dados relativos às respostas dadas pelas várias câmaras a nível nacional, e que só assim foi possível a representação cartográfica da distribuição sócio - espacial dos ciganos em território nacional.

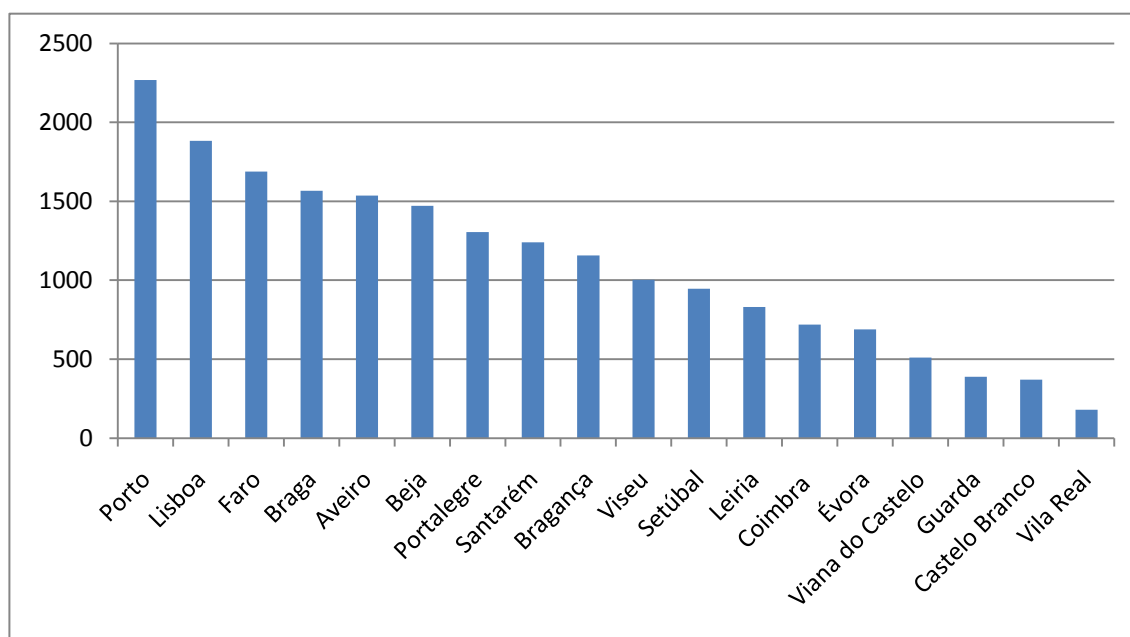
Figura 2 – Distribuição Sócio – Espacial dos ciganos em Portugal, 1997

Fonte: SOS Racismo, 2002: 28-29

Este estudo que está representado através do gráfico 1, contou em concreto com a existência em cerca de 20 000 ciganos existentes em Portugal Continental, embora se reconheça como foi dito anteriormente a maioria dos estudos apontam para os 50 000 ciganos em Portugal, ainda assim e continuando a análise deste estudo, em termos de distribuição sócio - espacial relativamente ao número de ciganos por distrito, não esquecendo que é um estudo de 2005, o Porto, é o distrito que apresenta um maior número absoluto de ciganos, com 2.268, em seguida apresenta-se o distrito de Lisboa com 1882, em terceiro lugar Faro com 1688, o distrito de Braga com 1566, e o distrito de Aveiro com 1536, sendo estes os cinco distritos onde a população cigana neste mesmo ano (2005), se faz sentir mais, em termos quantitativos.

Os distritos restantes compreendem valores inferiores a 1500 ciganos, encontrando-se em último lugar o distrito correspondente a Vila Real com apenas 180 ciganos, contudo em termos do número de ciganos por concelho, existindo mais concelhos com ciganos no Norte que no Centro e Sul do país, como são a título de exemplo, os concelhos de Braga com 1000 ciganos, Lamego com 500, Porto com 500 também, Vila Nova de Gaia com 494 ciganos, Viana do Castelo com 480, sendo Elvas e Loulé os concelhos com maior número de ciganos, existindo 800 e 558 ciganos respectivamente (Castro, 2004:57-58).

Gráfico 1- Distribuição do número de ciganos por distrito em Portugal



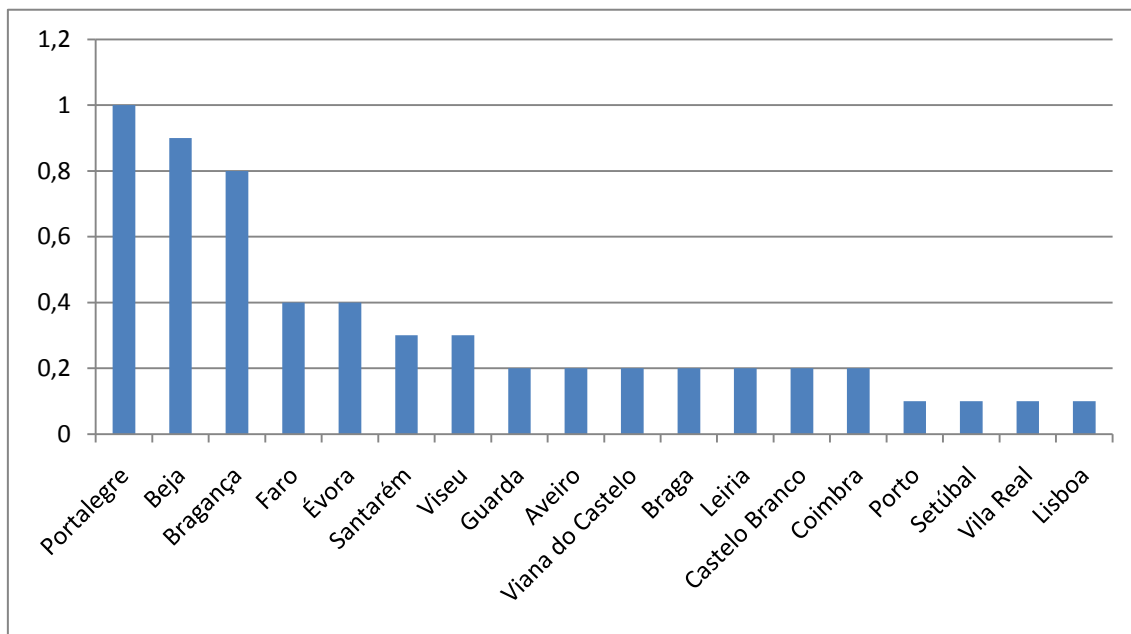
Fonte: Questionário Ciganos, Territórios e Itinerância, CET, 2005 e SOS Racismo, 2007

Através deste estudo podemos constatar que alguns concelhos do interior não registam a presença dos ciganos nessas áreas, contudo conclui-se também que se verifica uma maior concentração dos ciganos ao longo do litoral, embora hajam ciganos em concelhos que fazem fronteira com a Espanha.

Quanto à distribuição dos ciganos face à população não cigana, regista-se que em alguns distritos como Portalegre, Beja, Bragança, Faro e Évora, os distritos onde o peso dos ciganos é maior face à população não cigana, contando em termos percentuais com 1%, 0.9%, 0.8%, 0.4% e 0.4%, respectivamente, sendo as regiões do Alentejo e do Algarve onde mais peso tem este grupo étnico, relativamente à população não cigana.

A nível dos concelhos, existe uma maior dispersão dos ciganos, ao nível do território nacional, sendo mais os do interior, onde se evidencia mais esse peso da presença dos ciganos face à população residente.

Gráfico 2- Distribuição do peso dos ciganos face à população residente por distrito (%)



Fonte: Questionário Ciganos, Territórios e Itinerância, CET, 2005 e SOS Racismo, 2001

Capítulo II – Os Ciganos: Cultura e Tradições

2.1. A Cultura Cigana – quadro de referência

O II capítulo pretende discutir de forma crítica e analítica alguns aspectos que caracterizam a cultura cigana, evidenciando-se certos valores e práticas culturais que constituem uma marca identitária específica dos ciganos.

Numa primeira parte, descreve-se em parâmetros mais gerais a história da cultura cigana, e enquanto numa segunda parte, se pretende abordar alguns aspectos específicos da cultura cigana, nomeadamente a língua, a música, o casamento, a estrutura familiar e até mesmo o seu estilo de vida.

Relativamente às origens dos ciganos, como foi aqui já evidenciado por Coelho (1995), Mendes (2012) e Nunes (1996), entre outros autores, estes são provenientes da Índia, onde a sociedade está organizada por castas, ou seja, trata-se de grupos sociais fechados em que a presença é definida pelo nascimento, que conservam rigorosamente e de forma hereditária os seus costumes e valores próprios, diferenciando-se dos restantes grupos.

Olímpio Nunes tenta explicar os antepassados dos ciganos, afirmando que a etnia cigana fazia parte da casta inferior, ou seja, os sudras, que eram um grupo marginalizado pelas castas superiores, com destaque para os brâmanes: “O de casta inferior, o sudra, ficou o escravo do brâmane - excluído da sua religião, proibido de matrimoniar - se com pessoas de outra casta, não podendo comer ou beber com membros de grupos superiores, que ficariam por isso manchados, impedidos de alcançar a salvação: o sudra é a contra-verdade em si mesmo”, (Nunes, 1996: 129).

Não se sabe ao certo se foi devido às invasões arianas, que estão na origem dos brâmanes de casta superior, que os ciganos, provavelmente de génese, iniciaram a sua dispersão em direcção ao Ocidente, possuindo, inicialmente, uma “cultura em estado folk” (Nunes, 1996: 129).

Os ciganos, durante as suas deslocações, e ao passarem por diversos lugares, sempre foram vistos com muita curiosidade e desconfiança, por se tratar de um grupo social com uma cultura própria e diferente da maioria, os *Gadjés* (termo utilizado pelos ciganos para designar os não ciganos). No entanto, os ciganos que se espalharam pelo continente europeu foram introduzindo algumas modificações na sua forte identidade cultural, moldando-a a certas características dos grupos dominantes e adaptando-a ao

meio envolvente, como forma de resistência e, também, de protecção relativamente aos outros.

Para os ciganos, os não ciganos eram vistos com um certo medo irracional, pois regiam-se por leis diferentes daquelas que a cultura cigana impunha: “Os *Gdgjés* são, por definição, impuros, pois ignoram as regras do sistema e não têm um adequado sentido da «vergonha»: vivem fora das fronteiras sociais e os seus sítios e a sua comida preparada apresentam constante risco de conspiração” (Fraser, 1998: 234).

Pode-se considerar que a cultura cigana é uma cultura ancestral, pois tem vários séculos de história. Contudo, Stewart afirma que os ciganos, embora transmitam a sua cultura de geração em geração, não conseguem construir a sua sociedade à imagem de uma linhagem preservando o seu património, e que ainda falta o desejo de um território partilhado, sendo esta a base de uma nação, estando os ciganos descontextualizados, pois não se encaixam no modelo europeu de “um povo, uma nação”, (1997: 84).

Muitas vezes, são vistos pelos não ciganos como um grupo fechado e que tem muita dificuldade em se integrar na sociedade, pelo facto de se tratar de uma cultura singular que se rege por práticas culturais e valores que lhes são particulares, como iremos ver mais adiante.

No entanto, é devido a esta resistência cultural que a sua cultura ainda existe e se mantém: “ Se não fosse o ‘orgulho cigano’, com certeza a sua cultura já teria desaparecido” (Antunes, J.; Oliveira, M., 2002: 208).

Esta ideia é reforçada por Maria Manuela Mendes que, durante a sua investigação realizada na AML entre 2004-2007, vai entrevistando ciganos, afirmando a maioria destes sentir orgulho em ser cigano. Esta condição tem um significado social preponderante, mesmo vital, sendo vista “como algo que se adquire à nascença”. Esta autora realça o facto de este orgulho étnico ser algo positivo, pois reforça a auto-estima do indivíduo e do próprio grupo (Mendes, 2012: 149).

Charlemagne, afirma que “...the Gypsy identity these young people cling is no longer same as that their elders... (we may be) witnessing the last flickering of the Gypsies centuries-old resistance to assimilation” (citado por Stewart, 1984: 14).

Isto atesta que a perseverança, persistência e resistência cultural dos ciganos perante a sua cultura, embora partilhada pelos mais jovens, parece evidenciar diferenças face ao modo como era evidenciada e valorizada pelas gerações mais velhas.

Gilroy, citado por Judith Okely, afirma que os ciganos querem mesmo a sua própria unidade nacional, mas querem-no para poderem ser puros e culturalmente homogéneos (1993: 49).

Quanto à organização social, os ciganos vivem como um clã, “É um modo de vida em que nitidamente se observa o primado do colectivo sobre o individual. A centralidade das vivências colectivas é algo de estruturador nas interacções da vida do dia-a-dia dos indivíduos” (Mendes, 2012:150).

Em ocasiões especiais como festas ou cerimónias, reúnem-se todos para em grupo poderem praticar os costumes dos seus antepassados.

Trata-se de um grupo social muito fiel à sua cultura, obedecendo às suas regras internas, tornando-se mais difícil, neste caso, obedecerem e respeitarem as regras ditadas pela sociedade maioritária em geral.

Existem diferentes subgrupos que se enquadram dentro do grupo étnico cigano, como é referido por Angus Fraser (1998), Olímpio Nunes, (1996) e Adolfo Coelho (1995) entre outros autores, que demonstram a diversidade dos elementos na cultura cigana.

Pode mesmo afirmar-se que existem subculturas dentro da cultura cigana, devido ao facto dos subgrupos que se foram formando nos países europeus terem especificidades que dependem de características únicas quanto às suas origens históricas, à sua ocupação profissional e aos elementos que adoptaram da sociedade de destino, e que os fazem ser diferentes entre si.

É preciso referir que há uma heterogeneidade sócio - cultural, sendo possível identificar características diferentes de grupo para grupo, mesmo dentro de um mesmo território nacional, como é afirmado em estudos recentes, de que é exemplo o trabalho realizado por Olga Magano (2012), em que a autora retrata a integração dos ciganos portugueses. Para além de se registar uma a dificuldade de integração social na sociedade dominante, devido aos particularismos sócio - culturais, “Os resultados deste estudo revelam a diversidade dessas trajetórias e percursos de vida, a heterogeneidade de origem e de traços culturais e identitários que, aparentemente, não coloca em causa o sentimento de pertença e de ancoragem à identidade cigana.”, (Magano, O., 2012: 3).

O mesmo evidencia Lurdes Nicolau (2012), no seu estudo relativo aos ciganos transmontanos - embora estes se auto-intitulem como ciganos, existem dois grupos distintos, como é afirmado pela autora, os *gitanos* ou *quitano*s e os “chabotos” ou “recos”, cujas “...as diferenciações entre si são evidentes, em vários aspectos, como o

sociocultural, económico, linguístico, moral e também físico, não se verificando qualquer tipo de interacção entre eles.” (Nicolau, 2012: 3).

Segundo Fraser (1998), existem os Rom, que são os mais numerosos no continente Europeu e que estão mais presentes na Europa Central e de Leste, e em alguns países escandinavos. Dentro deste grupo, existem subgrupos que são os *Kalderash*, os *Lovara*, os *Tchurara* e os *Matchvaya*, acrescentando-lhes Nunes (1996) os *Ursari*.

Estes subgrupos podem ser distinguidos pelas suas ocupações originais, sendo os *Ursari* domadores de animais circenses, os *Lovara* tratadores de cavalos e cavaleiros, os *Tchurara* guerreiros e salteadores, os *Matchvaya* são comerciantes e os *Kalderash* são artesãos de metais, (1996: 132).

Os Rom referem-se a si mesmo, como os verdadeiros ciganos, detentores da genuína cultura cigana. Estes apresentam-se geograficamente dispersos, em diferentes países do Centro e Leste Europeu, assumindo-se como os que mais sabem conservar a antiga tradição. Contudo, Fraser destaca que “Estas «tribos» têm diferenças de dialecto, costumes e aparência, mas reconhecem-se mutuamente o direito de se considerarem Rom e podem casar entre si” (1998: 228).

No entanto, os Rom têm adaptado, no que toca ao campo musical, alguns elementos da cultura não cigana (*Gadjés*), que vão introduzindo nas suas canções e lendas.

Neste domínio existe um aspecto importante, a *Kumpánia* («companhia»), que, segundo Fraser, é definida como sendo, “composta por várias famílias, é muitas vezes chefiada por um *rom baró* (grande homem), que dirige e actua como elo de ligação com os *gadjé*” (1998: 229).

Kumpánia é também um organismo político onde se podem tomar decisões de foro moral, social, político e económico, sobre assuntos que não sejam considerados assuntos privados das próprias famílias. No caso de se tratar de assuntos que possam requerer algo mais sério, pode convocar-se um *Kris* (tribunal), para que seja possível recorrer ao julgamento. Estes processos tendem a ser longos e árduos, incluindo problemas relacionados com os divórcios, desavenças entre famílias, ou o adultério. Contudo, nem todos os grupos conhecem a *Kris*, como forma de solução para se resolverem os problemas grupais.

Os Sinti ou Manouches, termo utilizado em França, têm um dialecto com muita influência da língua alemã e estão localizados, na sua maioria, na Alemanha, Áustria, Suíça e França. Também podem ser encontrados, de forma dispersa, noutros países da

Europa Central, sendo tradicionalmente músicos, dançarinos e saltimbancos, e vistos como pertencentes a um grupo social inferior (Nunes, 1996:132).

Um terceiro grupo é os *Gitanos* ou *Caló*, que são os ciganos da Península Ibérica. Refira-se que dentro deste grupo existem outros grupos específicos, como por exemplo, os Bálticos da Andaluzia, os Kalés da Catalunha, alguns Gitans no sul da França, assim como os Calé de Espanha, e os Ciganos de Portugal.

Quadro 1 - Estrutura Social Cigana

Grupos	Subgrupos	Tribos	Clãs/Famílias	Língua ou dialecto
Rom	Kalderash Lovara Tchurara Matsvaia Ursari	Serbiaya Ressurya Xoraxaya	Minesti Moscovich	Romanó, com diferenças locais
Sinti ou Manushe	Sinti Franceses S. Polacos S. Alemães { Norte Sul S. Piemonteses S. Alsacianos			Manusche Sinto, com variações geográficas
Gitano ou Calé	Catalães Castelhanos Andaluzes Portugueses Sul-americanos		Montoyas Savedras Silvas Cabeças	Caló

Fonte: Olímpio Nunes, 1996: 152

Mais recentemente, segundo Fraser (1998: 281), começaram a chegar ao Continente Europeu os Xoraxané, que se encontram sobretudo na França e na Itália.

Na Europa de Leste, a complexidade relativa à diversidade linguística e étnica parece ser bem maior comparativamente ao resto da Europa, pois desde cedo que aí se concentrou uma maior variedade grupal, desde a nacionalidade, passando pelo dialecto e a religião, até à especialização profissional.

Inicialmente, foram identificados cerca de 20 grupos principais na antiga Jugoslávia, que posteriormente se encontram subdivididos de acordo com as suas próprias especificidades.

No nordeste da Bulgária, existiu antes da I Guerra Mundial o maior grupo nómada, designado de Rudari, não falava o Romani, os restantes grupos falavam Valaco e Não Valaco, sendo este último considerado o dialecto mais primitivo dos Balcãs"...as distinções tribais foram-se tornando gradualmente menos significativas, como resultado da continuada nacionalização dos Ciganos, associada à sedentarização forçada, à assimilação cultural e à recusa do governo em reconhecer os Ciganos como um grupo étnico legítimo", (Fraser, 1998: 283).

Na Irlanda existem os *Travellers*, que possuem culturalmente traços muito comuns aos Ciganos. Essencialmente presentes nas áreas rurais, dedicavam-se ao comércio, eram latoeiros, negociantes de cavalos e vendedores ambulantes, vivendo em tendas ou carroças, que eram puxadas por cavalos.

Após a II Guerra Mundial, a maioria das suas actividades tornou-se arcaica, pelo que se viram obrigados a migrar para as cidades, onde as suas funções se tornaram diferentes, bem como as suas habitações. Mais sedentarizados, passaram a viver da mendicidade (mulheres), e da recolha de sucata (homens), habitando em bairros sociais ou nas suas caravanas - reboque (Fraser, 1998).

No final dos anos 50, muitos partiram para Inglaterra, verificando-se que o seu dialecto, *Gammon ou Cant*, deriva essencialmente do inglês.

Na Holanda, identificavam-se os *woonagenbewoners*, que significa "residentes em caravanas", que surgiram em pleno século XVIII e trabalhavam como ferreiros, vendedores ambulantes e amoladores, entre outras ocupações profissionais. Na Noruega, os *omstreifere*, segundo Fraser (1998), poderão ser descendentes de Ciganos e Alemães, com a sua língua própria, o *Rodi*.

Por último, temos os *quinquins* de Espanha e Portugal, sendo esta uma abreviatura de *quinquillero*. Estes caracterizam-se por serem um grupo em que é permitido o casamento com familiares próximos, sendo considerados um grupo homogéneo. Originalmente eram camponeses castelhanos que se converteram ao nomadismo, após uma série de pragas e a fome terem dizimado as populações rurais. Contudo, foram obrigados a sedentarizar-se em bairros de lata, nas cidades de Madrid, Barcelona e Bilbao, sendo posteriormente forçados a irem para os subúrbios.

Usualmente designados por *quinqui*, uma conotação negativa, significando delinquente, eram alvo de muita discriminação, sendo mesmo profundamente marginalizados (Fraser, A., 1998: 286).

Quanto aos ciganos da Península Ibérica, Nunes (1996) traça um perfil físico e psicológico que os distingue dos restantes ciganos da Europa, pois segundo o autor, “...os nossos ciganos são mais magros e ágeis, de altura média (havendo alguns bastantes altos acima de 1.75m; ao contrário dos balcânicos e de outros países da Europa, em que predominam os fortes e membrudos.” (Nunes, 1996: 147).

Caracterizam-se também pela sua vivacidade, no caminhar - “...a *hexis* corporal é suficientemente reveladora, o jeito de caminhar do cigano, é mais “solto”, mais descontraído e desprendido...o cigano caracteriza-se por uma agilidade e vivacidade peculiares em termos de expressão corporal” (Mendes, 2012: 153) -, e por serem pessoas muito agitadas e expressivas quando falam.

Têm cabelos compridos e ondulados, na maioria das vezes, até mesmo os homens, pois isto representa um sinal de dignidade, e de beleza no caso das mulheres.

Os autores em geral, como Liégeois (1989), Nunes (1996), Fraser (1998), retratam fisicamente as ciganas, como sendo elegantes e bonitas, quando são mais novas, mas depois de se casarem ou de atingirem a meia-idade, começam a ficar mais largas de corpo.

Em relação à sua cor, têm tons morenos, que até poderiam designar-se como «cor cigana», segundo Nunes, por se tratar de uma cor muito própria e peculiar. Normalmente, o cigano explica o seu tom de pele através de uma lenda, «Deus criou três homens de barro: - o primeiro ficou cozido demais (o preto); o segundo ficou mal cozido (o branco) e só o terceiro ficou em boas condições (o cigano)» (Nunes, 1996: 148). Através dela, podemos verificar a valorização que os ciganos atribuem às suas características físicas, o que vem reforçar e destacar o orgulho pela sua própria identidade.

Existe também a cor trigueira que resulta da junção de outros grupos de etnia cigana nórdicos ou eslavos, pois as características associadas aos indivíduos desta cor são o cabelo ruivo e a pele com sardas. Geralmente, a pele dos ciganos apresenta brilho, como se estivesse envernizada, juntando-se às suas características físicas, o traje exótico e o seu modo de vestir peculiar.

No fundo, trata-se de uma forma de se auto-afirmar na sociedade, pois o seu vestuário chega mesmo a “dar nas vistas”, sendo combinado com elementos de adorno pessoal

que incluem acessórios de metal e correntes de ouro, bem como jóias e anéis que simbolizam o estatuto económico familiar. Contudo, para o dia-a-dia, os ciganos utilizam apenas um traje que vestem sempre, deixando de o utilizar quando encontram um melhor. As mulheres ciganas da Península Ibérica vestem saias compridas, uma opção distinta da observada noutros grupos, como por exemplo as Manouches, ou até mesmo as Gitanas, que usam a saia mais curta.

Contudo, as mulheres ciganas podem usar decotes e mostrar os seus seios, enquanto amamentam as crianças, pois só é considerado tabu, a parte do corpo que vai da cintura até aos pés.

Quanto ao cabelo, este normalmente encontra-se apanhado atrás, sendo o uso de tranças frequente: “Em Portugal e Espanha muitas ciganas casadas andam em cabelo” (Nunes, Olímpio, 1996: 150).

Contudo, dependendo de país para país, e consoante os grupos de ciganos existentes na Europa, algumas mulheres casadas usam um lenço de seda na cabeça (*dikló*), como acontece com as mulheres Rom.

Como foi referido anteriormente, a maioria dos ciganos integram na sua cultura aspectos da cultura não - cigana, e as mulheres têm um fascínio pelo vestuário moderno, nutrindo um gosto pelos saltos altos. Costumam também usar amuletos ao pescoço, como forma de se protegerem do mau-olhado.

Como já foi referido neste trabalho, os ciganos de alguns países europeus foram impedidos de se vestirem com os seus trajes, como aconteceu em Portugal, em 1579, ano em que se exigiu aos ciganos que se vestissem como a maioria da população lusa.

O mesmo se verificou em Espanha, em 1539 e 1560 na cidade de Toledo, especialmente em relação às mulheres: “Essas proibições vão ao extremo de impedir o traje até nas manifestações folclóricas, indo as penalidades até ao castigo do chicote, à pena das galés e ao exílio” (Nunes, 1996: 151).

No entanto, com a evolução dos tempos, muitas ciganas foram adaptando os seus trajes mais tradicionais, e renderam-se à cultura dominante. Algumas já usam calças ou saias mais curtas, como se verifica nalgumas festas, em que as ciganas que bailam danças típicas ou o flamenco, já mostram mais as pernas.

No que respeita aos homens, não se nota grande diferença em relação ao modo de vestir dos *Gadjé*, “O cigano com razoável nível económico, sedentário, traja como qualquer gadjó. Os pobres vestem as roupas que apanham, sem preocupação da medida que se lhes ajuste” (Nunes, 1996: 151).

Em Espanha, por exemplo, a cigana da Andaluzia, era considerada a verdadeira cigana, por se vestir tradicionalmente consoante a própria cultura, “Na feira de Sevilha, aparecer vestido à andaluza é sinónimo de vestir à cigana” (Nunes, 1996: 152).

2.1.1 Aspectos sociais e culturais dos ciganos em Portugal

Alguns desses traços comuns à maioria dos ciganos portugueses são, por exemplo, em termos religiosos, acreditar na vida para além da morte, ter fé em Deus e na Virgem Maria, ainda que o culto predominante na actualidade seja o da Igreja Evangélica Filadélfia - há uma subdivisão entre católicos e evangélicos na população cigana. Em termos de sedentarização, a quase totalidade dos ciganos portugueses adoptou este modo de vida, ainda que alguns experimentem condições habitacionais muito precárias e degradantes, residindo em barracas ou em tendas, sem as mínimas condições de higiene.

Relativamente às habilitações literárias, ainda persiste muito analfabetismo, tendo a maioria dos ciganos portugueses níveis de instrução que não ultrapassam o básico, sendo muito raros os casos de frequência de cursos superiores.

Em termos profissionais, uma grande parte dos ciganos portugueses vive da venda ambulante, sendo esta a profissão predominante entre eles. Presentes desde há décadas em muitas feiras, desenvolveram uma forte aptidão para o marketing e a venda, trabalhando essencialmente por conta própria.

Quanto aos principais traços, ou características culturais comuns aos ciganos portugueses, podemos destacar o papel preponderante que a família assume, pois existe uma forte coesão familiar e um forte desejo e sentido de responsabilidade em preservar o grupo. Nutrem um enorme respeito e carinho pelos mais idosos e pelas crianças e têm uma especial admiração e afeição pela Natureza e pela liberdade, que muito os caracteriza enquanto grupo étnico, e que os distingue da população maioritária.

Em termos artísticos, têm muito enraizada na sua cultura uma forte apetência para a dança e para a música, como se poderá verificar no segundo ponto 2.2.2, revelando-se verdadeiros bailarinos e músicos.

Cabe agora fazer uma breve análise sobre os aspectos etnográficos e antropológicos dos ciganos portugueses. Para tal, baseei-me, essencialmente, na obra de Adolfo Coelho (1995) intitulada “Os Ciganos de Portugal”, em que o autor especifica algumas características dos ciganos em Portugal. Este trabalho está dividido em três partes,

sendo as duas primeiras dedicadas à língua dos ciganos em Portugal, recorrendo o autor à gramática e esboçando um glossário das palavras segundo o dialecto cigano, com tradução para português.

A terceira parte retrata a História e faz o esboço etnográfico dos ciganos de Portugal, sendo traçado um perfil antropológico e etnográfico dos ciganos portugueses, a partir das observações e experiências pessoais de Adolfo Coelho. Para complementar diversos aspectos deste trabalho, recorri a outras obras, a que farei referência ao longo do texto, nomeadamente para desenvolver mais especificamente os seis pontos acerca dos costumes e tradições da cultura cigana em Portugal, comparando-a com a situação observada noutros países europeus.

De acordo com Adolfo Coelho, subsiste alguma dificuldade em delinear e estudar o perfil antropológico e etnográfico dos ciganos, pela simples razão destes manifestarem alguma desconfiança e serem supersticiosos, o que contribui para que, nem sempre seja possível traçar com total veracidade algumas das suas características.

Como refere Maria Manuela Mendes, “O secretismo que envolve algumas das suas práticas culturais ancestrais é algo que convém reafirmar quotidianamente perante o não cigano” (2012: 155).

Perante todo este secretismo, permanece a dúvida relativamente ao que poderá corresponder à realidade e ao que poderá apenas ser um mito na cultura cigana, pois os ciganos procuram assumir, de um forma algo exclusiva e mesmo fechada, o controlo social sobre aquilo que é de facto a sua cultura, entendendo que apenas a eles compete ter mesmos conhecimentos intrínsecos ao grupo.

Isto significa que os que são considerados estranhos à cultura cigana fiquem de fora, sendo excluídos delas, havendo, neste caso, um reforço do fechamento dos ciganos face aos não ciganos.

À semelhança de Olímpio Nunes (1996), para Coelho (1995) os ciganos são identificados como um grupo forte e resistente em termos físicos, que se adapta às condições ambientais mais adversas que possam surgir e que tem uma forte conexão à Natureza, “Ciganos e ciganas, de aparência juvenil ou decrepita, resistem a grandes marchas, deitam-se e dormem na terra muitas vezes húmida, lamacenta, sem teto” (Coelho, 1995: 165).

O reforço da instrução formal pode ser um aspecto a melhorar se for bem trabalhado e inculcado desde cedo aos ciganos nacionais, uma vez que estes são maioritariamente analfabetos abandonando desde muito cedo o sistema de ensino para poderem constituir

família, com destaque para as raparigas. Embora se trate apenas de um apontamento que tem como base uma reflexão pessoal, não queria deixar passar esta questão em branco, pois embora os estudos de carácter etnográfico não sejam muito actuais, reflectem, ainda assim, os tempos actuais, embora se verifique um ligeiro avanço na educação e numa maior permanência dos jovens ciganos portugueses (rapazes e raparigas) no sistema escolar.

Segundo Coelho, “O cigano tem a paixão do seu modo de vida...” (1995: 167), este modo de vida que se liga muito à vida familiar, que é o pilar fundamental em termos de organização social, pelo qual se regem os ciganos.

Embora, na generalidade dos casos, as pessoas não ciganas desconheçam a história da população cigana, existem algumas particularidades desta cultura que, pela força das circunstâncias, acabam por se difundir. Isto decorre de vivermos numa sociedade cada vez mais diversificada culturalmente e em que há um maior contacto entre culturas diferentes, ainda que estejamos a falar de pessoas com a mesma nacionalidade, como acontece com os ciganos portugueses.

É que, relembramos, apesar destes serem detentores de uma cultura que lhes é muito própria, são acima de tudo cidadãos portugueses, desde a Constituição Portuguesa de 1822.

De qualquer forma, o facto de a maioria dos portugueses desconhecer a história da cultura deste grupo étnico, faz com que não consigam compreender algumas atitudes ou normas que norteiam a conduta das pessoas ciganas, o que favorece o aumento do estigma social e do estereótipo, ligado ao preconceito e racismo.

Todos estes elementos juntos funcionam como uma “bola de neve” que vai crescendo, até que um dia acaba por espoletar em conflitos entre ciganos e não ciganos.

Desta forma está patente a ideia de que a cultura dominante se sobrepõe à minoritária, tal como refere Vala (1999:151), baseando-se na tese de Pedersone e Bierbrauer, *“Quando diferentes culturas entram em contacto (...) existe então uma tendência generalizada para reagir a estas diferenças de uma forma discriminatória, ou seja, os membros do grupo de estatuto mais elevado usam os valores e padrões culturais que os caracterizam para julgar desfavoravelmente os grupos de menor estatuto”*, (2008: 20).

Mas deixemos esta questão ligada à discriminação e à exclusão para o capítulo seguinte, onde se irá dar maior ênfase a este tema.

A principal razão que muitas vezes é apresentada para esta dificuldade em se conseguir conhecer com alguma profundidade a cultura cigana e os seus elementos mais

característicos, é o facto de os ciganos serem culturalmente fechados em si mesmos e nos seus valores e práticas culturais, que estão muito vinculados, resistindo fortemente às práticas e políticas de assimilação.

Contudo, verifica-se uma adopção de alguns caracteres socioculturais da cultura não cigana por parte dos próprios ciganos, nomeadamente ao nível do vestuário, pois há muitos jovens ciganos, quer rapazes, quer raparigas, que se vestem como os não ciganos, substituindo ou mesmo abandonando o vestuário mais tradicional.

Como já foi aqui descrito, a cultura cigana apresenta uma variedade de elementos, como se fosse um mosaico, com diferentes peças, que se interligam entre si de formas diversas, dependendo de região para região e de país para país, por onde os ciganos se foram fixando ao longo do seu percurso histórico, desde o Oriente até ao Ocidente.

Assim sendo, muitos desses elementos culturais foram adquirindo ao longo dos tempos diferentes características, evoluindo e moldando-se à cultura da sociedade de acolhimento, como acontece no caso português.

Um dos elementos culturais que será inicialmente descrito corresponde às práticas linguísticas dos ciganos, que se configuram em diferentes dialectos que são falados nas várias regiões de origem e de fixação dos ciganos.

2.2 Aspectos culturais específicos – algumas referências

2.2.1- As práticas linguísticas

Foi através do estudo da língua dos ciganos, ou seja, o “romanó” ou o “romani”, que se concluiu cronologicamente a origem de partida dos ciganos na Índia, por volta do ano 1000, “... pois ela possui um grande número de vocábulos base que derivam do sânscrito (língua hindu) ”, (Antunes; Oliveira, 2002: 207).

Como afirma também Jean Pierre Liégeois (1989), o romani tem por base elementos comuns não só ao hindi, como também ao bengali, panjabi, entre outras línguas do Norte da Índia.

O estudo dessas origens dos diferentes dialectos permite-nos fazer uma reconstituição geográfica do itinerário dessas migrações.

O romani é uma língua que tem, como qualquer outra, a sua própria estrutura; caracteriza-se por existirem dentro da mesma diversos dialectos, consoante as influências que se foram criando de diferentes países europeus por onde os ciganos se

fixaram: “No decurso da longa coexistência da língua cigana com outras, as influências foram recíprocas, e talvez não haja uma língua europeia que não tenha emprestado algumas palavras à cigana...” (Liégeois, 1989: 38).

Na Península Ibérica, temos o grupo dialetal “caló” ou “cali”. Adolfo Coelho (1995) refere-se à língua cigana como «geringonça», assim como em algumas leis portuguesas e espanholas, o termo «geringonça» significa língua artificial, ou seja, a maioria dos autores defende que os ciganos falavam uma língua misteriosa, vista com algum secretismo, inventada pelos próprios ciganos, e que só mesmo eles entendiam.

Falavam então em português, ou em espanhol, apenas assuntos ou temáticas que lhes convinham, porque os assuntos mais pessoais ou aqueles que faziam questão que passassem despercebidos aos não ciganos eram muito bem ocultados, através da sua própria língua, o caló, “...todos fizeram, o juramento de o não ensinarem a ninguém estranho à raça, e que é mais fácil um cigano deixar-se matar que descobrir o segredo da sua língua” (Coelho, 1995: 174).

Para Adolfo Coelho, existe uma relação entre o calão e a língua que é falada pelos ciganos, pois, segundo este autor o calão “propriamente, quer dizer, língua de cigano; é um termo com que os ciganos do nosso país ainda hoje se designam” (Coelho, 1995: 74).

Deste modo, uma das principais diferenças entre o calão e a língua dos ciganos é que este não se apresenta como um dialecto, apresentando “termos com que em português se designa o vocabulário especial de criminosos de profissão, fadistas, contrabandistas, garotos e outra gente de hábitos duvidosos, que por aquele meio buscam não ser entendidos da sociedade geral” (Coelho, 1995: 73).

O Caló está cada vez mais em desuso e foi-se perdendo muito da sua essência linguística; contudo, o pouco que resta desta língua, falada quer pelos ciganos portugueses quer pelos ciganos espanhóis, parece sobreviver residualmente em algumas cidades espanholas muito frequentadas por ciganos, nomeadamente da região de Andaluzia, que adoptaram alguns dos seus vocábulos.

A língua foi-se deteriorando linguisticamente, embora os ciganos com mais idade ainda tentem falar e dialogar entre si, de uma forma muito alterada, devido às influências que sofreu das línguas dominantes.

Por isso, hoje em dia, a maioria dos ciganos, tanto em Espanha, como em Portugal falam o espanhol, ou o português, respectivamente.

Como é referido por Olímpio Nunes (1989), na sua obra intitulada “O povo cigano”, “O caló seguiu a evolução normal duma língua mais fraca em contacto com outra mais fortemente estruturada, e foi sendo modelada pelo castelhano e português, cedendo e importando o vocabulário e a gramática” (1989: 255).

Embora tenham existido leis nos dois países ibéricos que proibiam a utilização da língua cigana, o que de certo modo também facilitou a sua perda de relevância, acabou por reforçar a necessidade de a preservar, contribuindo para que a língua cigana fosse encarada e curiosamente estudada por muitos investigadores com especial interesse e profundidade.

O Caló, à semelhança do que acontece com outros dialectos falados pelos ciganos de vários países europeus, é um dialecto do romani, que é basicamente o mesmo para todos os ciganos a nível mundial. Como analisa pormenorizadamente Angus Fraser (1998), os dialectos derivados do Romani são diferentes entre si e mesmo muito particulares, tendo características muito próprias, com ramificações dialectais, faladas por grupos que há muito se fixaram em regiões diferentes.

Pode-se assim dizer que o romani é uma língua dinâmica, que está em constante mutação, “... em todos os pontos da Europa são constantes as importações de elementos de elementos das culturas anfitriãs” (Fraser, 1998: 288).

Até mesmo as canções e as lendas, que passam de geração em geração, estão permanentemente a ser alteradas de uma forma criativa. O mesmo sucede aos dialectos; por exemplo, o dialecto romani galês incorpora vocábulos com origens diversas, com destaque para o inglês, o grego, as línguas eslavas e o próprio galês, detectando-se ainda algumas influências de Romeno, Alemão e Francês.

Fraser admite que existam mais de 60 dialectos do romani, que estão agrupados pelos diferentes grupos de ciganos europeus, sendo classificados de várias formas. Efectivamente, basta uma pequena alteração, ou transformação dialéctica, para se conseguir distinguir um grupo étnico do outro, o que provoca o aparecimento de novas subdivisões. Existem os Kaale da Finlândia, os Cárpatos do leste da Hungria, Galícia Polaca e Transilvânia; os Sinti Piemontesi e os Sintilombardi, que são dialectos que pertencem aos grupos do norte da Itália e que acabaram por se separar, ao nível fonético e em termos do vocabulário. Fraser categoriza-os em dois tipos, os falados na Alemanha, na Flandres e na Alsácia, os falados em Veneza, na Itália, na Estíria, na Áustria e na Hungria, (Fraser, 1998: 289). As subdivisões que referi anteriormente pertencem ao dialecto *sinto* e apresentam-se de uma forma muito homogénea, pois

embora possuam algumas diferenças no campo lexical, são perceptíveis entre si e não apresentam uma grande dificuldade de comunicação dentro do mesmo grupo.

Faz-se também uma forte distinção entre os dialectos valaco e os não valaco.

O Romeno assume uma forte influência linguística no romani, o que explica o seu próprio nome. Efectivamente, muitas dessas influências foram capturadas pelos Rom, que se destacam pelos seguintes dialectos principais: Kalderash «romeno», Kalderash «sérvio», Kalderash «russo», Lovari, Tchurari e Matchvano, nos E.U.A.

Quanto aos dialectos não valacos, estes abrangem toda a Europa, desde a Rússia, Báltico e Ucrânia, até à Grã-Bretanha e Península Ibérica, tendo mesmo chegado a difundir-se pelos Balcãs.

Os dialetos não valacos, por abrangerem em termos geográficos uma grande área, vão adquirir uma enorme diversidade e importar novas formas de falar e de construir frases, o que traduz um processo de inovação linguística.

Fraser questiona se de facto o Romani não deveria ser considerado como uma língua constituída por um grupo de línguas, em vez de ser encarada como uma única língua, uma vez que existem dialectos diversificados (Fraser, 1998: 290).

Ainda assim, o romani terá sempre a sua base inicial no antigo sânscrito, tendo origem indiana, persa, arménia, eslava e grega, e um notável contributo por parte das línguas europeias. Além de ser uma língua instável, trata-se de uma língua unicamente oral, constituindo-se como um elemento importante de identidade cultural para os ciganos, que os distingue dos não ciganos. Na verdade, é um orgulho para os ciganos serem detentores de uma língua própria, que os protege socialmente dos restantes.

A sedentarização da maioria dos ciganos, ou seja, a sua fixação em determinadas regiões e países, foi um factor também determinante para o avanço do processo de assimilação em termos da língua falada pelos ciganos, e dos tais dialectos que se foram afastando, progressivamente, da língua original, acabando por adoptar particularismos dos países em que se fixaram.

Fraser considera que a vontade, ou a preferência em se conseguir uma língua unificada, comum à maioria dos ciganos, criando um Romani estandardizado, que foi uma das medidas propostas no quarto Congresso Mundial Roman, “... é apenas um aspecto de um novo desejo sentido por alguns ciganos...de encontrar maneira de rodear a diversificação nas suas próprias fileiras, produto do prolongado contacto com uma vasta sociedade europeia” (Fraser, 1998: 304).

2.2.2- A música e a dança ciganas

A música, à semelhança da dança, são para os ciganos o seu modo de estar na vida, fazem parte do seu quotidiano, constituindo a sua forma de divertimento e de tempo lúdico favoritos. É através de ambas que exprimem o que lhes vai na alma e, com alguma frequência, a sua expressão tem lugar em festas prolongadas de forma espontânea.

Foi principalmente na Europa Oriental e Central que a música cigana conseguiu obter maior visibilidade, pois ao longo da história, os ciganos eram solicitados nas Cortes para irem tocar - “Nos fins do século XV, à corte da Hungria eram chamados da Alemanha, França e Itália músicos ciganos, tocadores de alaúde” (Nunes, 1996: 321).

A música dita autenticamente cigana, tem as suas origens e influencias no Oriente, sendo os instrumentos mais tocados na altura o violino, o contrabaixo e um címbalo. Esta música começou a ter um maior sucesso entre os séculos XVII e XVIII, pois sempre que houvesse festas e comemorações, quer na cidade, quer no campo, os ciganos estavam presentes, destacando-se nesta altura alguns músicos ciganos.

Foi um período próspero para a música cigana, reconhecida pelos mais ricos, chegando a ser adoptada a música cigana para o hino nacional húngaro.

Ferenc Liszt foi, no século XIX, um dos grandes divulgadores das características originais da música cigana, embora haja musicólogos que defendem que a música cigana independente não existe, pois assumem que esta foi sofrendo alterações, ao longo dos tempos, acabando por ser influenciada pelos países por onde se fixa (Castelo-Branco, S., 2010).

A partir desta época, surgem diversas orquestras na Europa Ocidental, como por exemplo, na França e na Inglaterra, onde aumentam o número de pessoas fascinadas por este estilo musical.

Tantona Rússia como na Hungria, a música cigana era apreciada pelos aristocratas, nomeadamente nas festas, “...não havia festa sem ciganos...” (Nunes, 1996: 322). Tanto homens, como mulheres cantavam de uma forma apaixonada e melancólica, que encantavam as Cortes, acabando mesmo por ganhar fortunas e, no caso dos homens, casar com burguesas ricas.

O sucesso foi mais visível nos ciganos da Europa Oriental do que na Europa Ocidental; ainda assim, na Inglaterra e na Escócia, os ciganos distinguiram-se pelo seu talento musical, onde a harpa, desconhecida por muitos músicos, foi um instrumento muito

tocado pelos ciganos Os temas da música cigana obtiveram uma forte influência sobre outros músicos e compositores alemães e austríacos conceituados, como Schubert, Beethoven ou Haydn, entre outros.

A música espanhola de raiz cigana é mundialmente conhecida, surgindo no ano de 1860, em Sevilha, o primeiro «café cantante», onde todos os músicos eram de etnia cigana.

É precisamente no século XIX que se começa a impor a chamada «arte flamenca», arte andaluza, que tem como base o «canto hondo». De facto, a música flamenca tem origens orientais, com influência andaluza, “...com mescla de mourisco e hebraico, que os próprios ciganos absorveram” (Nunes, 1996: 323).

Como vimos anteriormente, a música cigana foi sobretudo uma música instrumental na Hungria, uma música mais vocal na Rússia, enquanto na Espanha está muito mais presente na dança.

O flamenco simboliza a “imagem de marca” dos ciganos espanhóis, pois é a partir dele que são reconhecidos mundialmente intérpretes como Ramon Montoya, Paco Aguillera, Carmen Amaya, Lola Flores e Paco de Lúcia, entre outros.

Os temas das músicas são variados, segundo Stewart (1997: 92), e as letras são muitas vezes lamentações das suas condições de vida, falando sobre pobreza ou traição, centrando-se muito no estilo de vida dos ciganos. As melodias exprimem essencialmente sentimentos, dependendo do tipo de melodia, mais alegre ou mais inclinada para a melancolia e tristeza.

Jean-Pierre Delfeil, citado por Olímpio Nunes (1996: 331), agrupa em cinco grupos a música cigana: o primeiro é a música dos cabarés russos e húngaros, o segundo grupo corresponde ao flamenco gitano da Andaluzia, o terceiro grupo à música popular ou de gaita-de-foles, o penúltimo grupo ao jazz manouche e, por último, o grupo mais autêntico, que incorpora a música como meio de comunicação privilegiado no seio do próprio grupo.

Contudo, o segundo grupo é o que mais exprime a música e a alma cigana, pois embora ainda não se tenha muitas certezas quanto à sua origem, é reconhecida por alguns musicólogos uma raiz situada na Índia.

Os instrumentos musicais mais utilizados pelos ciganos são os instrumentos de corda, como a guitarra, a viola, o violino, o bandolim, o címbalo e o alaúde, sendo raras as vezes em que usam instrumentos de sopro.

Stewart (1997: 92) reconhece, à semelhança de Olímpio Nunes, o prestígio musical dos ciganos durante o período medieval e o início da idade moderna na sociedade não cigana; contudo, actualmente, os ciganos actuam sobretudo em festas particulares nas suas próprias comunidades, constituindo essa prática, um dos seus rituais favoritos.

Quanto aos ciganos portugueses, em particular Adolfo Coelho (1995: 173) compara-os aos ciganos da Hungria, que considera possuírem um verdadeiro talento musical, ao contrário dos ciganos nacionais que não revelam propriamente ter uma música instrumental, afirmando: "...os portugueses limitam-se a reproduzir, sem originalidade, os cantos e bailados dos ciganos espanhóis.

Na "Enciclopédia da música em Portugal no século XX", de Salwa Castelo Branco (2010: 834), afirma-se que esta falta de visibilidade comercial, de expressão cultural e mesmo de referências escritas sobre a música dos ciganos portugueses, é fruto precisamente dessa forte influência do flamenco espanhol, sendo este estilo e o seu contexto bastante mais abordados e referidos pela maioria dos autores que se debruçam sobre o assunto.

Apesar de os músicos ciganos portugueses participarem em festas, casamentos, e em cerimónias pouco divulgadas, fazem-no de uma forma muito informal e invisível, o que os impossibilita, de certa forma, de terem acesso a uma maior expansão musical no âmbito dos mercados musical nacional e internacional.

Na segunda metade do século XX, surge um novo género musical, a rumba, que é muito popular entre os ciganos do Sudoeste europeu, nomeadamente espanhóis, que foram gradualmente adotando o ritmo latino, com origens africanas, acompanhado pelo som da viola flamenca, pelas palmas e pelo *cante jondo* (Castelo Branco, 2010: 835).

A rumba foi popularizada a partir dos anos 60 pelo músico Pere Pubili i Calaf, tornando-se nos anos 80 e 90 do século XX um género musical mundialmente conhecido, com um sucesso preconizado pelos ciganos franceses, das regiões de Montpellier e Arles. Foi precisamente este estilo musical que influenciou e permitiu definir melhor a música dos ciganos portugueses, verificando-se que esta, nalguns casos, vai reflectir o gosto que alguns ciganos nutrem pelo fado nacional - há fadistas e músicos de origem cigana, sendo exemplo a história da Severa -, e, também, uma certa proximidade à música mais popular, vulgarmente designada como "música pimba".

Este último processo decorre, entre outros aspectos, de uma coincidência nos espaços preferenciais de actuação destes dois estilos musicais, com destaque para as festas, feiras e outros espaços públicos.

Contudo, embora os ciganos portugueses sejam influenciados pelos estilos musicais nacionais, as suas músicas assumem particularidades diversas, nomeadamente na colocação da voz que, com o recurso a técnicas enérgicas, faz variar os sons, e na utilização das línguas castelhana e português.

O maior sucesso em termos da música cigana em Portugal surgiu no final do século XX, através do grupo Ciganos d'Ouro, o único com distribuição musical a nível nacional. Contudo, foram surgindo outros músicos contemporâneos, como Nazari, Paulo Trigueiro, Xano, Ereno ou Davi Maia. A promoção destes músicos é maioritariamente divulgada através de eventos culturais mas, sobretudo, através de festas ciganas.

Recentemente, assiste-se à introdução de uma prática musical “nova” entre os ciganos portugueses, que é proporcionada pela implantação da Igreja Evangélica de Filadélfia em Portugal. Neste âmbito são criadas e interpretadas músicas que se diferenciam da música original cigana, pois em termos de ritmos e temas musicais, as letras das músicas adquirem um cariz religioso que se aproxima muito mais da música cristã contemporânea brasileira e latino-americana, tendo influências do popó latino, do rock e do pop anglo-americano (Castelo Branco, 2010: 836).

A música e a dança ciganas estão estreitamente relacionadas uma com a outra, pois são como uma simbiose, e juntas proporcionam momentos de alegria e de festa entre as comunidades ciganas. Por isto, é também importante compreender a relevância e a pertinência da dança para a cultura cigana.

À semelhança da música cigana, a dança assume um êxito esplêndido entre as Cortes europeias, no século XVI, pois as jovens ciganas dançavam com grandes decotes, com vestidos compridos todos bem ornamentados a ouro, estavam sempre acompanhadas por ciganos músicos, que tocavam, enquanto as raparigas dançavam.

Muitas ciganas e ciganos eram protegidas pela realeza, e estavam constantemente a serem convidados para os bailes da Corte, e muitos nobres se vestiam como ciganos.

Nesta altura, era costume, os ciganos dançarem ao ar livre, em espaços públicos, ensinando com frequência a sua dança.

Olímpio Nunes (1996) dá mais relevo aos ciganos ibéricos, afirmando que em Espanha a dança cigana era frequentemente exibida nas festas religiosas, quer fossem públicas ou privadas, como sucedeu em 1560, no casamento do rei espanhol D. Filipe II.

Para além de dançarem, também tocavam com os dedos instrumentos e faziam-se acompanhar de pandeiretas e castanholas. Estas danças espanholas, tal como a música, têm influências orientais, e só no século XIX é que ganham uma especial importância,

pois muitos turistas começam a apreciar este tipo de arte performativa, que se caracteriza por ser uma dança sensual, com movimentos muito expressivos “...constituem uma verdadeira pantomina” (Nunes, 1996: 324).

No caso de Portugal, Gil Vicente, nos inícios do século XVI, já se referia a ciganas que dançavam e cantavam nas suas peças. Na Turquia, no século VII, a dança era considerada uma das profissões das ciganas, assim como no Egipto, no século XVIII, existiam ciganas que dançavam em casas de particulares, ou até mesmo em espaços públicos, enquanto em países como a Rússia ou a Hungria, a componente musical assumia especial destaque comparativamente à dança cigana.

Contudo, já aqui tivemos oportunidade de referir que tanto a música como a dança, assumiram em Espanha uma especial visibilidade, tornando-se, nos dias de hoje, uma atracção turística.

A influência da arte flamenca, em termos do vestuário no caso das mulheres, foi de tal ordem, principalmente na região de Andaluzia, que muitas espanholas adoptaram o vestuário das ciganas, “Assim surgiu o «gitanismo» que caracteriza os andaluzes e fez com que facilmente se viesse a confundir o vestuário cigano com o andaluz ou sevilhano”, (Nunes, 1996: 325).

Tanto a música como a dança assumem-se como arte, fazem parte do dia-a-dia dos ciganos, reflectindo muito da sua própria cultura e não sendo encaradas como um mero divertimento, mas antes como uma maneira de viver e de se estar na vida. Na verdade, o amor pela dança e pela música é incutido desde cedo nas crianças ciganas.

2.2.3- As práticas matrimoniais

Neste ponto vai-se falar sobre o casamento, que ocorre normalmente em idade precoce e é considerada a maior festa dos ciganos, pois costuma durar vários dias, juntando centenas de convidados. O espaço físico onde normalmente ocorre esta cerimónia é ao ar livre, mas também pode ter lugar em recintos fechados, nas feiras, em campos de futebol, etc...; inicialmente é servido o almoço, que se cozinha também ao ar livre e posteriormente começa o baile.

O casamento será provavelmente a cerimónia mais fulcral para os ciganos, pois constituir família é levado muito a sério por este grupo populacional, uma vez que está na base de toda a sua estrutura e organização social. No entanto, os ciganos assumem práticas e regem-se, também neste domínio, por normas muito diferentes das vigentes

na sociedade dominada pelo grupo maioritário. Contudo, à cerimónia segundo a tradição, pode seguir-se o matrimónio religioso, o que acontece em diversos casos.

Para os ciganos, um dos grandes objectivos do casamento consiste no reforço das relações de parentesco, sendo o outro, o aumento da dimensão da família, por via do nascimento de um grande número de filhos, embora actualmente esta tendência esteja a diminuir, pois comparado com alguns anos atrás, hoje em dia as famílias ciganas já não são tão extensas, em termos do número de filhos.

Segundo o código moral que costuma reger a conduta dos ciganos, o casamento é na maioria das vezes endogâmico, ou seja só se pode contrair casamento entre parentes próximos, que pertencem ao mesmo grupo, pois segundo Olímpio Nunes (1996: 213), há uma certa preferência em que os seus filhos casem com «gente que conhecem».

Entre os ciganos, existem linhagens que correspondem às diferentes gerações de famílias ciganas.

Quando a mulher cigana se casa, vai viver para a casa da sogra, e passa a fazer parte da linhagem do marido, sem cortar relações com os seus familiares mais próximos. Contudo, sempre que ocorram desacatos entre o casal, os irmãos e o pai da mulher podem defendê-la do marido, sempre que seja necessário e que tal se justifique.

Em termos dos valores matrimoniais, podemos considerar que são muito rigorosos, e estão sempre de acordo com o código moral, como já foi referido anteriormente.

A fidelidade e a lealdade das mulheres para com os maridos, que deveria também ocorrer no sentido inverso, mas que não é bem assim, é tida na mais alta consideração, e sempre que haja infidelidade, o casamento é rompido.

A castidade e o facto de uma mulher se manter virgem até ao casamento são princípios, muito importantes, e reveladores de dignidade e de honra da cigana.

Caso estas condições não se verifiquem, são mal vistas pelo restante grupo, podendo mesmo ser expulsas, pelo que a prostituição feminina é rara, ou praticamente inexistente, embora haja testemunhos de casos apresentados por certos autores, como Adolfo Coelho, que relata a existência de uma cigana em Évora que tinha sido amante do Conde de Vimioso.

Assim como a prostituição, a poligamia também não se encontra entre os ciganos, pois o cigano é na sua essência e segundo a sua cultura, monogâmico.

Pode casar-se mais de uma vez na vida, após a separação prévia do um casal. Contudo, o processo de separação torna-se mais fácil quando o casal é jovem e não tem filhos, pois, caso contrário, existem sempre críticas a essa separação.

Na sociedade cigana, a mulher assume um papel muito preponderante e, por vezes, complicado, pois, segundo Fraser, esta “... tem o dever de cuidar dos sogros, fazer para eles o trabalho da casa e dar-lhes netos”, (1998: 230).

O casamento, como vimos, tem as suas próprias regras que devem ser respeitadas por todos. Ainda assim, essas normas mais tradicionais diferem consoante o grupo cigano a que nos referimos, pelo que Olímpio Nunes (1996) procede ao seu agrupamento em função do modo como são assumidas nos vários grupos. Começa com o grupo Sinti, cuja iniciativa do casamento compete apenas aos jovens, com a fuga nupcial que é aprovada pelos pais e familiares; de seguida o casamento do grupo Rom, em que compete aos pais estipularem o casamento, sem primeiramente consultarem os filhos, e por último, o casamento dos ciganos da Península Ibérica, em que tradicionalmente existe um ritual que consiste na fuga simulada, que é aceite pelo grupo; quer isto dizer, que os noivos fogem antes de se concretizar a boda, propriamente dita.

É nas cerimónias matrimoniais, com a família extensa reunida, que se costumam combinar e preparar futuros casamentos. Estas cerimónias ocorrem em casa da noiva, sendo feito o ritual da «prova» da noiva, com um lençol branco, para se ter a certeza se a noiva é pura (virgem), ou se é impura.

Após a «prova» e o juramento pelos mortos, que é algo muito sagrado e que deve ser registado e rigorosamente cumprido, os noivos estão finalmente casados, sendo colocada na noiva uma grinalda como prova da sua pureza e honra familiar.

A boda, é uma cerimónia que não tem qualquer carácter religioso, mas sim, moral, (Nunes, 1996: 224). Trata-se de uma festa com um grande banquete, onde a música e a dança completam toda a tradição matrimonial.

Existem ainda os chamados casamentos mistos que ocorrem entre ciganos de diferentes grupos com tradições que diferem umas das outras, e entre ciganos e não ciganos.

Estes últimos são cada vez mais frequentes na actualidade, sobretudo entre ciganos homens e mulheres lusas.

Também nestes casos, a mulher assume o papel de se ter de adaptar às circunstâncias, tendo de se submeter à cultura do marido, consoante este seja cigano, ou, caso se trate de uma cigana, esta terá de se adaptar à cultura de um *gadjé*.

Existem alguns impedimentos ao casamento, que condicionam a sua realização, como por exemplo, a proibição, em diversos grupos, do casamento entre parentes até ao terceiro grau de parentesco e entre primos direitos.

É também estritamente proibido o casamento entre padrinho e afilhada, e entre os restantes membros da família, sendo também as doenças graves um factor determinante, que impede decididamente o casamento.

Actualmente, todas estas práticas matrimoniais estão a sofrer algumas alterações, sendo influenciadas pela sociedade maioritária. Como observámos anteriormente, já ocorrem casamentos entre ciganos e não - ciganos, o que para certos grupos era impensável que acontecesse, para além de se verificar, nalguns casos, a combinação entre a cerimónia tradicional cigana e o casamento religioso cristão.

2.2.4- A estrutura familiar

A família assume uma extrema importância na sociedade cigana, sendo um dos seus pilares de organização social. A autoridade familiar compete ao pai, que se ocupa de assuntos mais externos, ligados ao negócio, enquanto à mãe competem a educação dos filhos e as tarefas domésticas.

As crianças são criadas com muita liberdade, elas são a maior alegria no seio de uma família cigana, “ Os ciganos têm um amor extremo aos filhos, e uma grande relutância em se separar deles, como interná-los num hospital, metê-los num infantário, ou até num colégio” (Nunes, 1996: 172-173).

Não é só o conceito que difere do dos não ciganos, mas sim a sua forma funcional e organizacional, pois enquanto na família nuclear cada núcleo funciona de um modo independente, já na família extensa todos os seus membros funcionam como um todo.

Em termos de estrutura familiar, podemos considerar que a família extensa assume a forma de uma pirâmide, sendo a família nuclear (composta pelo pai, a mãe e os filhos) a base e o elo de ligação mais relevante, vindo de seguida o clã ou a família extensa, isto é, os outros familiares que fazem parte da linhagem.

Os «tios» são os ciganos mais respeitados pelos restantes membros do grupo e que têm um maior número de filhos e parentes, cabendo-lhes tomar as decisões políticas do grupo, a fim de evitar conflitos.

As pessoas mais velhas são consideradas a base estrutural da organização de uma família cigana, pois são detentores de muita sabedoria, e são muito respeitados pelos mais novos; a idade aqui é sinal de autoridade dentro do clã.

Normalmente, os rapazes ajudam o pai no mercado e nos negócios externos, e as raparigas ajudam a mãe nas tarefas domésticas, sendo elas também que cuidam dos seus irmãos mais novos.

A mulher tem um papel de submissão total ao marido, respeitando-o e obedecendo-lhe; apenas nos casos em que o marido não cumpra as normas impostas pela própria cultura, seguindo uma má conduta, é que este perde o respeito, não só da mulher, como de todo o clã. Desde cedo, o papel da mulher e do homem são distintos um do outro, ocorrendo normalmente uma forte desigualdade de género.

Note-se que, em média, as famílias ciganas são muito numerosas, verificando-se que em Portugal, como noutros países europeus, um casal cigano tem mais filhos que um casal não cigano.

Esta noção de família numerosa é claramente compreendida, pois todos os membros do clã de certa forma contribuem para os lucros, e quantos mais melhor, pois os lucros também vão ser maiores, logo a economia familiar também aumenta.

Segundo João Antunes e Manuela Oliveira (2002: 210), os papéis sociais são atribuídos segundo a idade e o sexo, pelo que “compete ao homem a autoridade”, sendo o chefe da família, e à mulher “...o mando da família e do casamento”, cabendo-lhe transmitir a cultura cigana aos filhos, com o objectivo último de garantir a transmissão, de geração em geração, dos princípios e dos valores orientadores que regem toda vida de um cigano.

Outro tópico muito importante a ser aqui evidenciado é a existência de uma permanente solidariedade social na família, que se assiste normalmente quando existem membros daquela que estão a passar por uma fase mais complicada, por exemplo, em termos económicos.

Esse sentimento de solidariedade familiar é também visível quando um familiar se encontra doente, ou até mesmo com os mais idosos e com as crianças, que são ambos muito protegidos por todos os elementos do grupo.

Refira-se ainda que quando morre algum membro, é visto quase como um dever auxiliar e prestar o devido apoio à família fragilizada, pois os ciganos são um grupo étnico muito unido.

Apesar do elevado nível de solidariedade entre os membros do grupo, existem excepções, e quando esta solidariedade não é correctamente correspondida e se apresenta em crise, os jovens são os mais afectados, pois segundo Jean Pierre Liégeois,

“... ocorre um aumento da delinquência, do alcoolismo e do consumo, fenómeno aliás muito recente, da droga...”, (1989: 68).

Adicionalmente, vem-se também a assistir a mudanças naquilo a que se diz ser a tradição dentro da família cigana, no que diz respeito às famílias numerosas.

Por exemplo, hoje em dia, as mulheres já estão sujeitas ao planeamento familiar, recorrendo à utilização de contraceptivos, e os jovens contestam alguns valores dentro da própria família, pois o facto de irem à escola, uma instituição estranha ao seu habitual meio social, acaba muitas vezes por os fazer reflectir sobre determinados assuntos, levando-os a adquirir um espírito crítico face ao grupo étnico.

2.2.5- A religião e o luto

Quanto à religião, numa perspectiva tradicional e segundo Adolfo Coelho (1998), os ciganos demonstram normalmente a sua fé, segundo rituais inerentes à sua cultura, «adoram os mortos», e têm um enorme respeito e adoração pelo culto dos antepassados. O autor afirma que não são totalmente irreligiosos, embora o sentimento e o conceito religioso não esteja muito assente e vinculado.

Coelho admite ainda que muitos dos ciganos ainda são supersticiosos, embora a superstição seja diferente da religião.

Refira-se ainda que, tal como no caso da língua, também no que respeita à religião, os ciganos adoptaram, em diversos casos, a religião dos países onde se foram fixando, o que deu origem a uma diversidade religiosa, que envolve católicos, ortodoxos e muçulmanos, espalhados pelo continente europeu (Fraser, 1998).

Mais recentemente, os ciganos têm vindo a adoptar novos credos, como o cristianismo evangélico. Segundo um artigo de Ruy Llera Blanes (2012), que descreve a história da implantação do movimento cristão evangélico pentecostal na Península Ibérica, mais concretamente a Igreja Evangélica Filadélfia, ocorreu nos finais do século XX, a, uma adesão de muitos ciganos a esta Igreja, que se aproxima muito das Assembleias de Deus. Devido à sua dimensão, este processo teve um impacto social significativo na vida deste grupo étnico.

A Igreja de Filadélfia surgiu no ano de 1950 em França, impulsionada pelo pastor Clément le Cossec, que foi o pioneiro na difusão entre os ciganos, a nível mundial deste movimento.

Uma década depois, em 1960, conseguiu levar essa mesma doutrina a Espanha, onde teve muito sucesso entre os ciganos, chegando a Portugal em 1970.

Estes movimentos evangélicos têm a particularidade de debaterem assuntos pertinentes, em termos históricos e sociais, para as populações ciganas, incentivando-os a que se preocupem um pouco mais em registar e debater a história da religiosidade cigana, através de narrativas, de textos e de registos, que ajudam nessa mesma compreensão.

Ruy Blanes argumenta que o chamamento é uma das etapas importantes para um evangelista, pois é a partilha comum entre os crentes deste movimento religioso e constitui a “... “salvação espiritual”, em grande parte motivada pela profusão, através de vários mecanismos narrativos e comunicacionais, de uma história particular (o “chamamento ao povo cigano”) (2012: 131).

O pastor Clément le Cossec deu os seus primeiros testemunhos evangélicos aos ciganos, como o intuito de converter e de difundir a palavra cristã, através da partilha e da interação sociais.

Iniciou a sua experiência entre os ciganos em 1946 no norte de França, onde a pedido de um jovem que tinha a sua mãe doente, fez uma oração; o mesmo sucedeu em 1950, quando conseguiu curar milagrosamente uma família de manouches, que rapidamente se converteu à igreja evangélica.

Posteriormente, o pastor inicia a doutrina, ensinando a ler e a compreender melhor a bíblia, dando origem ao Movimento Evangélico Cigano, que se estendeu a vários outros países europeus, começando pelo território espanhol. É a partir daqui, através das mãos de um cigano, Emiliano Jiménez Escudero, associado a outros pastores espanhóis que conseguiu chegar até Portugal (Bastos, Correia, e Rodrigues, 2007: 165).

Podemos considerar que este movimento, que acabou por alastrar à Península Ibérica, contribuiu para reforçar e cimentar laços familiares entre os ciganos espanhóis e portugueses, através de intercâmbios e seminários organizados por entidades localizadas em ambos os países, sucedendo o mesmo entre os ciganos espanhóis que migravam sazonalmente para o sul da França, “...muitas famílias ciganas da Catalunha partilham laços de parentesco com grupos de *gitanes* no lado francês”, (Blanes, R., 2012: 138).

Todo este processo de evangelização possibilitou aos ciganos europeus uma maior mobilidade, devido às missões evangélicas situadas em diferentes países, o que também favoreceu o aumento das redes sociais entre ciganos de diferentes grupos de etnia cigana, registando-se uma verdadeira transformação social na vida dos ciganos, neste caso dos peninsulares.

Como muitos ciganos passaram a viver em bairros sociais nas cidades, ou seja, houve uma transformação da sua mobilidade, passando de nómadas a sedentários, tornaram-se frequentadores dos locais de prática do culto evangélico, participando nas reuniões religiosas que têm lugar na sua área de residência.

No caso dos ciganos evangélicos portugueses, Johannes Ries, que no seu artigo discute o dinamismo e a influência da missão Pentecostal nos ciganos, admite que este movimento teve de se adaptar às necessidades e aos objectivos dos ciganos, tendo em conta que é um grupo há muito marginalizado, posto de parte pela sociedade maioritária em vários países (Ries, J., 2012: 278).

Contudo, a Igreja Evangélica tem contribuído para uma maior aproximação social entre ciganos e não ciganos, verificando-se um crescimento no número de crentes, que espalham a palavra e que, de certa forma, auxiliam a atenuar algumas tensões, como a dos contrários⁴, que muitas vezes originam conflitos entre famílias ciganas que acabam quase sempre em mortes de familiares.

Assim como outras restrições que são impostas pela própria Igreja Evangélica de Filadélfia, os ciganos portugueses que a frequentam têm de respeitar "... a proibição de porte e uso de armas, mas também o consumo de bebidas alcoólicas e de drogas, incluindo o tabaco", (Bastos, José; Correia, André e Rodrigues, Elisabete, 2007: 167). Estas e outras proibições favoreceram a uma maior aproximação social e cultural entre os *gadjés* e os ciganos portugueses.

Entre os ciganos, a morte de um familiar é sempre encarada como um luto rigoroso "Os ciganos deitam luto pelos mortos que é de cor preta (*collardó*)" (Coelho, 1995: 191), o qual se deve ao mais elevado respeito pelo defunto.

Normalmente após o enterro, os conflitos existentes entre familiares são atenuados e, por vezes, mesmo esquecidos. Os funerais são sempre acompanhados por muitas lamentações e gritos exacerbados, devendo os ciganos, durante o luto, evitar a presença em as festas.

Durante o funeral, os ciganos não colocam utensílios nem objectos na sepultura, apenas se limitam a colocar o corpo, que é sepultado pelo próprio grupo familiar. É feita a cerimónia fúnebre na igreja, e posteriormente procede-se ao funeral.

Alguns ciganos não recorrem ao luto (vestir de preto) e ao final de um ano é expressamente proibido recordar ou lamentar o falecido, pelo facto de que o morto deve

⁴ A lei dos contrários rege as relações entre famílias ciganas que estejam em conflito, são os homens mais velhos e mais respeitados dentro do grupo étnico que tentam resolver e apaziguar o conflito.

descansar em paz, e os vivos devem-no deixar viver a sua nova vida, num plano diferente do nosso.

Capítulo III

A Etnicidade Cigana e a Exclusão Sócio - Espacial

3.1- Quadro Teórico e Principais Conceitos

Este capítulo procura debater o significado e as conexões entre os dois conceitos - chave deste estudo: etnicidade (cigana) e exclusão sócio - espacial.

Num primeiro momento, vamos apresentar um enquadramento geral de cada um dos conceitos, ou seja, os conceitos teóricos principais irão ser referidos de forma ampla e integrando várias perspectivas de abordagem. Só posteriormente se procederá à especificação das suas dimensões de análise, elementos pertinentes para se perceber como é que foi feita a operacionalização do conceito etnicidade, referido ao grupo cigano. No caso da exclusão, serão abordadas as dimensões social e espacial.

3.1.2- A Etnicidade e a Exclusão social

O conceito de etnicidade, segundo Fernando Luís Machado (1999), aparece normalmente associado a outro, que é o de minoria étnica, sendo este último até mais utilizado que o primeiro. É um termo que é fortemente utilizado na área da sociologia, sobretudo na literatura inglesa, comparativamente à literatura francesa (Machado, 1999: 97).

Pode-se afirmar que a “etnicidade é, genericamente, falar da relevância que a pertença a determinados grupos étnicos pode adquirir no plano das desigualdades sociais, das identidades culturais e das formas de acção colectiva” (Machado citado por Mendes, 1997: 41).

O autor relaciona o conceito de etnicidade, com outros como, por exemplo, comunidade, identidade, relações raciais e grupos étnicos, pois todos estes estão directa ou indirectamente relacionados com o conceito de etnicidade.

Contudo a definição do conceito etnicidade pode variar consoante “o espaço de referência que se adopte”, referindo Fernando Luís Machado (1999: 104) que, por exemplo, falar de etnicidade na Guiné-Bissau, é diferente de falar de etnicidade em Portugal, pois são países distintos, existindo uma certa diferenciação étnica, no caso da Guiné, que torna válidas determinadas categorias.

Já em Portugal, o fenómeno de imigração e o uso do crioulo, sobrepõem-se àquelas categorias, tornando-se elementos culturais identitários dominantes e marcantes.

A etnicidade, segundo Machado, é mais notada, quanto maiores forem os níveis e domínios de contrastes de uma determinada minoria em relação à sociedade maioritária. Caso os níveis de contraste entre ambas as populações sejam reduzidos, existirão então, neste caso, mais continuidades, do que particularidades, logo, a etnicidade não é tão significativa “O espaço da etnicidade é assim definido por contrastes e continuidades, as últimas começando a ter significado quando os primeiros se atenuam e vice-versa” (Machado, 1999: 105).

E quando se assiste a uma forte similaridade, tanto em termos sociais, quer em termos culturais entre a minoria étnica e a população maioritária, podemos designar essas situações de não - etnicidade, tratando-se de uma sociedade homogénea, no que respeita aos factores étnicos.

Fernando Luís Machado no seu estudo relativo à integração dos guineenses em Portugal, analisa os vários grupos étnicos, diferenciando-os entre tendo em conta dois tipos de contrastes face à população maioritária portuguesa: o contraste social e o contraste cultural (Machado, 1999: 120).

O contraste social pode ser aferido a partir dos seguintes parâmetros: a localização residencial, os níveis de escolaridade, a estrutura etária, o sexo, e, por último, a condição socioeconómica. No que diz respeito ao contraste cultural, Machado tem em consideração as seguintes dimensões: religiosa, linguística, matrimonial e as relações de sociabilidade.

O autor analisa em termos globais os grupos étnicos presentes em Portugal tendo por base esta escala de contrastes/continuidades sociais e culturais; assim sendo F.L. Machado considera que a estrutura de classes que caracteriza os indianos, os guineenses, os angolanos e os moçambicanos não apresenta um forte contraste social com a da população portuguesa, organizando-se também segundo um sistema de “classes tripartidas - burguesia, pequena burguesia e operariado” (Machado, 1999: 126, citado por Mendes, 1997: 27).

É importante salientar que as dimensões sociais e culturais da etnicidade não convergem todas da mesma forma para cada minoria étnica, querendo isto dizer, que a análise de relações entre grupos minoritários e a sociedade envolvente requer um estudo multidimensional.

Quanto ao grupo étnico cigano, à semelhança do que acontece com as minorias africanas é um grupo vulnerável à exclusão social.

Os ciganos constituem o grupo étnico, à semelhança do indiano, que exhibe maiores níveis de contraste no domínio cultural, principalmente em termos dos seus modos de vida, e da organização social interna do grupo, o que está associado ao facto de ainda ser recorrente a família extensa, como já foi referido no capítulo II.

Um dos factores em que é mais evidente o contraste social é a localização residencial das minorias em meios urbanos, o que está na maioria das vezes associado às precárias condições de habitação em que vivem estas populações, em comparação com as condições de habitação da população maioritária.

No caso da etnia cigana, os ciganos são, segundo Machado o grupo mais afectado juntamente com os africanos, no que se refere à sua concentração em zonas de maior degradação habitacional, como barracas e bairros de lata.

Pode-se constatar que os ciganos, constituem o grupo minoritário que está numa posição de maior contraste social em Portugal (Machado, 1999: 116), juntamente com a minoria africana, ambas mais expostas à pobreza e exclusão social.

Segundo Maria Manuela Mendes (1997: 31), o grupo étnico cigano distingue-se da população maioritária “simultaneamente pela raça, pela língua e pela filiação religiosa, a que se adicionam valores específicos e práticas endogâmicas”.

Para Giddens (2010: 249), a etnicidade assume-se como um conceito social, que consiste num elemento fundamental de identidade para alguns grupos ou indivíduos, através de práticas e valores culturais comuns, que se distinguem dos que estão associados aos restantes grupos sociais, repercutindo-se este fenómeno de geração em geração.

Como já foi referido inicialmente, associado ao conceito etnicidade estão outros conceitos como o de etnia, grupos étnicos e minorias étnicas, cada um com o seu significado. No caso do conceito de etnia, que é discutido por Maria Manuela Mendes (2005: 23), para os autores anglo-saxónicos, o termo significa que os indivíduos possuem características comuns entre si e se identifiquem com essa mesma cultura, é-lhes concedido algum poder de escolha, ou seja, a etnia traduz para uma certa liberdade dos indivíduos que pertencem a uma determinada cultura, e que partilham da mesma origem (Mendes, 2005: 23).

O conceito minorias étnicas tem vindo a ser substituído pelo termo grupo étnico, pois o termo minoria étnica adquire, segundo diversos autores, uma conotação negativa, e tem

um cariz redutor comparativamente ao de grupo étnico. Este último, segundo António Teixeira Fernandes, citado por Maria Manuela Mendes, estabelece que um grupo étnico se diferencia do resto da população em que está inserido, através de traços fisionómicos e culturais, “Estes aspectos fazem dele um mundo à parte, com o seu sistema de relações sociais e a sua vivência cultural” (Fernandes, 1995: 25, citado por Mendes, 2005: 24).

Como é demonstrado através do estudo de Fernando Luís Machado, o grupo étnico cigano é o que representa um maior contraste social e consequentemente, o que mais é considerado dissonante, ou o que menos apresenta características que sejam comuns à sociedade maioritária, apesar de estar documentada a sua presença em Portugal desde o Século XV.

O conceito de etnicidade está fortemente relacionado com o de exclusão social, pois na maioria das vezes associa-se a pertença a determinados grupos étnicos, a uma “condição social desprivilegiada, a um padrão de comportamentos e valores contrastantes com a cultura envolvente” (Machado, 1992: 123, citado por Mendes, 2005: 40).

Os ciganos, comparativamente à população dominante, estão numa situação de desigualdade social, o que dificulta a sua integração nos vários sectores da sociedade, estando aquele grupo étnico num plano desfavorável e bastante vulnerável às situações de pobreza e de exclusão. Nos anos 90, estimava-se que “...cerca de 15% dos indivíduos que vivem em situação de pobreza em meios urbanos, são membros de minorias étnicas (...), o prolongamento desta situação provoca a reprodução geracional do estatuto de desprivilegiado” (Mendes, 1997: 43).

Acresce que “os indivíduos pertencentes a grupos étnicos sofrem inúmeras dificuldades de integração dado os seus baixos níveis de formação escolar e de qualificação profissional” (Mendes, 2005: 42), o que contribui fortemente para que estes sejam excluídos da sociedade, embora existam outros factores que possam também funcionar como causas principais para a perpetuação do fenómeno de exclusão social.

Numa sociedade culturalmente diversa como acontece em Portugal, a exclusão social pode assumir inúmeras formas, importando, antes de mais, evidenciar as principais dimensões deste complexo fenómeno social. No estudo que empreendemos, interessamos apenas as dimensões: social e espacial, embora haja outras dimensões, tal como é evidenciado pelos investigadores Teresa Barata Salgueiro (2000: 96) e Bruto da Costa (2008: 69-71) nas suas pesquisas.

Assim sendo é necessário clarificar primeiramente o conceito de exclusão sócio-espacial, quando referenciado empiricamente a este grupo étnico, que ao longo dos séculos foi alvo de mecanismos e medidas de exclusão, tanto a nível nacional, como em outros países europeus.

Os ciganos sempre foram um grupo estigmatizado, marginalizado e segregado, como já foi referido no capítulo I, e amplamente evidenciado por Jean Pierre Liégeois (1989: 96-104)⁵.

Bruto da Costa estabelece uma relação entre o conceito de exclusão social e o de pobreza, verificando-se que ambos começaram a ter mais visibilidade nos inícios da década de 1980, tendo-se iniciado o debate sobre estes dois conceitos complementares, como afirma o autor, em 1960, na França (Costa, 2008: 59-60).

Teresa Barata Salgueiro, cita o papel importante do autor francês R. Castel, para a definição conceptual do termo exclusão social, designando-o como um fenómeno que afecta “... populações ameaçadas pela fraqueza de recursos e também fragilizadas pelo tecido relacional (...) em ruptura com os laços sociais” (Castel 1991: 139, citado por Salgueiro, 2000: 91).

Bruto da Costa define inicialmente o conceito de pobreza, da seguinte forma: é “... uma situação de privação por falta de recursos” (Costa, 2008: 62), o que, de certa forma, como refere o autor, pode significar a falta de condições básicas de sobrevivência, como a alimentação, os transportes ou a habitação, entre outros bens, o que pressupõe uma situação de exclusão social.

Efectivamente, uma escassez de recursos a este nível provocará uma situação de ruptura com outros sistemas e laços sociais, (sistema educativo, participação política, laços de amizades com a população envolvente).

Pode-se então afirmar que “... a pobreza representa uma forma de exclusão social, ou seja, que não existe pobreza sem exclusão social” (2008: 63).

Para Manuela Mendes, o contraste social e cultural do grupo étnico cigano contribui para que a situação de exclusão social se acentue ainda mais “este cenário, dificulta, com efeito, a fuga, a médio e longo prazo, de uma posição de subalternidade e de marginalização social” (1997: 46).

O sociólogo Anthony Giddens define o conceito de exclusão como “... as formas pelas quais os indivíduos podem ser afastados do pleno envolvimento na sociedade” (2010:

⁵ Liégeois, J.Pierre, (1989: 96-104)

325), e, à semelhança de outros investigadores, como os referidos anteriormente, evidencia um conjunto de factores e domínios em que se poderá verificar a exclusão, referindo a exclusão económica, a exclusão política e, por último, a exclusão social.

Este investigador, considera que estes fenómenos se repercutem no campo da vida social e comunitária, como uma “rede social limitada ou fraca, levando ao isolamento e ao contacto mínimo com outros”, (Giddens, 2010: 327).

Este conceito está associado ao afastamento social que poderá resultar de decisões que escapam ao controlo de um determinado indivíduo ou grupo, assim como poderá ser o próprio indivíduo, ou grupo social, a se auto – excluir.

Assim, “... a exclusão social não é apenas o resultado da exclusão de pessoas - pode também resultar de pessoas que se excluem a si mesmas de aspectos centrais da sociedade”, (Giddens, 2010: 327).

Para De Boyser, Dewilde et al. (2009), a exclusão social é um conceito genérico, que está relacionado com outros processos que se geram na sociedade, como situações de desigualdade social, pobreza, discriminação, polarização e inacessibilidade.

A maioria dos autores associa o conceito de exclusão social ao de pobreza, emergindo este último como uma das causas principais da exclusão social, como evidenciam os autores anteriormente referidos, “Poverty, then, is a special case of social exclusion (...) an accumulation of interrelated forms of exclusion”, (Boyser, De Katrien, Dewilde, Caroline, [et al.], 2009: xxi).

Teresa Barata Salgueiro define exclusão, englobando outros conceitos como o de segregação e até mesmo o de marginalidade, destacando-os da seguinte forma, “... continuam a ser metáforas espaciais mas privilegiam as barreiras à mobilidade e ao acesso, carregam a dicotomia da integração/não integração num determinado sistema (...), remetem para o isolamento e para a privação do acesso (a direitos, a bens e às instituições de serviços: escolas, cultura, saúde, formação)” (2000: 82).

Mais adiante iremos aprofundar mais o papel das políticas sociais e urbanas que visam a integração social da população cigana a nível nacional, que contribuem para atenuar situações de exclusão quer a nível social, quer a nível espacial.

Para já, a nível social, Salgueiro (2000: 98), destaca as condições sócio - demográficas como as mudanças na estrutura familiar ou, os diferentes valores sociais, entre outros factores que podem conduzir à exclusão social e reforçar o isolamento dos indivíduos.

A nível espacial e territorial, a exclusão adquire proporções diversas mais viradas para o plano urbanístico, que muito têm a ver com a dificuldade no acesso à habitação e às más

condições de conservação desta e, também ao espaço em que está localizado esse mesmo habitat, que vai pode ser desde a inexistência absoluta de alojamento, até à barraca, à residência num bairro social, à ineficiência da rede de transportes, e, à própria imagem negativa do espaço envolvente (Salgueiro, 2000: 98).

Tornam-se, por isso, territórios marginalizados e excluídos, que carecem de infra-estruturas básicas (saneamento, água, electricidade ...), e de recursos, situações com as quais muitos ciganos nacionais se deparam nas suas residências e bairros, no fundo, trata-se de espaços desvalorizados (Salgueiro, 2000: 107).

Contudo, existe um conjunto de outras situações que os ciganos têm de enfrentar que contribuem igualmente para essa mesma exclusão social, que pode ser sentida em diversos domínios da sociedade. Para além das que foram aqui referidas, destaca-se o domínio económico, através da precariedade do emprego e do mercado informal, assim como o baixo nível de escolaridade que afecta este grupo étnico, situação que contribui para o incremento das condições de elevada exclusão e vulnerabilidade sociais, entre os jovens ciganos (Mendes, 1997: 45).

O facto destas populações ciganas residirem em habitações precárias, sejam elas barracas ou bairros sociais degradados, faz com que aumente o estigma social que sobre elas recai, o que irá dificultar ainda mais a sua integração social e espacial nos locais de residência.

Segundo João Antunes e Manuela Oliveira, (2002), as características gerais das habitações onde reside a população cigana, na maior parte das vezes são precárias, e assumem um carácter temporário, razão pela qual será necessário perceber qual o tipo de alojamento mais apropriado para esta população, pois o grupo étnico cigano privilegia muito o espaço exterior, já que este adquire um valor simbólico e “nada tem a ver com o espaço compartimentado da civilização ocidental” (2002: 4).

Num estudo realizado por Bruto da Costa e Manuel Pimenta, no ano de 1991, é referido que os ciganos portugueses da Área Metropolitana de Lisboa, antes de se recorrer às políticas de realojamento, viviam comparativamente a outros grupos étnicos mais carenciados, “em condições de extrema inferioridade face aos co-residentes nos mesmos bairros marginalizados” (Bastos, Correia, e Rodrigues, 2007: 44).

Segundo o supracitado estudo de Bruto da Costa e Pimenta (1991), as habitações dos ciganos na AML eram degradadas e apresentavam carência de condições básicas: cerca de 68,8% não dispunham de água canalizada, enquanto, que no caso dos santomenses, esse valor era de 46,4%; nos guineenses era de 22%, e nos moçambicanos de 23,2%.

Quanto à electricidade nos lares, cerca de 44,6% dos ciganos não tinham acesso a esta infra-estrutura, distanciando-se dos santomenses (26%) e dos moçambicanos (5,9%); quanto ao acesso a instalações de banho, 75,9% dos ciganos não dispunham de banho, contra 47,4% dos santomenses e 18,1% dos guineenses; acresce que 60,7% dos ciganos não tinham saneamento básico, contra 13,4% dos lares de santomenses e 5% dos lares indianos. Relativamente a estes indicadores, os ciganos apresentam assim valores muito elevados comparativamente aos outros grupos étnicos, o que vem reforçar a grave situação de pobreza no que diz respeito às péssimas condições de habitação em que viviam os ciganos da AML nos anos 80 e 90 (Bastos, José; Correia, André e Rodrigues, Elisabete, 2007: 45).

Segundo Alexandra Castro, a percentagem dos ciganos residentes em Portugal que habita em condições condignas, é de cerca de 70%, vivendo os restantes numa situação habitacional precária.

“Esta precariedade manifesta-se a diferentes níveis: fracas condições físicas do alojamento; localização geográfica periférica e dificuldade de ver garantida a estabilidade residencial num dado território” (Castro, 2012: 125).

Esta situação de exclusão sócio - espacial contrasta fortemente com o resto da população portuguesa que se encontra numa situação mais favorável.

Isabel Duarte (2000), citada por Alexandra Castro, refere que os ciganos nómadas são percepcionados segundo os entrevistados das localidades inerentes ao estudo, de forma negativa e como menos evoluídos face aos ciganos que já se encontram numa situação de sedentarização, pois, “são mais evoluídos, “mais sociáveis” (Castro, 2004: 59).

Durante o estudo nacional realizado pela investigadora, que consiste em identificar a dimensão da população cigana em Portugal e as diversas realidades espaciais em que vive esta população, sendo aplicado um inquérito a alguns municípios em grande parte do território continental, os entrevistados, associam sempre a itinerância, como uma característica comum aos ciganos, independentemente do seu grau de fixação (Castro, 2004: 60).

Os ciganos com estas práticas são um segmento minoritário em Portugal, porém a itinerância pode ser encarada como algo positivo, “pela sua associação à liberdade...a desvinculação dos direitos de cidadania dos ciganos com a consequente desresponsabilização das entidades locais”, assim como pode ter uma conotação negativa, “é uma forma de desvio contra o qual a sociedade maioritária tende a lutar” (Castro, 2004: 61).

Este estudo realizado em 2005, realizado através de inquéritos enviados às 278 câmaras municipais do continente, em pareceria com os dados recolhidos com um estudo realizado pelo SOS Racismo em 1997, veio também confirmar que os ciganos portugueses e com práticas ainda de itinerância preferem permanecer em territórios públicos, como é evidenciado por cerca de 58,3% dos municípios, contudo essa tendência tem-se vindo a alterar, pois têm preferido os terrenos privados (50,9%), para aí se fixarem temporariamente (Castro, 2004: 62).

O modo como os ciganos se apropriam de um determinado território, associado às políticas “repressivas” e à pressão das populações locais dos vários municípios, facilitam a expulsão dos ciganos de determinados territórios e impedem o acampamento/estacionamento nesses mesmos locais, sendo esta situação muito comum em vários municípios (Castro, 2004: 63).

Existem outros estudos, também algo desactualizados, que afloram a situação habitacional em que os ciganos portugueses viviam, nomeadamente o estudo de 2000 da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos e os dados de 2006-2007 apresentados pelo Centro de Estudos Territoriais.

O primeiro estudo apontava para cerca de 4.398 pessoas a residirem há mais de dois anos numa situação de precariedade habitacional a nível nacional, enquanto, que o SOS Racismo (2001), nos seus dados, menciona por volta de 4.200 ciganos portugueses numa situação habitacional precária, sendo os distritos de Viana do Castelo, Castelo Branco, Coimbra e Évora os mais afectados por esta situação de precariedade (SOS Racismo, 2001: 22, citado por Castro, 2007: 66).

O segundo estudo, do Centro de Estudos Territoriais aponta para 6.516 ciganos que viviam em condições precárias de habitação, face a um número total de ciganos de 33.940 Indivíduos, a autora obteve estes resultados através dos resultados obtidos pelo questionário CTI 2, do trabalho recolhido no terreno e da informação analisada no Programa Rede Social (Castro, 2007: 67).

A maioria dos ciganos analisados neste estudo habitavam em tendas, e não tinham qualquer tipo de condições e infra-estruturas básicas, tratando-se de famílias que nunca tiveram acesso a uma casa ou quando residiram numa habitação tinham um estatuto ilegal de ocupação; alojamentos desprovidos de infra-estruturas básicas, como o acesso a água canalizada, a electricidade da rede pública e a infra-estruturas de saneamento (Castro, 2007: 68).

Podemos então concluir que um segmento da população cigana vive ainda em condições habitacionais muito precárias.

A criação do Estado Social visa garantir os serviços públicos e a protecção a toda a população, numa lógica universalista. Neste contexto, urge minimizar a situação de exclusão sócio - espacial em que se encontram muitos portugueses; por isso mesmo, o Estado investiu em políticas e, ou medidas sociais e urbanas, que irão ter um papel importante, em alguns casos, na integração do grupo étnico cigano, como iremos verificar de seguida.

3.1.3 – Políticas Sociais e Urbanas para a Integração da população cigana em Portugal – uma apresentação crítica

Como é afirmado por alguns autores mencionados acima, o grupo étnico cigano, apresenta muitas dificuldades e limitações no que diz respeito à sua integração em vários domínios, assim sendo, “não é de estranhar que os indivíduos pertencentes principalmente ao grupo étnico cigano manifestem uma inserção problemática na sociedade envolvente” (Mendes, 1997: 46).

Contudo, importa aqui salvaguardar, que no domínio sócio - espacial, ou seja no que diz respeito ao acesso à habitação, às acessibilidades em termos de transportes e acesso a serviços e a instituições públicas e privadas, a população cigana encontra muita dificuldade, em conseguir de facto aceder a estas áreas.

No domínio social, é um grupo que também manifesta vulnerabilidades na área da educação, emprego e formação.

Segundo Bruto da Costa, há na sociedade um conjunto de sistemas sociais, com um certo nível de interdependência que podem ser considerados como básicos ou essenciais, sem os quais nem sempre é fácil viver em sociedade (Costa, 2008: 65).

Desta forma, quando uma determinada parte se encontra menos incluída na sociedade em vários domínios (social, económico, político, espacial...), importa criar mecanismos ou medidas que favoreçam essa mesma inclusão.

A esfera social, “enquanto domínio fundamental de inclusão remete-nos, desde logo, para a importância das redes de sociabilidade (família, vizinhança territorial ou profissional e amizade, a esfera territorial, “...pelas características dos territórios que habitamos, pelas referências identitárias que construímos e que nos permitem ser reconhecidos e reconhecermo-nos como parte dessa sociedade e pela construção das

memórias individual e colectiva que permitem um processo de ancoragem social essencial à inclusão” (Costa, 2008: 65).

Como é referido por Alexandra Castro, a falta de dados actualizados relativamente à população cigana, e com um elevado nível de dispersão territorial, dificultam o desenvolvimento de políticas públicas, quer sejam estas locais, quer sejam nacionais (Castro, 2004: 55).

A Constituição Republicana Portuguesa⁶ cita Maria Manuela Mendes, “...consigna que o indivíduo e respectiva família têm o direito a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar...” (Mendes, 2012: 233). Por isto, o Estado, juntamente com o poder local, tem vindo a proceder a políticas de realojamento, em matéria de habitação e planeamento urbano, e tem sido através destas políticas que muitos ciganos têm conseguido aceder a habitações relativamente dignificantes.

José Gabriel Pereira Bastos analisa as contradições do poder político em Portugal, e questiona até que ponto o Estado e outras instituições públicas têm “culpa” e responsabilidade durante o exercício das suas práticas sociais de inclusão quando nos referimos aos ciganos portugueses. Para este autor, a nossa Constituição não faz o reconhecimento das relações inter-étnicas, assim como viola o princípio da igualdade⁷ dos cidadãos (2012: 363).

Segundo afirma Alexandra Castro, o Programa Especial de Realojamento, que começou no ano de 1993, tinha como principal objectivo erradicar as barracas das áreas metropolitanas e realojar as populações em habitações camarárias, em bairros sociais.

Infelizmente, não existe um estudo que aponte especificamente o número de famílias ciganas que tenham sido abrangidas por este programa de realojamento (Castro, 2007: 721).

Contudo, o impacto destas políticas de habitação e práticas de planeamento e gestão territorial que têm sido desenvolvidas tanto por organismos públicos como privados, acabaram por ser alvo de algumas críticas por parte dos próprios realojados, devido à “falta de visão estratégica, (...) a elevada concentração de ciganos em alguns bairros de realojamento, a co-habitação forçada com outros grupos com práticas sócio - culturais muito distintas de si, o desajustamento entre o design do alojamento, e do prédio de

⁶ Artigo 44º, alínea 1, da Constituição Republicana Portuguesa

⁷ Artigo 13º

habitação, e as necessidades e as práticas sócio - culturais do grupo” (Mendes, 2012: 234).

O grupo étnico cigano, à semelhança de outros, foi um dos grupos que mais beneficiou do Programa Especial de Realojamento. Contudo, existem outras políticas sociais que visam também a integração como é o caso dos PNAI (Planos Nacionais de Acção para a Inclusão Social), que tiveram início no ano de 2001-2003, seguindo-se, posteriormente, os PNAI 2003-2005, 2006-2008 e 2008-2011. Mas mais uma vez, segundo a maioria dos autores, nomeadamente José Gabriel Pereira Bastos, o Estado não reconhece a população cigana e os seus problemas específicos, reflectindo isto, insuficiências e limitações no sucesso das metas que são estabelecidas: “... os PNAI de 2001 em diante tendem a ignorar a especificidade da questão cigana dissolvendo os portugueses ciganos na restante população «vulnerável»” (Bastos, 2012: 368).

O principal objectivo do PNAI é o de lutar contra a pobreza e a exclusão social e está inserido no programa estratégico de desenvolvimento da União Europeia e de cada um dos Estados Membros.

Num estudo recente sobre os ciganos da AML, os entrevistados de etnia cigana afirmam que a segregação sócio – espacial é uma forma de racismo ou discriminação, pois estas políticas de realojamento vêm reforçar, na maioria dos casos, situações de isolamento e separação, em que os ciganos ficam ainda mais afastados dos não ciganos, (Mendes, 2012: 234-235). Bruto da Costa, afirma que “...a inclusão das pessoas e famílias requer, além do mais, que o espaço onde vivem também seja integrado (incluído) no espaço que o rodeia.” (Costa, 2008: 68).

Segundo Eduardo Costa Dias et al., o conceito de integração social reporta-nos para a ideia de que é necessário haver uma estabilidade e consolidação ao nível dos vários sistemas sociais, para que se consiga a integração de um determinado individuo ou grupo na sociedade, “A integração social implica a auto-suficiência de recursos e a mudança de atitudes não só nos grupos excluídos, como também na população que os vai integrar.

O processo de integração deve, por isso, contemplar a simplificações e dimensões subjectivas de uns e outros grupos derivadas, por exemplo, das aspirações, das crenças e dos valores” (Dias, et al. 2008: 24).

Segundo um estudo apresentado por Daniel Lopes relativamente às políticas de realojamento dos ciganos do Bairro da Assunção, que habitavam em casas degradadas desde os princípios dos anos 70, e que foram realojados em apartamentos no Bairro do

Infante e na Rua do Corvo, em Lisboa, a Câmara Municipal desta cidade, comprometeu-se a realojar todos os ocupantes que se encontravam a viver em barracas em habitações sociais, como aconteceu no final de 2003. Refira-se, no entanto, que as famílias que ainda restavam da Rua do Corvo, foram realojadas de forma muito concentrada, num dos extremos da cidade de Lisboa, ou seja, na periferia da mesma, (Lopes, 2008: 296). Este realojamento não agradou às famílias ciganas, pois acreditavam poder vir a ser realojados no próprio Bairro da Assunção, como afirma Daniel Lopes na sua investigação (2008: 296).

Lopes atribui alguma responsabilidade social ao poder administrativo das autarquias, como aconteceu mais uma vez na cidade de Lisboa, com o processo de realojamento da população cigana do Vale de Forno, existindo muitas vezes, um forte desconhecimento por parte dos técnicos municipais, quanto à realidade em que vivem estas famílias ciganas, pois encontram-se pouco familiarizados com as características ligadas à cultura cigana.

Diz o autor: “Quando se considera o realojamento de famílias ciganas, há duas preocupações de base que deveriam ser levadas em consideração: em primeiro lugar, a de evitar concentrações elevadas dessas famílias numa mesma zona, de modo a prevenir eventuais situações de conflito; em segundo lugar, a de respeitar o afastamento dos contrários; não alojando famílias que se encontram desavindas nas proximidades uma da outra” (Lopes, 2008: 297).

No caso dos realojamentos das famílias ciganas no Montalvinho e no Ribeião, que ficou a cargo da empresa municipal de Lisboa, a Gebalis, a qual se encarregaria de fazer a gestão dos bairros sociais, assim como de ensinar regras básicas de funcionamento de um apartamento aos respectivos moradores e de explicar como se proceder ao contrato de arrendamento, verificou-se uma completa ausência de sucesso.

Isto ficou a dever-se ao facto da formação não estar adequada à população cigana, já que uma grande maioria era analfabeta, o que consequentemente se repercutiu no não cumprimento nos pagamentos das rendas dos apartamentos, assim como proporcionou uma rápida degradação dos materiais e das infra-estruturas dos prédios e consequentemente das condições de habitabilidade.

A Gebalis recorreu ao envio de cartas de despejo dessas mesmas famílias, o que fez com que muitos ciganos se sentissem ameaçados em termos do acesso à sua habitação, levando-os a saldar as suas dívidas.

Segundo a ENICC (Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas), aprovada em 2013, nos últimos 40 anos várias instituições nacionais têm vindo a desenvolver programas e medidas que visam a inclusão deste grupo étnico, tais como, a Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos e os seus Secretariados Diocesanos; a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com o Programa de Promoção Social dos Ciganos, o Ministério da Educação; o Secretariado Entre - culturas, o Instituto das Comunidades Educativas com o seu projecto “Nómada”, assim como diversos e numerosos projectos de associações que, a nível local, contribuíram para o desenvolvimento e inserção da população cigana (ACIDI, 2013: 4).

O ACIME (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas), surgiu em 1997, e tinha como principal função promover a integração dos Centros de Apoio ao Imigrante (Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante - CNAIS e Centros Locais de Apoio ao Imigrante - CLAIS), que eram organismos que propiciavam informação e acolhimento aos cidadãos imigrantes, e em 2007 esta instituição mudou o nome para ACIDI, (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural).

De destacar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural), desde o ano de 2004, tem desenvolvido um programa - o Escolhas, que não é apenas direccionado para a população cigana, mas ainda assim dispõe de 66 projectos que visam a integração desta etnia.

Em 2007, foi criado, no âmbito do ACIDI, o GACI (Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas), que tem procurado intervir de forma indirecta junto da população cigana, prestando-lhe apoio, juntamente com os poderes locais, em quatro áreas distintas, que são: a educação, a saúde, o emprego e a habitação, “...a fim de reduzir a vulnerabilidade de muitas destas comunidades, que continuam a ser grandemente afectadas em termos de exclusão social” (ACIDI, 2013: 4).

Foi então criado em 2009, um projecto-piloto, designado projecto dos mediadores municipais, que abrangiu em 2011, cerca de 15 municípios, que implantaram esta medida que consiste em “promover a igualdade de oportunidades, a coesão social, tendo subjacente a dimensão de combate à discriminação, promovendo o emprego e a capacitação das comunidades ciganas e apostando numa intervenção em diversas áreas carenciadas, através da mediação e da resolução de conflitos, em que o mediador e a mediadora cigano/a é a figura principal” (ACIDI, 2013: 4).

Segundo a ENICC, os mediadores municipais terão na área da habitação um papel preponderante, uma vez que eles irão fazer a ponte de ligação entre a adopção e implementação destas políticas de habitação social no terreno, sendo esta uma das medidas orientadoras, a “Adopção da mediação intercultural como estratégia facilitadora da integração das comunidades ciganas em 60% dos bairros de habitação social, até 2020”, assim como permitirá “desenvolver mecanismos de mediação que previnam tensões, conflitos e processos de exclusão, nomeadamente, através da formação de técnicos de inserção” (2013: 52-53).

O importante na integração da população cigana em habitações de cariz social, é compreender melhor a situação habitacional em que vivem muitas das famílias ciganas em Portugal, para tal, e segundo o documento da ENICC, refere que uma das metas a serem alcançadas será a realização de estudos sobre essa mesma situação, em conjunto com algumas organizações que representam a população cigana, instituições de investigação e também com o apoio das autarquias (2013: 55).

Outra das prioridades da ENICC, na área da habitação, para além das que foram mencionadas anteriormente, é promover o acesso ao mercado de arrendamento/propriedade privada, para tal está previsto um reforço para colmatar os estereótipos sociais que ainda existem entre os proprietários de imóveis relativamente a esta etnia, “A presença de uma família cigana ainda é vista como factor de degradação do valor de um imóvel” (ENICC, 2013: 54).

É importante mencionar um projecto de realojamento, que foi desenvolvido em 2002 na cidade de Coimbra, designado “Coimbra - Cidade de Todos”, teve o apoio da câmara municipal e de outras entidades, o mesmo consistia em realojar famílias ciganas que se encontravam numa situação habitacional precária e em más condições.

Deste mesmo projecto adveio o “Modelo Integrado de Actuação com a População Cigana - Metodologias e Estratégias”, que é uma forma de modelo padrão que poderá ser implementado em outras localidades de forma similar à aplicada nesta cidade.

Foi realizado um inquérito em 2009, aos vários distritos do país, cujo objectivo principal seria de compreender o interesse em adoptar este mesmo modelo no processo de realojamento das famílias que residiam no distrito, e as respostas foram satisfatórias, pois a maioria dos distritos revelou interesse na sua aplicação.

Em suma, é necessário realizar uma abordagem quanto àquilo que são as necessidades específicas mais sentidas pelo grupo étnico cigano, não só em termos de habitação, como também nas outras áreas sociais, educação, emprego e saúde, para que seja

possível dar-se respostas e ter soluções eficientes e que de certa forma facilitem a integração da população cigana a nível nacional.

Capítulo IV

Perspectivas institucionais e académicas sobre a situação dos ciganos portugueses: integração, racismo e exclusão

Este capítulo tem por base a realização de sete entrevistas exploratórias de carácter semi-directivo que foram aplicadas aos técnicos e dirigentes de algumas instituições e serviços que intervêm junto da população cigana quer à escala local, quer a nível nacional e cuja acção tem contribuído para a integração social e espacial.

De modo a compreender melhor o panorama dos estudos científicos que têm sido realizados em contexto nacional, entrevistaram-se dois investigadores da área dos estudos ciganos. A análise das entrevistas exploratórias permitirá ilustrar e sustentar as situações de racismo e de exclusão social que na actualidade ainda afectam os ciganos portugueses.

Antes de analisar as percepções de racismo e de exclusão por parte dos representantes das instituições e dos dois investigadores face aos ciganos portugueses, importa discutir o que se entende por racismo atendendo às perspectivas teóricas encontradas na bibliografia. Relembre-se que os outros dois conceitos - chave: exclusão social e etnicidade que já foram discutidos no terceiro capítulo.

O racismo é um fenómeno que, juntamente com outros, como o da exclusão, está muitas das vezes associado à presença de grupos étnicos em sociedades multiculturais e globalizadas.

Para Maria Manuela Mendes a questão do racismo assume três dimensões de análise: “...o preconceito, enquanto sistema de atitudes e disposições, a segregação social e a discriminação racial.” (1997: 47).

O racismo não deixa de estar ligado ao conceito de raça; segundo Anthony Giddens o racismo pode ser definido como “...um preconceito baseado em distinções físicas com significado social”, (2010: 253), portanto no fundo as pessoas racistas, têm comportamentos e valores de superioridade face a outras pessoas que devido a determinadas diferenças racializadas, são consideradas inferiores, sendo oprimidas e excluídas da sociedade pela população dominante. “A inferiorização corresponde a processos sociais que visam colocar o outro numa posição de discriminado ou de dominado...

A diferenciação deriva de referências identitárias, comunitárias ou culturais, ela rejeita, exclui ou apela à destruição do “Outro” (Mendes, 1997: 48).

Este fenómeno social é muito actual nos dias de hoje e pode ser expresso de diferentes formas dentro da própria estrutura e funcionamento da sociedade. Existe, no entanto, o racismo institucional, que se verifica quando o racismo trespassa de forma sistemática todas as estruturas sociais (Giddens, 2010: 253); ou seja, ocorre quando as instituições favorecem uns grupos e discriminam outros, o que se traduz numa situação generalizada, que abarca desde instituições públicas e privadas, a relações sociais, neste caso entre a população cigana e a população não cigana.

José Pereira Bastos (2012: 376-378), evidencia domínios e contextos em que as instituições tratam de forma desigual ciganos e não ciganos portugueses, tais como, o acesso à habitação, a área da saúde, a área do emprego e a área da educação.

No entanto é importante referir que existem diferentes formas de racismo para além do referido acima, como o racismo subtil e o racismo flagrante, entre outros (Vala, Brito e Lopes, 1999: 170-198). Como a própria designação indica, o racismo subtil é demonstrado de forma subtil e ligeira, ou seja, quando “Os indivíduos que aceitam ou se conformam à norma não exprimem o racismo tradicional, mas não se inibem de exprimir atitudes e crenças que não põem em causa essa norma” (Vala, 1999: 171).

Já o racismo flagrante é evidente nas pessoas que “...não se inibem de exprimir publicamente crenças racistas abertas: as suas respostas são claramente anti-normativas.”, (Vala, 1999: 171).

O racismo está fortemente relacionado com a diferenciação cultural de um determinado grupo étnico, em que o “Outro” é definido pela sua raça e pelo seu contraste cultural.

Para analisar o racismo face ao grupo étnico cigano, Maria Manuela Mendes, como foi citado anteriormente, refere três factores importantes, sendo um deles, o preconceito racial e étnico, que consiste numa barreira limitadora das relações interétnicas, tendo por base o segundo factor associado que é a discriminação e o outro factor que consiste na segregação social. Todos eles associados acentuam as manifestações de racismo (Mendes, 2005: 45).

Contudo, Anthony Giddens argumenta que actualmente o “racismo biológico”, ou seja, com base nos traços físicos, já não se exprime de forma tão aberta, embora ainda haja manifestações deste tipo de racismo. Refere igualmente que está a emergir um novo tipo de racismo, o chamado racismo cultural, “Os grupos que não são maioria são

marginalizados ou difamados pelo facto de se recusarem a ser assimilados” (Giddens, 2010: 254).

No entanto, existem instituições, como será abordado de seguida, que actuam quer a nível nacional, quer a nível local e que têm contribuído para a integração da população cigana em Portugal, através da implementação de projectos que têm sido desenvolvidos para promover a cultura cigana e capacitar de forma mais autónoma este mesmo grupo étnico em quatro áreas fundamentais, que são a área da saúde, educação, emprego e habitação.

Os investigadores com as suas pesquisas na área dos estudos ciganos dão também o seu contributo para a superação de lacunas e adversidades em termos socioculturais e espaciais permitindo com isso, uma melhor compreensão de determinadas situações, como por exemplo, o caso do racismo e da exclusão social, que afectam infelizmente a maior parte dos grupos étnicos mais desfavorecidos, neste caso em específico, os ciganos portugueses.

Iremos de seguida, analisar e apresentar algumas opiniões tendo em conta as percepções quer por parte das instituições, quer por parte dos investigadores, no que diz respeito às situações de exclusão e racismo com que se deparam os ciganos portugueses.

Os excertos que se apresentam foram seleccionados de acordo com a pertinência analítica e temática, atendendo aos resultados da análise de conteúdo de carácter temático que se realizou (ver matriz que se encontra em anexo).

4.1.- Opiniões das instituições face às percepções de exclusão e de racismo sobre os ciganos portugueses

As instituições com intervenção local entrevistadas, realizadas entre Novembro de 2012 a Março de 2013, foram: a ACMET, o GACI, a ONPC e a Câmara Municipal de Coimbra, ACMET (Associação de Solidariedade Social com a Comunidade Cigana e Minorias Étnicas do Médio Tejo)⁸, que é uma associação relativamente recente, fundada no ano de 2011, segundo o Presidente e a Vice-Presidente surgiu no seguimento de um projecto que estava a decorrer, designado “Tomar o Rumo Certo”, que trabalha mais na área da educação dos jovens nas escolas, embora procure resolver outros problemas que vão surgindo noutras áreas, como no acesso à habitação, uma vez que os ciganos são rejeitados pelos proprietários quando procuram arrendar uma casa.

⁸ Corresponde às entrevistas nº1 e nº2

“...nós fomos com eles a sítios para arrendar, e ninguém aceita, e depois diziam-nos: “Ah, oh meninas, vocês não podem...então vocês andam com ciganos, a tentar arrendar casas? Não sabem que eles vos vão enganar?” (Vice-Presidente da ACMET⁹).

A própria associação refere que a exclusão institucional está bem patente nas escolas, nos centros de formação e no mundo do trabalho, ao dizer que:

“ (...) há associações que se recusam a trabalhar connosco...”

“ há escolas que se recusam a receber a comunidade cigana...cá em Tomar a maior parte recebe o Rendimento Mínimo de Reinserção Social, ...diz a lei é para incluir as pessoas na sociedade, e cá em Tomar não acontece isso, cá em Tomar é dado aos ciganos, para os excluir, ... não há trabalhos, cá em Tomar não temos nenhum cigano a trabalhar”, (Presidente da ACMET¹⁰).

Na área da saúde e nas sociabilidades e convivência social, são também as instituições da sociedade civil e serviços públicos que colocam entraves à inserção da população cigana.

A ACMET admite que a exclusão espacial é mais sentida do que a exclusão social no caso da população cigana local, considerando que os ciganos mantêm laços e relações de convivência com a população não cigana:

“ (...) penso que a exclusão mais ao nível espacial, se diz respeito às questões de habitação, acho que sim, é um ponto, muito, muito, muito importante, não é, porque isso influencia depois os outros resultados a nível de tudo não é, mas a nível social, penso que, apesar de tudo acho que não se verifica tanto, porque eles convivem com as pessoas, não acho que ... acho que não estão fechados.”, (Vice – Presidente da ACMET).

Foi entrevistado também o mediador municipal da Câmara Municipal de Coimbra inscrevendo-se a sua actividade no âmbito de financiamentos europeus que permitiram

⁹ 30 anos, psicóloga e coordenadora do projecto “Tomar o Rumo Certo”

¹⁰ 32 anos, 9º ano de escolaridade, dinamizador comunitário e activista dos direitos humanos ciganos em Portugal

que as câmaras municipais se candidatassem ao projecto: mediadores municipais promovido pelo ACIDI em 2009.

Os mediadores têm um perfil versátil em termos das actividades que desempenham, embora, este mediador admita que a área do emprego é a que revela maior fragilidade.

Em termos do acesso à habitação no mercado privado, admite que existe a exclusão social, tem por base o preconceito étnico, revelando que os proprietários se recusam a alugar casas aos ciganos, na cidade de Coimbra:

“A indiferença, o olhar desconfiante, eu não consigo alugar casa, tem de ser a minha esposa, eu estou numa casa alugada, e não vi a casa, a minha esposa foi, porque não tem traços físicos ciganos, conseguiu alugar a casa e eu não vi a casa”, (Mediador Municipal de Coimbra¹¹).

“...ninguém aluga casa a ciganos, por exemplo, há sobre ocupação, pelo menos na minha cidade, de famílias em apartamentos T3, que estão 11 e 12 pessoas.”, (Mediador Municipal de Coimbra).

Admite que há alguma pressão e influência da população local no sentido de relegar, concentrar ou até expulsar os ciganos da cidade. Tal situação é reveladora de atitudes que visam colocar à parte e excluir os ciganos.

“...a opinião pública diz: «Ah, não, não, não metam os ciganos juntos connosco!», e os Presidentes da Junta são os primeiros a levantarem e: «Não, não, não, só para os ciganos aqui na minha Junta não façam!», (Mediador Municipal de Coimbra).

Contudo os problemas sentidos pelos ciganos, quer em Tomar, quer em Coimbra são muito semelhantes e abarcam as mesmas áreas, a dificuldade no acesso à habitação, no acesso ao emprego, na área da saúde e no acesso à educação:

“ (...) as próprias escolas dizem que não há vagas, as próprias Juntas de Freguesia, as próprias câmaras, dizem assim: «Metam-nos a correr!», são eles próprios a ligarem para a GNR para os mandar embora, aplicam-lhes multas,

¹¹37 anos, 12º ano de escolaridade

por mil euros, mil e tal euros, porque ultrapassaram um x de dias, portanto há uma série de coisas.”, (Mediador Municipal de Coimbra).

A ACMET afirma que os preconceitos e estereótipos face aos ciganos estão bem enraizados na população da cidade de Tomar, sendo algo que se verifica desde muito cedo e já na escola. Tal é observável, por exemplo, nos espaços públicos de lazer e entretenimento, sendo proibida a entrada de ciganos nos bares e espaços nocturnos.

“Comecemos pela noite em Tomar, é outro problema, por exemplo, muitos jovens querem sair à cidade, vão aos bares, não entram...”

“... Os próprios cidadãos de Tomar, é que fazem este estigma, este preconceito, isto começa na escola, isto começa logo nas raízes da escola, é muito complicado.” (Presidente da ACMET).

O tratamento diferencial face aos ciganos verifica-se em outros espaços que recusam ou que colocam entraves ao acesso por parte dos ciganos, como ginásios, os serviços da Câmara ou ainda o Conselho de Ministros.

“ (...) os próprios ginásios recusam-se a fazer a ficha de inscrição aos ciganos...”

“ (...) enquanto que uma Câmara Municipal se recusa a receber uma vereadora da habitação, enquanto que um deputado das minorias étnicas não me recebe no Conselho de Ministros é muito mau, não é?!”, (Presidente da ACMET).

A associação de Tomar procura sensibilizar as crianças ciganas e não ciganas nas escolas, através do projecto que desenvolvem, para temáticas como o racismo, mas nem sempre este processo é fácil; contudo, registam-se algumas mudanças, no que diz respeito à socialização entre os mais jovens.

“ (...) havia miúdos que nunca, tinham contactado com os ciganos, ou não tinham de todo contactado e tinham aquele preconceito geral”. (Vice-Presidente da ACMET).

Segundo o mediador entrevistado, as atitudes racistas têm um carácter recíproco:

“ (...) o preconceito também existe por parte da comunidade cigana, essa é que é a realidade, porque o racismo é mútuo, existe por parte de professores muito mal preparados”, (Mediador Municipal de Coimbra).

Este entrevistado salienta a existência de dois tipos de racismo, o racismo estrutural ou institucional, e o racismo subtil; o primeiro é accionado pelas instituições que actuam de modo a que os ciganos sejam “bodes expiatórios”; enquanto, que no caso do racismo subtil, este é mais perceptível em áreas, como o emprego:

“ (...) isso faz parte do racismo estrutural – há pouco eu dizia, que eles já têm na mente que eles não vão a lado nenhum, então não apostam.”

“Eu já não falo no acesso ao emprego, que é uma vergonha em Portugal, porque existe o racismo subtil.”

As outras duas instituições entrevistadas e com intervenção a nível nacional, foram: a Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos (ONPC) e o Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas (GACI) do ACIDI, que são referentes às entrevistas nº 4 e nº 5 respectivamente. A primeira instituição existe há 41 anos, e o seu principal objectivo passa por prestar ajuda aos ciganos, não só a nível espiritual, como também nas suas necessidades em geral; a segunda instituição tem como principais objectivos: promover a integração dos ciganos nas diversas áreas, que são a educação, a saúde, o emprego e a habitação, assim como divulgar a cultura e as tradições da população cigana.

O Director Executivo da Obra Pastoral dos Ciganos afirma que os ciganos portugueses inicialmente foram bem recebidos pela população em geral, por serem detentores de uma cultura distinta, com costumes e tradições diferentes, sendo até encarados com alguma curiosidade pelos não ciganos portugueses; contudo, passado algum tempo, começaram a ser alvo de perseguições e a serem excluídos até aos nossos dias. Ainda assim, admite que a situação dos ciganos nacionais é melhor do que a dos ciganos do

Leste Europeu. Ressalva a área da habitação, afirmando que ainda existem muitos ciganos portugueses a viverem em condições de precariedade:

“ (...) é exclusão de todo o género, são os que vivem em barracas, há tantos que vivem ainda em barracas, é a miséria completa!”, (Dir. Ex. da ONPC)¹².

Já a coordenadora do Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas, (desde 2007)¹³ afirma que a exclusão habitacional é significativa, admitindo que o grupo étnico cigano é o grupo mais excluído e estigmatizado pela sociedade portuguesa, embora ambas as partes (ciganos e não ciganos) proporcionem situações de exclusão e afastamento:

“ (...) que entre várias, vários grupos culturais em presença de facto o dos ciganos, é aquele o que mais posto de parte, o mais estigmatizado, contra quem há mais preconceitos, é um facto, não quer dizer que eles também não os tenham contra nós, porque eles têm muitos preconceitos, também há o contrário, também, pois.”, (Coordenadora do GACI).

Relativamente às percepções de racismo, os representantes destas duas últimas instituições admitem que o grupo étnico cigano é um grupo vulnerável, devido à sua falta de autonomia, o que os torna um alvo fácil de atitudes racistas, mesmo por parte de serviços e instituições públicas,

“ (...) a falta de autonomia, é a falta de reconhecimento, é serem discriminados sistematicamente, é cigano, é discriminado, é mal tratado muitas vezes pela polícia etc.”

“ (...) e depois há também as franjas que cá...chegaram também da extrema direita que querem realmente o racismo de todas as formas, e só os não ciganos, portanto querem acabar com todas as diferenças étnicas, porque há só uma etnia, que é a principal, que é a nossa!”, (ONPC).

¹² 74 anos, mestrado em Artes, Teologia, Educação.

¹³ 62 anos, licenciatura em Filologia Românica.

Também os não ciganos têm muita dificuldade em aceitar que os ciganos tenham as mesmas oportunidades e os mesmos direitos que os restantes cidadãos portugueses, ou seja, não conseguem depositar qualquer tipo de confiança neste mesmo grupo étnico, como afirma a representante do GACI no que se refere ao acesso à habitação:

“ (...) há aquele preconceito, são ciganos, vão partir, vão estragar, não vão pagar, à partida pensam assim sem dar chance às pessoas de pelo menos de...ficar à experiência...” (GACI).

Como podemos constatar as opiniões das quatro instituições, quer as que actuam a nível local, quer as que actuam a nível nacional, não divergem muito no que diz respeito às percepções de exclusão e de racismo de que são alvo os ciganos no contexto da sociedade portuguesa em geral.

Os depoimentos dos 2 investigadores¹⁴ evidenciam a dificuldade das famílias ciganas em termos de mobilidade associada à exclusão sócio - espacial, denotando-se uma forte pressão da sociedade local no sentido de influenciar as tomadas de decisão das autoridades locais.

“ (...) nas feiras de Norte a Sul, onde continua a haver famílias a serem expulsas sistematicamente, escuraçadas, de um campo para o outro, dentro de um concelho para o outro, com os nossos presidentes de câmara, com os nossos políticos, com os nossos representantes, mais altos se quiseses da Assembleia da República, estão-se a borrifar” (investigador A)

O outro investigador afirma que a discriminação no mercado privado de habitação é muito evidente, e que se baseia em estereótipos e numa imagem negativa da etnia cigana, que de certa forma não facilita o acesso à habitação por parte de famílias ciganas que estejam à procura de casa:

“ Mercado privado: preços elevados e discriminação no acesso, assente no estereótipo da má vizinhança, de mau pagadores, de má utilização do alojamento”, (investigador B)

¹⁴Investigador A, 37 anos, antropólogo, investigador no CEMME-FCSH-UNL; Investigador B, 43 anos, socióloga, investigadora no CET-ISCTE-UL.

A habitação e a área do emprego serão provavelmente os dois sectores, onde é mais perceptível a presença quer do fenómeno da exclusão, quer do racismo, o que é explicado com base na diferença étnica.

O investigador A afirma que existe ainda muito racismo perante os ciganos portugueses, sendo este racismo, que é manifestado de inúmeras formas, mais perceptível e virulento do que face aos imigrantes. A intensidade do racismo face aos ciganos, começa desde muito cedo nas escolas, onde existem algumas associações de pais de alunos não ciganos, que recusam a presença e o acesso das crianças ciganas às escolas onde os seus filhos/alunos não ciganos estudam:

“ (...) perdes a guerra contra o racismo, porque é tão galopante, esta questão de tu imobilizares os ciganos logo na escola, por exemplo, os pais, por exemplo, não é compreensível de Norte a Sul, que associações de pais, ou grupo de pais que se juntem tenham força suficiente para professores, e delegados regionais virem a dizer, que aqueles meninos naquela escola não podem, porque os pais dos outros meninos, não querem, isto não pode acontecer numa democracia, não pode acontecer!” (Investigador A)

Segundo o outro investigador entrevistado assiste-se à perda de valor dos terrenos e do valor das habitações, nomeadamente se forem famílias ciganas realojadas nesse mesmo espaço, o que demonstra à partida o racismo, uma vez que ocorre a desvalorização do espaço onde este grupo possa vir a residir:

“ (...) desvalorização do valor imobiliário ou fundiário decorrente de realojamentos e em especial se estes visarem a população cigana.” (Investigador B)

Em conclusão pode-se constatar que os depoimentos dos entrevistados, quer dos representantes das instituições, quer dos ciganos e dos investigadores convergem nas percepções sobre os fenómenos de exclusão sócio espacial e do racismo que a sociedade maioritária manifesta face os ciganos portugueses.

Destacam-se a intensidade e a amplitude da exclusão, bem como a diversidade de manifestações de racismo por parte dos não ciganos para com os ciganos, o que de certa forma dificulta a integração social e espacial dos ciganos portugueses.

Estes apresentam uma situação de desfavorecimento e de desigualdade face à maioria no que diz respeito ao acesso a diferentes áreas da vida social, com destaque para o acesso ao emprego, à habitação, à saúde e ao sistema educativo.

Capítulo V

Estudo de caso: Exclusão Sócio - Espacial dos Ciganos de Tomar

Este último capítulo irá ter como base de desenvolvimento o meu caso de estudo, relativo à situação de exclusão sócio – espacial que as pessoas e famílias ciganas enfrentam no acampamento do Flecheiro, onde residem, localizado na cidade de Tomar. Neste ponto inicial tentarei explicitar, recorrendo a um enquadramento histórico-geográfico, a área que abrange este estudo e, posteriormente, farei o ponto de situação actual em que se encontram os ciganos de Tomar, com base na análise dos dados resultantes da aplicação da técnica do inquérito por questionário a alguns elementos desta população.

5.1- Enquadramento Geral

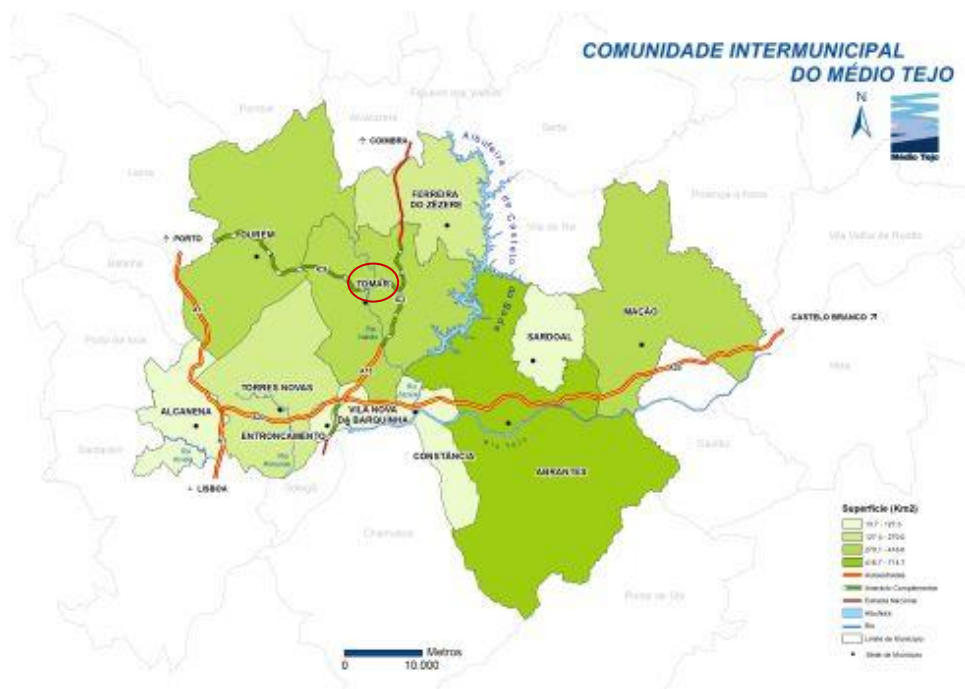
Figura 3 – Localização Geográfica do concelho de Tomar



Fonte: Google Earth-Image©2008 DigitalGlobe

O concelho de Tomar subdividia-se, até à reforma administrativa de freguesias de 2013, em 16 freguesias, detendo uma população residente de 40.674 habitantes¹⁵ e uma área de 351.2 Km² estando localizado na região centro de Portugal, como podemos observar na figura nº 3. Pertence ao distrito de Santarém, estando integrado na sub-região do Médio Tejo, juntamente com outros onze municípios: Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha¹⁶, como podemos verificar através do mapa representado na figura 4.

Figura 4 - Concelhos da Sub-região do Médio Tejo, (2011)



Fonte:

<http://www.mediotejodigital.pt/pt/conteudos/regiao+do+medio+tejo/geografia/%C3%81rea+do+M%C3%A9dio+Tejo/>

O concelho de Tomar encontra-se localizado no centro do país, possuindo boas acessibilidades, uma vez que está bem servido de redes de transportes públicos, rodoviários e ferroviários, que fazem a ligação quer com as localidades limítrofes, quer também, com outras áreas do país, com destaque para a Área Metropolitana de Lisboa. Esta localização estratégica do concelho constitui um privilégio e uma potencialidade, uma vez que é de fácil acesso, possuindo boas infra-estruturas, em termos de auto estradas e de ferrovia, o que permite rápidas deslocações.

¹⁵ Segundo os censos de 2011: www.ine.pt

¹⁶ Informação disponível no site: www.mediotejodigital.pt

Ao nível da distribuição geográfica interna da população, o concelho apresenta disparidades importantes entre as várias freguesias, verificando-se que a freguesia com um maior número de habitantes é a de Santa Maria dos Olivais, que conta com uma densidade populacional de 741 pessoas por Km². Segue-se outra freguesia da cidade de Tomar (S. João Baptista), com uma população de 5.593 habitantes, (2011) e uma densidade populacional de 428,6 habitantes por Km². Como seria de esperar, as freguesias exteriores ao centro urbano que é a sede do município têm menor densidade, quer de edificado, quer de habitantes. Por exemplo, as freguesias de Asseiceira, Paialvo, Madalena e Carregueiros registam valores entre os 100 a 200 habitantes por Km², verificando-se que São Pedro, Junceira, Casais, Além da Ribeira e Alviobeira fazem parte de um conjunto de freguesias cuja densidade populacional varia entre os 60 e os 100 habitantes por Km². Por último, há que mencionar as freguesias da Sabacheira, Pedreira, Olalhas e Serra que expressam valores de densidade populacional mais baixos, compreendidos entre os 20 a 60 habitantes por Km².¹⁷

5.2 – Contexto histórico-geográfico local: A cidade de Tomar

A cidade de Tomar, sede de município, foi elevada a cidade no ano de 1844 (a primeira cidade do distrito de Santarém), situa-se a cerca de 180 km a nordeste da capital, Lisboa, tem um total de 20.000 habitantes¹⁸ e é atravessada pelo rio Nabão, que é um afluente do Zêzere (figura 5).

Figura 5 – Cidade de Tomar – Rio Nabão



Fonte: www.cm-tomar.pt

A cidade conta com um património histórico e cultural imponente e é conhecida como a cidade dos Templários. É uma cidade antiga, repleta de história, tendo sido fundada por

¹⁷Fonte: www.cm-tomar.pt

¹⁸ Informação retirada do site da Câmara Municipal de Tomar

D. Gualdim Pais, no ano de 1160, com o castelo que irradiava e continua ainda hoje a transmitir toda a sua imponência. Foi sede de Ordens religiosas, como a Ordem do Templo e a Ordem de Cristo; o Infante D. Henrique foi um dos impulsionadores do crescimento da própria cidade.

A cidade medieval conta com inúmeros monumentos considerados importantes marcos históricos, conhecidos internacionalmente, como acontece com o Convento de Cristo, o Castelo, e todos os monumentos de cariz religioso, que compõem assim o centro histórico da cidade, local onde começou o seu desenvolvimento urbanístico. A partir de inícios dos anos 90 do século passado, foram elaborados e implementados diversos projectos urbanísticos que têm contribuído para o processo de recuperação do centro histórico da cidade (ver figura6).

Figura 6 - Cidade de Tomar - centro histórico



Fonte: www.cm-tomar.pt

Em 1983, a UNESCO reconhece o conjunto de dois monumentos históricos fundamentais (o Castelo Templário, (Figura 7) e o (Convento de Cristo, (Figura 8)), como Património Mundial.

Figura 7- Castelo dos Templários, Tomar



Fonte: <http://www.google.pt>

Figura 8 – Convento de Cristo, Tomar



Fonte: <http://www.google.pt>

Em Tomar existem algumas festas de cariz religioso, com destaque para a festa dos Tabuleiros, que se realiza de quatro em quatro anos, nos inícios do mês de Julho, consistindo num cortejo que desfila pela cidade, e é composto por várias centenas de pessoas transportando à cabeça tabuleiros verticais elaborados com pães, organizadas em conjuntos que simbolizam cada uma das 16 freguesias. Na cidade existe também a Feira de Santa Iria, que é realizada em honra da padroeira de Tomar, Santa Iria.

Tomar tem um grande potencial turístico, verificando-se que a própria autarquia tem vindo a desenvolver e a apostar neste sector, com recurso a fundos comunitários. Este é, cada vez mais, um pilar chave de desenvolvimento da própria cidade, que está incluída num espaço geográfico de elevado valor, em termos de património físico e imaterial, que beneficia de uma boa localização geográfica, o que contribui para reforçar a sua capacidade de atracção sobre visitantes e turistas.

Uma cidade como esta que pretende aumentar a sua visibilidade com base em elementos como a boa qualidade urbanística e a valorização das principais dimensões da sua cultura e património, deverá também ter como preocupação a promoção das diferenças (por exemplo, étnico - culturais) e ser uma cidade inclusiva.

5.3 – Elementos de caracterização do acampamento do Flecheiro

A população cigana de Tomar reside, na sua larga maioria, no acampamento do Flecheiro, um espaço amplo e degradado do ponto de vista sócio urbanístico, marcado por habitações precárias, que formam um aglomerado de casas abarracadas. Como podemos verificar pela figura 9, o acampamento localiza-se numa das margens do Rio Nabão, na parte Sul da cidade (Avenida D. Nuno Álvares Pereira), encontrando-se segregado da restante malha urbana, funcionando o rio e a rua Flecheiro como elementos de separação em relação a esta.

O terreno é público - privado, porque existem terrenos que pertencem à câmara municipal e outros que pertencem a um proprietário privado, contudo não apresenta condições de habitabilidade mínima, nomeadamente ao nível das próprias infra-estruturas básicas, que são praticamente inexistentes.

Este cenário é visível logo à entrada de Tomar, como foi referido anteriormente, funcionando a área do Flecheiro praticamente como um enclave, pois, para além dos elementos de separação já mencionados, contrasta muito com a parte histórica da

cidade, onde se tem apostado na requalificação urbana e se têm desenvolvido projectos urbanísticos que visam o próprio desenvolvimento de Tomar.

Figura 9 - Localização Geográfica do acampamento do Flecheiroe suas divisões, Tomar



Fonte: GoogleMaps©2013 Digital Globe

Legenda:

○ - Área correspondente ao Acampamento do Flecheiro

● - 1ª divisão do Flecheiro

● - 2ª divisão do Flecheiro

● - 3ª divisão do Flecheiro

5.4 - Evolução histórico-geográfica dos ciganos de Tomar

Foi no início da década de 70 do século XX, que começaram a chegar à cidade as primeiras famílias ciganas, oriundas de várias localidades do país, mas sobretudo dos concelhos limítrofes que fazem parte da sub-região do Médio Tejo, como por exemplo, Abrantes, Torres Novas e Entroncamento. Também chegaram ciganos provenientes de aldeias próximas da cidade de Tomar, como por exemplo, a aldeia de S. Pedro e a Linhaceira.

Uma das primeiras famílias a chegar à cidade, segundo Almerindo Lima¹⁹, presidente da Associação Cigana de Tomar, ficou inicialmente instalada na Quinta de Santo André, localizada no centro da cidade, onde os ciganos (pais do presidente da ACMET) eram fazendeiros.

Posteriormente, essa quinta foi vendida a um empreiteiro de obras, que colocou os ciganos a residir, no acampamento do Flecheiro em casas toscas de tijolo, inicialmente por um período provisório previsto para seis meses, até que as casas “definitivas” estivessem construídas num outro local, facto que nunca veio a acontecer, uma vez que esta situação se mantém até à atualidade.

Há mais de 40 anos que a população cigana vive nesta situação de precariedade habitacional no acampamento do Flecheiro, em casas abarracadas, muitas destas casas foram construídas pelos próprios, com materiais precários e de baixa qualidade, que não oferecem condições em termos do conforto mínimo e de dignidade humana.

O acampamento, segundo Almerindo Lima, está dividido em três partes, como podemos observar na figura 9 e 10.

O critério de divisão utilizado está de acordo com o número de famílias existentes a residir no acampamento, que são três, e a sua ordem de chegada ao acampamento.

¹⁹Informações com base na entrevista a Almerindo Lima

Figura 10 – Divisões do acampamento do Flecheiro



Fonte: Autoria própria



Fonte: ACMET

O quadro 2 retrata os dados relativos ao primeiro inquérito que foi aplicado pela ACMET à população cigana de Tomar, em 2011, quando residiam no acampamento 189 ciganos (praticamente 1% da população da cidade). Actualmente, com a chegada ao Flecheiro de novas famílias ciganas vindas sobretudo de Lisboa e dos concelhos que

estão situados na envolvente ao concelho de Tomar, estima-se que existam aqui entre 200 a 300 pessoas ciganas.

Devido a este aumento populacional, os problemas sociais e espaciais que já existiam, nomeadamente associados à precariedade das condições de habitação agravaram-se, uma vez que segundo os próprios residentes de origem cigana, que visitei, observei e questionei no acampamento do Flecheiro, há muitas pessoas “concentradas num só espaço com tão poucos recursos” (relativamente à habitação).

Quadro 2 – População total e População Cigana de Tomar, (2011)

Cidade de Tomar	
População Total (2011)	População Cigana²⁰ (2011)
20.000 hab.	189 hab.

5.5 - Papel das Políticas Sociais e Urbanas Inclusivas em Tomar

Quanto às políticas sociais e urbanas que foram definidas em Tomar com o objectivo de promover a inclusão social da população cigana a residir na cidade, pode-se dizer que a ACMET, que é a Associação de Solidariedade Social com a Comunidade Cigana e Minorias Étnicas do Médio Tejo, possui um papel muito relevante na implementação destas.

Como já foi referido em capítulos anteriores, é uma associação relativamente recente, fundada no dia 8 de Abril de 2011. Segundo os seus representantes, surgiu no seguimento de um projecto intitulado “Tomar o Rumo Certo”, impulsionado pelo Centro de Integração e Reabilitação de Tomar (CIRE), local onde se encontra actualmente sediada a própria associação cigana, entidade promotora e gestora, que,

²⁰ Segundo os dados do inquérito realizado pela ACMET,
<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=291882780906222&set=pb.100002535077215.-2207520000.1378741009.&type=3&theater>, (consultado a 2/09/2013).

juntamente com outras organizações locais como a Câmara Municipal, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Tomar e os agrupamentos de escolas, formam um consórcio.

Fazem parte da ACMET cerca de 30 sócios, que são membros da própria população cigana de Tomar, existindo também elementos não ciganos. Refira-se que estes sócios são oriundos também de outras localidades que pertencem à região do Médio Tejo.

A equipa do projecto é composta, para além dos seus dirigentes (Presidente e Vice-Presidente), de uma técnica de acção social, um monitor de informática, um dinamizador comunitário, uma psicóloga e alguns voluntários, que se disponibilizam a auxiliar no que for necessário.

O principal objectivo da ACMET, segundo o que foi dito pela Vice-Presidente na entrevista, é “... proceder à autonomização, à criação de projectos próprios para a ACMET, temos tentado responder àquilo que a população e que a comunidade nos questiona, sempre, sendo um bocadinho às vezes difícil de separar o que é do projeto, o que é da ACMET, mas alguns apoios nós temos dado à associação quando é requerido, e o Almerindo²¹ tem feito um trabalho extraordinário a nível da divulgação dos direitos da comunidade cigana...”.

A associação trabalha não só com jovens de etnia cigana, mas também com jovens não ciganos; contudo o esforço de capacitação centra-se nos jovens de etnia cigana e nas suas famílias, através da promoção e do reforço da sua autonomia. Têm-se desenvolvido, ao longo destes anos, atividades dentro de uma vertente mais profissional e também lúdico - pedagógica.²²

Também o projecto “Tomar o Rumo Certo”, que já tivemos oportunidade de mencionar, promovido pela ACMET no âmbito do Programa Escolhas do ACIDI, tem contribuído e apoiado a população cigana da cidade, com destaque para os jovens. Em termos concretos, o Programa Escolhas em Tomar já vai na 5ª geração²³, tendo como linhas orientadoras: dar apoio nas áreas da educação, emprego e formação profissional, apostar na participação cívica e comunitária, promover a inclusão digital e estimular a própria capacitação ligada ao empreendedorismo dos jovens.

Estas são algumas das medidas no âmbito social, direccionadas para a população cigana, que têm vindo a ser implementadas na cidade de Tomar. Quanto às políticas urbanas

²¹ Presidente ACMET e dinamizador cultural

²² Informações retiradas com base nas entrevistas exploratórias

²³ 2013-2015

propriamente ditas, designadamente nas suas vertentes urbanística e territorial, não me foi dado nenhum tipo de esclarecimentos por parte da autarquia, embora tenha tentado contactar, por diversas vezes e sempre sem êxito, o Presidente da Câmara municipal de Tomar, com o objectivo de realizar uma entrevista exploratória. A sua realização visava esclarecer com algum pormenor qual a natureza dos projectos urbanos que estariam a ser executados para requalificar não só a zona do Flecheiro, como também a área envolvente.

Apesar de não ter obtido elementos por via da entrevista planeada no quadro inicial do trabalho, uma vez que não houve abertura do responsável da edilidade para a sua realização, o documento retirado do site da Câmara Municipal de Tomar, intitulado “Uma Nova Agenda Urbana: Tomar 2015”, possibilitou a identificação de algumas medidas a serem executadas com base no programa POLIS XXI, criado com apoio dos fundos europeus, cujos objectivos são a requalificação urbana e a valorização ambiental das cidades. A cidade de Tomar ficou abrangida pelo programa na segunda fase do POLIS, considerando-se como pontos fortes a sua boa localização e acessibilidade, bem como a existência de um património cultural e arquitectónico relevante.

O POLIS tem como uma das suas linhas estratégicas, a revitalização do centro histórico da cidade, para potenciar e inovar em termos turísticos. Outra medida consiste na valorização do sistema ecológico da cidade, pretendendo-se proceder à continuação da requalificação do corredor ribeirinho, junto ao Rio Nabão, de modo a também reduzir os impactes das cheias cíclicas, sendo este um dos principais problemas relacionados com o Ordenamento do Território em Tomar. É importante frisar que as famílias ciganas são geralmente as mais afectadas, uma vez que residem numa das margens do rio Nabão, havendo quase todos os anos inundações no interior das suas habitações.

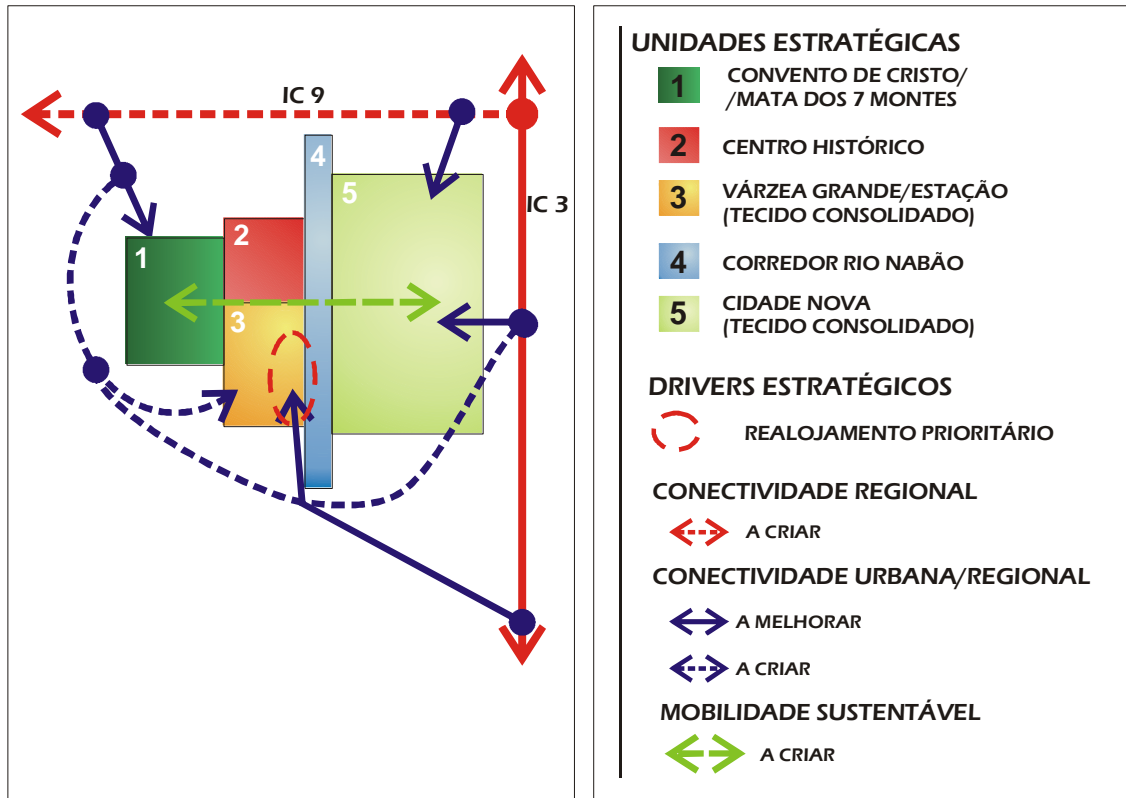
Outra das linhas estratégicas delineadas para a cidade é a promoção da sua coesão social. Neste âmbito, e segundo o documento citado (figura 11), Tomar apresenta, na área da habitação, comparativamente a outros conselhos do Médio Tejo, um elevado número de habitações precárias; na verdade, “Estas formas de exclusão social assumem particular expressão na Zona do Flecheiro/Entrada Sul da Cidade (Avenida D. Nuno Álvares Pereira) sendo urgente a resolução deste problema, tanto na óptica da inclusão social, como da requalificação urbana e ambiental das margens do Rio Nabão” (Nova Agenda Urbana de Tomar, 2008: 21).

Como podemos observar através da figura 11, o realojamento, neste caso da população cigana localizada no Flecheiro (um dos *Drivers Estratégicos*), aparece como uma

medida prioritária, ou seja, existem de facto projectos que prevêm o realojamento desta população, restando saber quando é que irão ser efectivamente concretizados.

Figura 11 – Estratégias Urbanas Prioritárias em Tomar

TOMAR 2015: CIDADE COESA



Fonte: Nova Agenda Urbana de Tomar, (2008: 22)

Nesta dissertação, pretendia ainda explorar de forma mais aprofundada as políticas sociais e urbanas, nomeadamente as políticas sócio urbanísticas, uma vez que seria importante desenvolver e compreender os tipos de projectos urbanos que estão a ser elaborados para a requalificação da zona do Flecheiro. Infelizmente, a impossibilidade de realizar a entrevista com o Presidente da Câmara e um certo défice na informação disponível não o permitiram. De qualquer modo, há que destacar o facto de estarem a ser feitos esforços relevantes no âmbito social e urbanístico, de modo a tornar Tomar uma cidade mais sustentável, competitiva e coesa.

5.6- A situação dos ciganos de Tomar

Com base na análise dos dados²⁴ relativos aos inquéritos aplicados à população cigana a residir no acampamento do Flecheiro, foi realizada uma descrição e reflexão sobre a situação em que se encontram os ciganos de Tomar.

5.6.1- Caracterização Sociográfica dos ciganos de Tomar

Foram aplicados 20 inquéritos a algumas pessoas ciganas residentes em Tomar, dos quais 13 a mulheres, com idades compreendidas entre os 20 e os 65 anos, e 7 a homens, com idades compreendidas entre os 24 e os 75 anos, o número reduzido de inquéritos prende-se com o facto de não ter sido possível estabelecer uma rede de contactos entre as pessoas e famílias ciganas de Tomar; de facto, a investigação realizada ficou muito dependente da disponibilidade e do apoio de um informador privilegiado (representante da ACMET).

O número de inquéritos realizados permitiu-nos fazer uma análise essencialmente qualitativa e de pendor descritivo.

A maioria dos ciganos entrevistados é natural de Tomar, alguns são de Santarém, existindo ainda casos de famílias oriundas da Guarda, Lisboa e Viseu.

Quanto ao estado civil dos inquiridos, quer sejam mulheres, quer sejam homens, são maioritariamente casados segundo a “lei cigana”, ou seja, segundo as tradições e costumes da sua própria cultura, havendo mulheres, principalmente as mais idosas, que são viúvas.

Os inquiridos registam, em ambos os sexos, um baixo nível de escolaridade, embora os homens apresentem percursos escolares um pouco mais longos do que os registados pelas mulheres. Assim sendo, a maioria dos homens ciganos de Tomar apresentam níveis de escolaridade que vão desde o 2º ano do ensino primário ao 9º ano(3º ciclo EB), enquanto as mulheres apresentam, na sua maioria, situações escolares que se situam entre o 2º e o 4º ano (1º ciclo).

O tempo de residência na cidade de Tomar varia entre os 10 e os 45 anos, no caso das mulheres ciganas, e entre os 18 e os 75 anos, no caso dos homens ciganos.

²⁴ Ver tabela 8 em anexo

Quanto à situação profissional, a maioria da população não se encontra empregada, estando, contudo, inscrita no Centro de Emprego e realizando, com frequência, cursos no IEFP – Tomar.

A maior parte das famílias recebe o Rendimento Social de Inserção, conciliando esta prestação com o exercício da actividade comercial no mercado municipal às Sextas-Feiras (ver figura 12).

Figura 12 – Feirantes ciganos no mercado municipal, Tomar



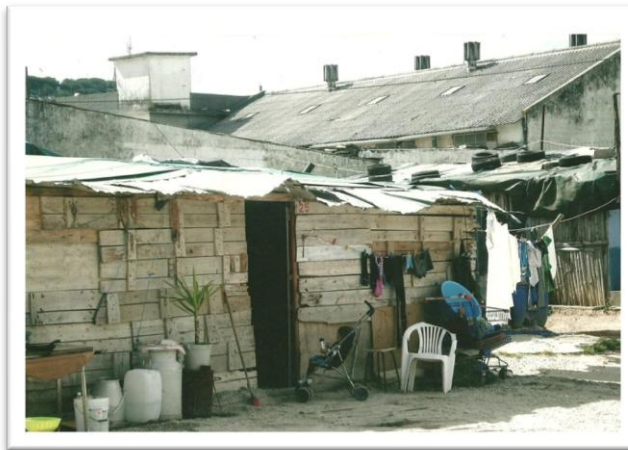
Fonte: Autoria própria

Quanto à composição do agregado familiar, trata-se de famílias numerosas, sendo que o número médio de filhos ronda os 5, sendo ainda compostas maioritariamente por crianças e jovens, com idades entre os 2 e os 30 anos.

5.6.2 - As condições de habitação e as acessibilidades no acampamento do Flecheiro

Outros dois aspectos a salientar são: as más condições de habitação em que vivem os ciganos de Tomar neste acampamento (figuras 13 e 14), e as acessibilidades em termos de transportes e acessibilidade aos serviços.

Figura 13 – Aspecto Exterior das habitações do Flecheiro



Fonte: ACMET

Figura 14 – Interior de uma habitação no Flecheiro



Fonte: ACMET

Relativamente às condições das habitações do Flecheiro, as casas são abarracadas, construídas com materiais frágeis e precários, não tendo a maioria qualquer tipo de infra-estruturas, como água canalizada e saneamento básico. Apenas a electricidade está presente na maioria dos alojamentos.

Quanto aos equipamentos domésticos, a maioria das famílias tem televisão sem cabo, não tem transporte particular (automóvel/carrinha), no entanto, todos possuem telemóvel.

Como podemos observar através da figura 14, a grande maioria das casas não apresenta muitas divisões, sendo os espaços relativamente amplos, sem corredores, normalmente com apenas duas divisões.

Quanto aos principais problemas sentidos, ou melhor, quanto ao que faz mais falta no acampamento, a maioria das pessoas respondeu que eram a água canalizada e o saneamento básico.

Em termos de acessibilidade, os inquiridos afirmam que existem transportes colectivos urbanos suficientes junto ao acampamento, existindo uma paragem de autocarro acessível ao acampamento e cujo percurso serve vários pontos da cidade.

Segundo os inquiridos, os terminais ferroviário e rodoviário também se situam próximo do Flecheiro, mas, normalmente, a pessoas deslocam-se a pé na cidade.

Em relação ao tipo de serviços ou espaços públicos que costumam frequentar, é de salientar: os cafés, os jardins e parques, o centro de saúde, o hospital, o mercado municipal, as escolas, o supermercado e as farmácias.

5.6.3 - Relações de sociabilidade com os não ciganos de Tomar

Neste ponto relativo às relações de sociabilidade, os inquiridos ciganos responderam todos que se relacionavam muito bem com os seus vizinhos não ciganos, que moram mesmo em frente ao acampamento. Referem ainda que os seus amigos são sobretudo os familiares que residem também em Tomar, tendo também amigos não ciganos que vivem na cidade, e que são, ou foram, amigos de escola, no caso dos homens, e amigos que conheceram nas relações comerciais, nomeadamente nas feiras, no caso das mulheres.

Quanto à questão que lhes é colocada acerca de pertencerem ou não a alguma associação ou colectividade, a maioria das mulheres afirma que não, enquanto os homens, na sua maioria, fazem parte da ACMET, dividindo-se entre os que são apenas utentes e os que são efectivamente sócios da associação.

Quanto aos espaços de socialização e à sua frequência em termos de contacto mais próximo com os não ciganos, a maioria dos inquiridos respondeu que costumava

relacionar-se frequentemente com não ciganos em espaços públicos na própria cidade, como por exemplo, nas ruas, nos cafés, na feira e estabelecimentos comerciais²⁵.

A maioria dos inquiridos optou por referir que a atitude dos não ciganos de Tomar face aos ciganos mantém-se a mesma nos últimos 10 anos. As mulheres responderam que melhorou, mas os homens responderam o contrário; quanto à atitude por parte das instituições públicas locais e nacionais, os respondentes de ambos os sexos responderam que piorou.

Relativamente ao controle por parte das autoridades policiais da actividade económicas nas feiras e consequente perda de rendimentos, as mulheres comentam que se manteve inalterada a situação nos últimos 10 anos na cidade, já os homens afirmam que a situação piorou neste período de tempo.

Quanto à convivência entre ciganos e não ciganos, ambos concordam que melhorou, afirmando também que se encontram hoje mais integrados nesta cidade.

Quando questionados sobre a situação de exclusão social dos ciganos, as mulheres afirmam que esta se manteve inalterada, enquanto os homens afirmam que piorou, encontrando-se os ciganos cada vez mais distantes da população maioritária.

Homens e mulheres foram unânimes quanto à evolução das condições de habitação no Flecheiro, afirmando que estas se mantiveram inalteradas.

A população cigana costuma participar, quer mulheres, quer homens, sobretudo mais jovens, nas festas mais populares do município, como por exemplo a Festa dos Tabuleiros e a Festa da Cerveja.

As mulheres passam a maior parte do seu dia-a-dia em casa, e os homens no espaço público exterior e nas imediações do acampamento, embora existam excepções, pois, por exemplo, os jovens que frequentam os cursos de formação passam a maior parte do seu dia-a-dia no curso.

²⁵ Observação: alguns comerciantes de Tomar colocam sapos à porta dos estabelecimentos para de modo a dissuadirem a entrada dos ciganos, uma vez que o sapo simboliza azar e infortúnio, segundo a cultura cigana.

5.6.4- Percepções e Retratos Sociais

Quanto à questão sobre se já foram abordados de forma discriminatória por algum não cigano, as respostas dividem-se: a maioria das respostas das mulheres revela que estas não se consideram discriminadas por parte dos não ciganos; já os homens respondem precisamente o contrário, aludindo que foram tratados inúmeras vezes de forma discriminatória em Tomar.

Por último os inquiridos foram questionados acerca da percepção que tinham relativamente à opinião que os não ciganos de Tomar têm sobre os ciganos.

Nesta questão, a maioria dos inquiridos é unânime ao afirmar que existe muito racismo por parte dos não ciganos na cidade, e que os mesmos costumam atribuir de forma generalizada e estereotipada responsabilidades à população cigana, sempre que alguma situação problemática acontece nesta cidade.

Segundo as respostas dadas, a população não cigana culpabiliza-os de todas as situações que tenham alguma conotação negativa. Os ciganos de Tomar reproduzem o que os não ciganos dizem sobre os ciganos:

“...por um, pagam todos”, “... acham que somos criminosos”, “... uns animais selvagens”;
“...encaram-nos como se fôssemos “bichos-de-sete-cabeças”²⁶”.

5.7- A “outra face da moeda”: percepção da população majoritária (não cigana) em relação aos ciganos de Tomar

Esta última parte tem por base a análise da informação patente nos inquéritos por questionário realizados à população não cigana de Tomar, inquéritos esses que, em termos de estrutura e conteúdo, são relativamente semelhantes ao inquérito dirigido à população cigana de Tomar.

O objectivo é, à semelhança do ponto anterior, procurar compreender o tipo de relação que existe, entre a população majoritária, ou seja a não cigana, face à cigana. Neste caso, como o número de questionários realizados foram em maior número, foi possível fazer uma análise exploratória à informação recolhida.

²⁶ Expressões retirada das respostas dos inquéritos dirigidos à população cigana de Tomar.

5.7.1 - Caracterização sociográfica dos não ciganos de Tomar

Como nos mostra a tabela 9, foram inquiridos 200 não ciganos, dos quais 48% são homens e 52% mulheres.

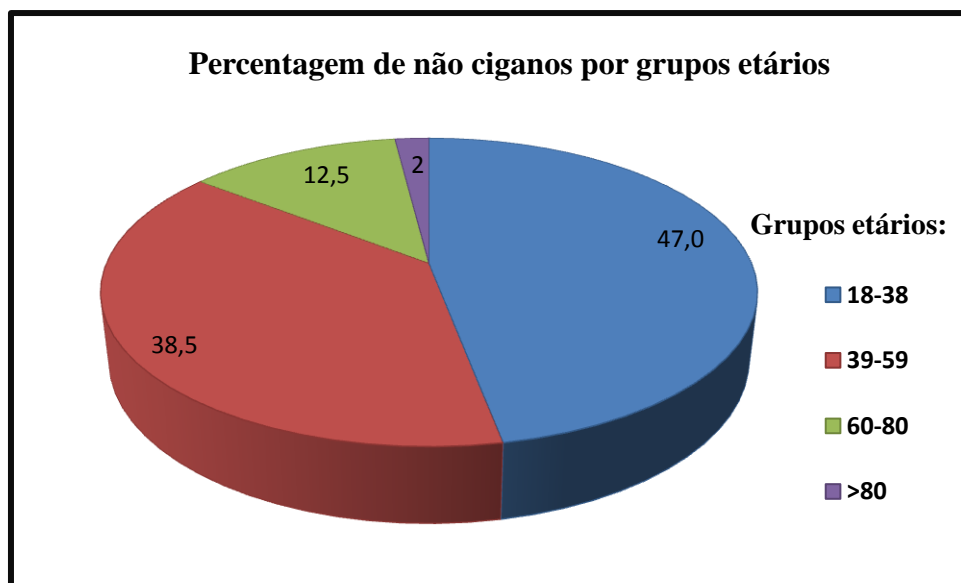
Tabela 9 – Percentagem de não ciganos por sexo

		Frequências Absolutas	(%)
Sexo	Masculino	96	48,0
	Feminino	104	52,0
	Total	200	100,0

Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar , Sequeira (2013)

A maioria das pessoas inquiridas pertence ao grupo dos jovens adultos, com idades compreendidas entre os 18 e os 38 anos - 47% dos inquiridos (gráfico 3). De seguida temos o grupo etário dos 39 aos 59 anos, que representa cerca de 38,5% dos inquiridos, seguindo-se o grupo dos 60 aos 80 anos de idade que inclui 12,5% dos inquiridos. Por último, temos os inquiridos de idade superior a 80 anos, a que corresponde apenas uma percentagem de 2 %.

Gráfico 3 - Percentagem de não ciganos por grupos etários



Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

Como podemos verificar, a amostra está relativamente equilibrada em termos de género, quanto aos grupos etários estamos perante uma amostra composta maioritariamente por jovens adultos.

Quanto à naturalidade dos não ciganos, como está apresentado na tabela 10, os valores respectivos são maioritariamente de Tomar (74%), seguindo-se os que são naturais de outros concelhos do país (17,5%), posteriormente os naturais de países estrangeiros (7%) e, por último, os que correspondem a outros concelhos do Ribatejo (1,5%).

Tabela 10 – Naturalidade dos inquiridos não ciganos (%)

Concelhos		Frequências Absolutas	Percent.	Percentagens Cumulativas
	Tomar	148	74,0	74,0
	Outros concelhos do Ribatejo	3	1,5	75,5
	Outros concelhos	35	17,5	93,0
	Estrangeiro	14	7,0	100,0
	Total	200	100,0	

Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

Quanto ao estado civil das pessoas inquiridas, 49,5% são casadas, de seguida temos as pessoas solteiras com 35%, seguindo-se os divorciados e os viúvos, com 7,5% e 5,5%, respectivamente. Por último, aparecem os separados com uma percentagem de 2,5% (tabela 11).

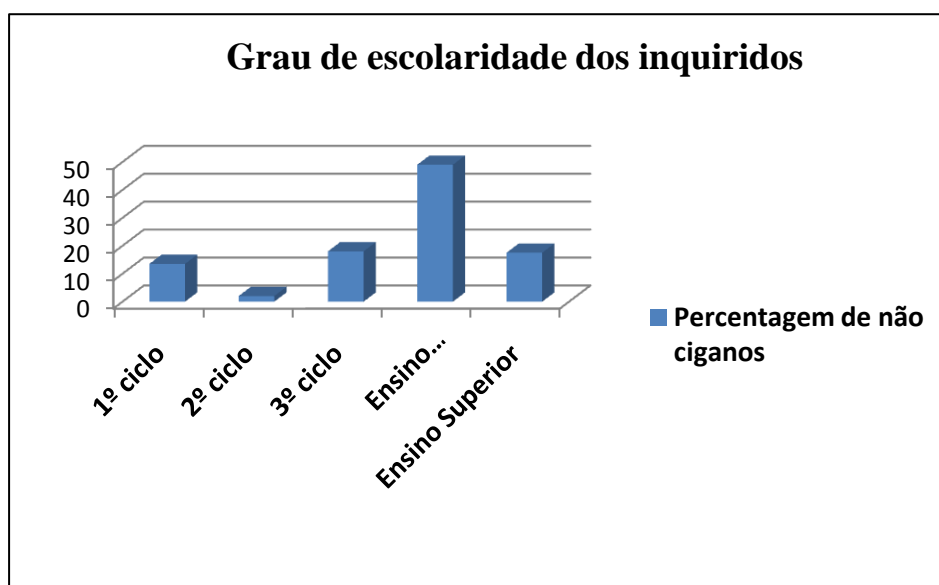
Tabela 11 – Estado civil dos inquiridos não ciganos, (%)

		Frequências Absolutas	Percent.	Percent. Cumulativas
	Solteiro	70	35,0	35,0
	Casado	99	49,5	84,5
	Divorciado	15	7,5	92,0
	Separado	5	2,5	94,5
	Viúvo	11	5,5	100,0
	Total	200	100,0	

Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

Quanto ao grau de escolaridade, mais de 40% dos inquiridos tem o ensino secundário, como podemos observar através do gráfico 4, seguindo-se o 3º ciclo e o ensino superior. Por último, temos cerca de 10% dos inquiridos não ciganos que possuem o 1º ciclo, sendo muito poucos os que têm apenas o 2º ciclo completo.

Gráfico 4 – Grau de escolaridade dos não ciganos, (%)



Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

Quanto à situação laboral dos inquiridos não ciganos, como é possível verificar pela tabela 12, a maioria, ou seja 60,5%, exercem uma actividade profissional, e 39,5% não exercem actividade profissional, ou seja, os desempregados e os reformados.

Tabela 12 – Situação Laboral dos não ciganos, (%)

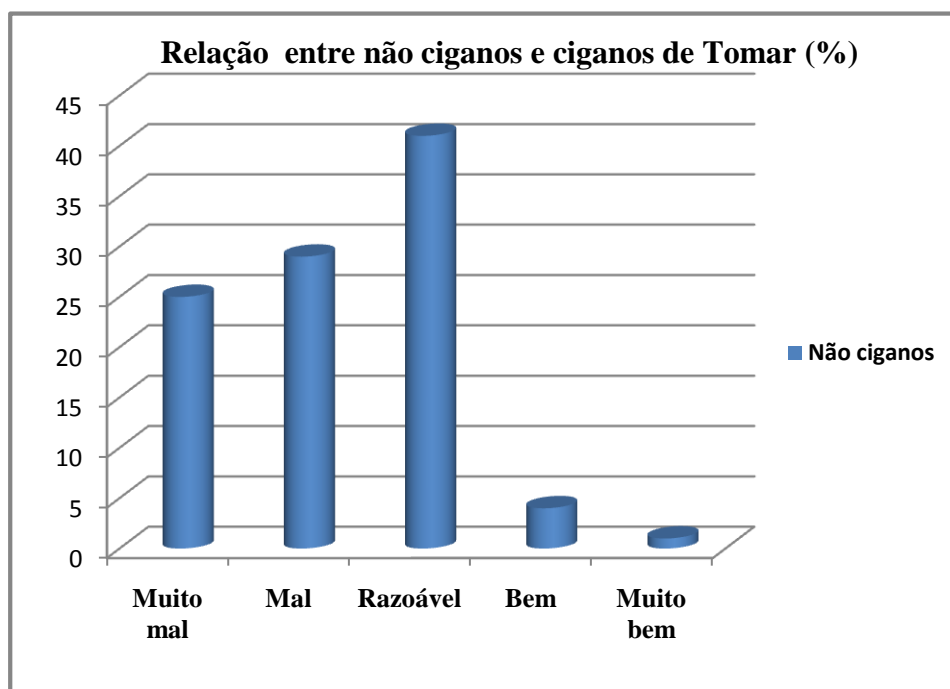
		Frequências Absolutas	Percentagem
	A exercer uma actividade	121	60,5
	Sem actividade	79	39,5
	Total	200	100,0

Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

5.7.2 – Relações de sociabilidade com os ciganos de Tomar

Quanto ao nível de contacto social estabelecido entre não ciganos e ciganos em Tomar, o gráfico 5 mostra que a maioria dos não ciganos entende ter uma relação razoável (41%), aparecendo depois os que se dão mal (29%) e muito mal (25%). Refira-se que apenas 5% referem manter “boas” ou “muito boas relações. Os dados analisados apontam, portanto, para um quadro de relações desfavorável, uma vez que um pouco mais de metade dos respondentes diz relacionar-se mal e muito mal, apontando isto para um quadro de incompreensão, porventura mútua, e de eventual rejeição face à população cigana.

Gráfico 5 - Relação entre não ciganos e ciganos de Tomar (%)

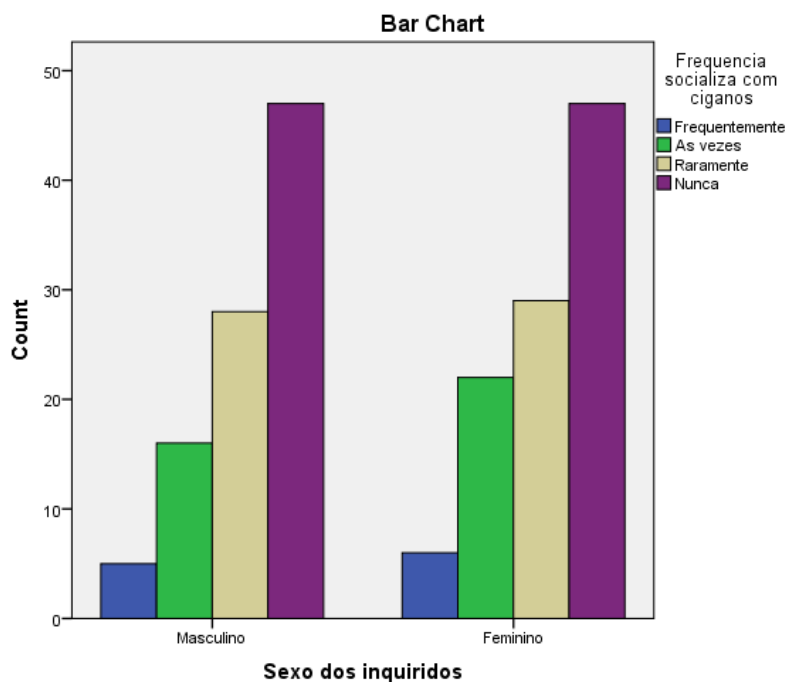


Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

O gráfico que se segue apresenta com que frequência os não ciganos (segundo o sexo) costumam sociabilizar com os ciganos. Refira-se que, maioritariamente, tanto homens, como mulheres, nunca ou “raramente” sociabilizaram com ciganos, ainda que no caso das últimas, o gráfico 6 espelhe níveis de sociabilização ligeiramente mais elevados. Isto poderá acontecer pelo facto de haver diversas comerciantes entre as inquiridas, o

que implica mais contacto com o público, incluindo-se aqui os clientes ciganos. No fundo, este “convívio” com a população cigana decorre, essencialmente em virtude das características da actividade profissional, acabando, de algum modo, por ser um contacto “forçado”, ou mesmo um contacto casual muito superficial.

Gráfico 6 – Frequência de contacto entre não ciganos e ciganos por sexo, (%)



Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

Tabela 13 – Existência ou não de amigos ciganos, (%)

		Frequências Absolutas	Percent.
	Sim	19	9,5
	Não	181	90,5
	Total	200	100,0

Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

A larga maioria dos não ciganos (mais de 90%) admite não ter amigos ciganos em Tomar, como se verifica na tabela 13, o que indicia a ausência de interacção e,

sobretudo, desconhecimento, uma vez que quase não se verificam relações sociais que ultrapassem os contactos estritamente superficiais e necessários.

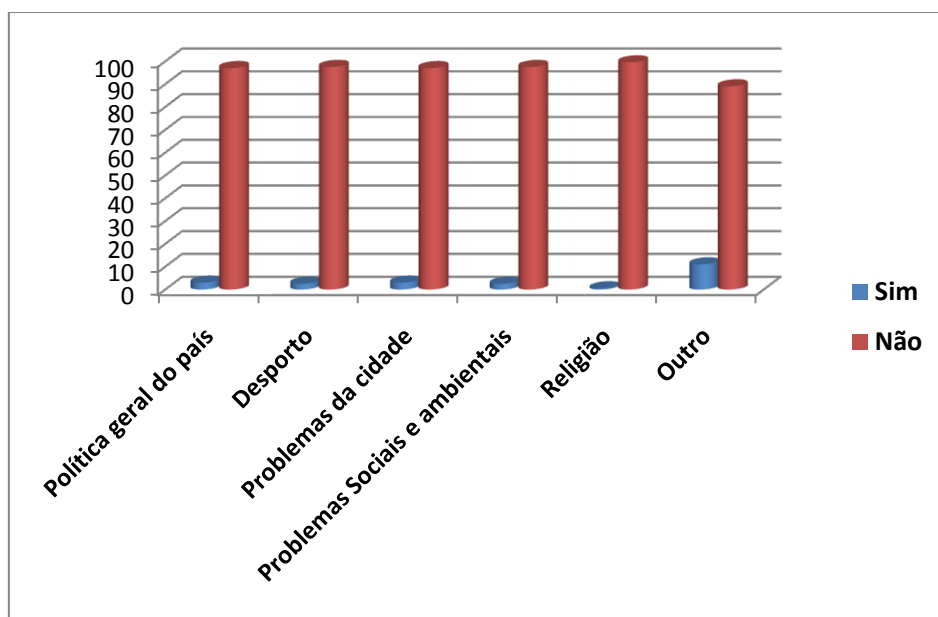
No que diz respeito aos espaços de convívio entre não ciganos e ciganos podemos concluir que 82,5% dos não ciganos não costumam conviver em nenhum espaço com ciganos (tabela 14) Os poucos locais onde ocorre convívio correspondem aos espaços públicos, à rua e ao café, com uma percentagem de 4%, respectivamente. Curiosamente, a Feira regista um valor inferior às três tipos de cenários de interacção já mencionados.

Tabela 14 -Espaços de convívio entre não ciganos e ciganos, (%)

		Frequências Absolutas	Percent.	Percentagens Cumulativas
	Feira	5	2,5	2,5
	Café	8	4,0	6,5
	Na rua	8	4,0	10,5
	Espaços Públicos	8	4,0	14,5
	Outro Local	6	3,0	17,5
	Não se aplica	165	82,5	100,0
	Total	200	100,0	

Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

Relativamente aos tipos de assuntos que os não ciganos conversam com os ciganos, constata-se pelo gráfico 7 que quase não conversam acerca de nenhum dos assuntos explicitados, embora falem de outro tipo de assuntos (11%). Ainda assim, dos vários tipos de assuntos referidos, os poucos que são objecto de conversa relacionam-se com as políticas gerais do país (3%), os problemas da cidade (3%), o desporto (2,5%) e os problemas sociais e ambientais.

Gráfico 7 - Tipo de assuntos que conversam com os ciganos, (%)

Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

As próximas tabelas são relativas à forma como a população não cigana percebe a evolução, ao longo dos últimos 10 anos, da sua atitude relativamente aos ciganos (tabela 15). Refira-se que a maioria da população não cigana tem a noção que a sua atitude perante este grupo étnico piorou (65%), registando-se apenas 6% de inquiridos que afirmam que melhorou.

Tabela 15 - Atitude dos não ciganos em relação aos ciganos, (%)

		Frequências Absolutas	Percent	Percentagens Cumulativas
	Piorou	130	65,0	65,0
	Manteve-se inalterada	58	29,0	94,0
	Melhorou	12	6,0	100,0
	Total	200	100,0	

Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

A maioria da população admite que as instituições públicas da cidade melhoraram a sua atitude perante os ciganos (tabela 16), sendo esta uma percentagem significativa de 73,5%. Relativamente ao controlo da actividade profissional por parte das autoridades e

à consequente perda de rendimentos nas feiras (tabela17), a maioria dos inquiridos referiu que não se registaram alterações (78%).

Tabela 16 - Atitude das instituições públicas de Tomar em relação aos ciganos, (%)

		Frequências Absolutas	Percent	Percentagens Cumulativas
	Piorou	8	4,0	4,0
	Manteve-se inalterada	45	22,5	26,5
	Melhorou	147	73,5	100,0
	Total	200	100,0	

Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

Tabela 17 - Perda de rendimentos e maior controlo das feiras, (%)

		Frequências Absolutas	Percent	Percentagens Cumulativas
	Piorou	13	6,5	6,5
	Manteve-se inalterada	156	78,0	84,5
	Melhorou	31	15,5	100,0
	Total	200	100,0	

Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

Quanto à convivência entre não ciganos e ciganos, esta manteve-se inalterada (63%, tabela 18), assim como a integração dos ciganos na cidade (59,5%), como podemos observar na tabela 19. Apesar destas posições maioritárias, deve referir-se que as opiniões que apontam para um deteriorar dos quadros de convivência e integração dos ciganos em Tomar se sobrepõem às (poucas) opiniões que mencionam uma evolução favorável. No que diz respeito à exclusão social dos ciganos, o quadro de respostas vai, precisamente, no mesmo sentido (tabela 20).

Tabela 18 - Convivência entre não ciganos e ciganos de Tomar, (%)

		Frequências Absolutas	Percent	Percentagens Cumulativas
	Piorou	49	24,5	24,5
	Manteve-se inalterada	126	63,0	87,5
	Melhorou	25	12,5	100,0
	Total	200	100,0	

Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

Tabela 19 - Integração social dos ciganos de Tomar, (%)

		Frequências Absolutas	Percent	Percentagens Cumulativas
	Piorou	51	25,5	25,5
	Manteve-se inalterada	119	59,5	85,0
	Melhorou	30	15,0	100,0
	Total	200	100,0	

Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

Tabela 20 - Exclusão Social dos ciganos de Tomar, (%)

		Frequências Absolutas	Percent	Percentagens Cumulativas
	Piorou	43	21,5	21,5
	Manteve-se inalterada	147	73,5	95,0
	Melhorou	10	5,0	100,0
	Total	200	100,0	

Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

Quanto às condições de habitação em que os ciganos vivem, 77% dos inquiridos responderam que se mantiveram na mesma, enquanto, que 16% apontam uma melhoria (tabela 21).

Tabela 21 - Condições de habitação dos ciganos, (%)

		Frequências Absolutas	Percent	Percentagens Cumulativas
	Pioraram	14	7,0	7,0
	Mantiveram-se inalteradas	154	77,0	84,0
	Melhoraram	32	16,0	100,0
	Total	200	100,0	

Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

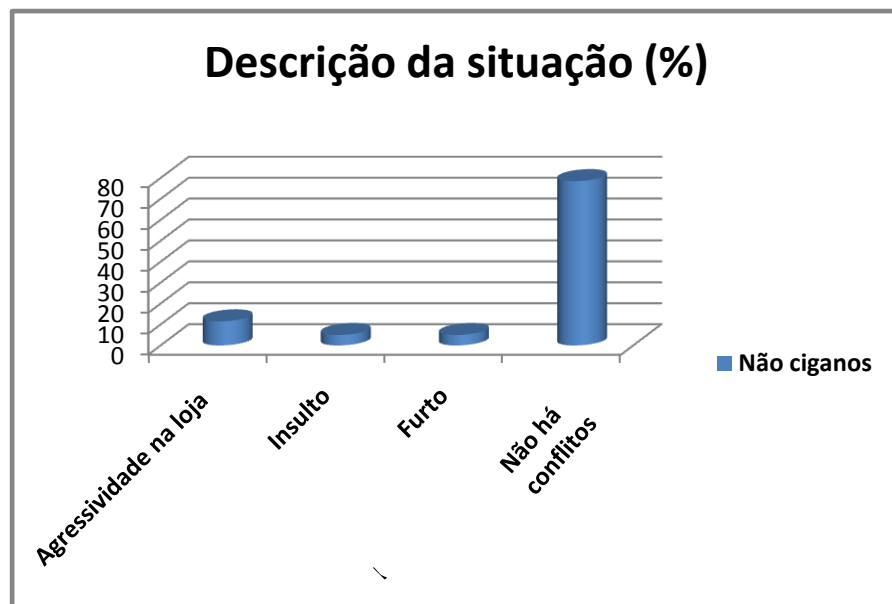
A maioria dos não ciganos nunca passou por uma situação de conflito que envolvesse ciganos (80,5%), ou seja, nunca foram mal tratados ou até mesmo discriminados por um cigano (tabela 22). Ainda assim, cerca de 20% afirmam ter já sido mal tratados por um cigano.

Tabela 22 - Situação de conflito entre não ciganos e ciganos, (%)

		Frequências Absolutas	Percent	Percentagens Cumulativas
	Sim	39	19,5	19,5
	Não	161	80,5	100,0
	Total	200	100,0	

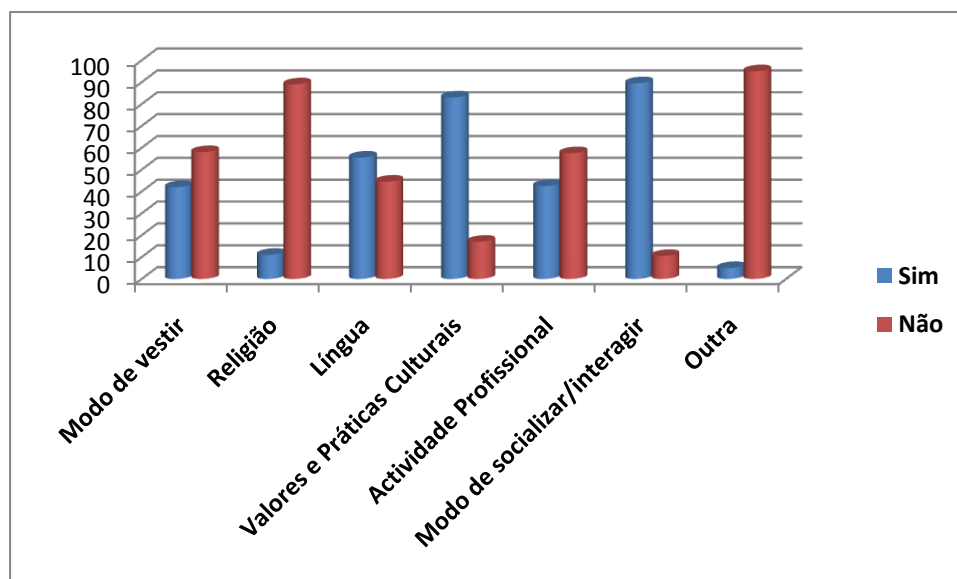
Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

Quanto aos motivos dessas situações de conflito e discriminação, os inquiridos, (nomeadamente os comerciantes locais), referem a agressividade (11,5%) como um dos principais motivos pela situação de conflito entre não ciganos e ciganos, havendo 78,5% dos inquiridos, ou seja a maioria, que admite não haver conflitos entre ciganos e não ciganos, (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Descrição da situação de conflito entre não ciganos e ciganos, (%)

Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

Quanto às diferenças mais notórias entre ciganos e não ciganos, o modo de socializar e de interagir dos ciganos, assim como os seus valores e as práticas culturais, são as diferenças que mais se evidenciam, seguindo-se, em terceiro lugar, a língua (gráfico 9).

Gráfico 9 - Diferenças mais notórias entre ciganos e não ciganos, (%)

Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

Quanto à questão “já houve na cidade algum conflito de vizinhança que envolvesse ciganos e não ciganos”, as respostas dividem-se, uma vez que cerca de 45% responderam afirmativamente, contudo, a maioria disse que “não”, 55% (tabela 23).

Tabela 23 – Existência de conflito de vizinhança entre ciganos e não ciganos, (%)

		Frequências Absolutas	Percent	Frequências cumulativas
	Sim	90	45,0	45,0
	Não	110	55,0	100,0
	Total	200	100,0	

Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

Importa ainda fazer menção à cronologia dos conflitos de vizinhança entre ciganos e não ciganos (tabela 24), uma vez que a população não cigana pode reear possíveis atitudes menos favoráveis por parte da população cigana, o que é evidenciado num estudo de caso realizado no bairro social de Atouguia, em Guimarães. Os autores referem que “O receio de represálias, sentido por portugueses não ciganos, por parte dos ciganos, é bem visível. Alguns dos inquiridos, ao responderem ao questionário nas questões relacionadas com os ciganos, advertiam amiúde: ”*Veja lá, eles que não saibam que eu disse isso!*” (Silva, Sobral, Ramos, 2008: 15).

A população não cigana nestas questões relacionadas com as situações de conflito entre ciganos e não ciganos, não respondeu, ou dizia que não sabiam exemplificar algum evento sucedido. Ainda assim, nos últimos três anos registaram-se mais conflitos, verificando-se que em 2011 tiveram lugar cerca de 4,5% dos casos, em 2012, 9,5% e em 2013, 10% de situações em que ocorreram conflitos de vizinhança entre ambas as partes.

Esta maior ocorrência de conflitos registados entre não ciganos e ciganos de Tomar, deve-se possivelmente ao facto dos inquiridos (não ciganos) terem registado nas suas memórias, e de se lembrarem dos últimos acontecimentos conflituosos mais recentes entre ambas as partes.

Para 11,5% dos respondentes existem frequentemente conflitos de vizinhança entre ciganos e não ciganos.

Tabela 24 – Cronologia dos conflitos de vizinhança entre ciganos e não ciganos, (%)

		Frequências Absolutas	Percent	Percentagens Cumulativas
	Frequentemente	23	11,5	11,5
	Não se aplica	3	1,5	13,0
	Não sabe /Não responde	113	56,5	69,5
	2003	2	1,0	70,5
	2007	3	1,5	72,0
	2009	2	1,0	73,0
	2010	6	3,0	76,0
	2011	9	4,5	80,5
	2012	19	9,5	90,0
	2013	20	10,0	100,0
	Total	200	100,0	

Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

Os principais motivos que desencadeiam os conflitos entre ciganos e não ciganos são os insultos e conflitos afins (21%), a proibição de entrada dos ciganos em determinados estabelecimentos nocturnos, por parte de alguns proprietários (11,5%) e, por último, os furtos (6,5%).

Tabela 25 - Motivos dos conflitos de vizinhança entre ciganos e não ciganos (%)

		Frequências Absolutas	Percent	Percentagens Cumulativas
	Furto	13	6,5	6,5
	Entrada proibida aos ciganos em determinados estabelecimentos nocturnos	23	11,5	18,0
	Insultos e afins	42	21,0	39,0
	Não sabe/ Não responde	122	61,0	100,0
	Total	200	100,0	

Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

Quanto ao facto de os não ciganos conseguirem, ou não, viver no mesmo prédio tendo como vizinho um cigano a resposta é positiva (57%), segundo a tabela 26.

Contudo, trata-se de um “sim” muito reticente, e com a condição de que os ciganos respeitem as regras da sociedade maioritária. Segundo o estudo realizado por Manuel Silva, José Sobral e Mariana Ramos, a maioria dos inquiridos não ciganos do bairro da Atouguia afirma que não queria ter os ciganos como vizinhos. Contudo, existem os que discordam desta afirmação, e que defendem que os ciganos “deveriam ser *“obrigados a viver como as pessoas ao pé de quem vivem”*, ou seja, respeitar os outros, cuidar dos espaços comuns, não fazer barulhos e sujeitar-se às regras e valores da maioria não cigana” (Silva, Sobral e Ramos, 2008: 11).

Tabela 26 - Viver no mesmo prédio tendo como vizinhos os ciganos, (%)

		Frequências Absolutas	Percent	Percentagens Cumulativas
	Sim	114	57,0	57,0
	Não	86	43,0	100,0
	Total	200	100,0	

Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

As razões que levam 43% dos inquiridos (tabela 26) a ter respondido que não seria capaz de viver no mesmo prédio que um cigano, incluem “pertencer a uma cultura diferente” (9%), “serem pessoas conflituosas” (6,5%), e também “não se conseguirem adaptar à sociedade envolvente” (6%), (tabela 27).

Tabela 27 - Razões de não viver no mesmo prédio tendo como vizinhos os ciganos, (%)

		Frequências Absolutas	Percent	Percentagens Cumulativas
	Cultura diferente	18	9,0	9,0
	Dificuldade de integração na sociedade	12	6,0	15,0
	Conflituosos	13	6,5	21,5
	Insegurança	11	5,5	27,0
	Pessoas instáveis	9	4,5	31,5
	Não responde/ não se aplica	137	68,5	100,0
	Total	200	100,0	

Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

Avaliação das condições de habitação dos ciganos por parte dos não ciganos

Uma questão muito importante e já mencionada anteriormente prende-se com as condições de habitação dos ciganos no Flecheiro (tabelas 28 a 33). Relativamente a esta situação, a população não cigana respondeu que a população cigana vive no acampamento, por opção (86,5%), como verificamos na tabela 30, de seguida aparece o facto de viverem muito mal, e de não terem condições dignas de habitação e de vida com 50,5%, como revela a tabela 28.

Sendo estas duas características mais significativas quanto à avaliação que a população não cigana percepciona sobre as condições de habitação dos ciganos de Tomar no acampamento do Flecheiro.

A população não cigana tem a noção que os ciganos na sua maioria não detêm boas condições de vida, como se verifica na tabela 29, com 68,5%; apenas 31,5% admitem que a população cigana de Tomar vive bem, e com boas condições de vida.

Relativamente às tabelas seguintes, (tabelas 30-33), pode-se concluir que para os não ciganos a população cigana reside no Flecheiro por opção; assim os inquiridos afirmam que foram disponibilizadas alternativas de realojamento por parte da Câmara Municipal, no entanto, estas foram recusadas por parte dos ciganos de Tomar.

Tabela 28 - Vivem muito mal, não tem condições dignas de habitação e de vida, (%)

		Frequências Absolutas	Percent	Percentagens cumulativas
	Sim	101	50,5	50,5
	Não	99	49,5	100,0
	Total	200	100,0	

*Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar***Tabela 29 - Vivem bem, tem bons níveis de rendimento e boas condições de vida, (%)**

		Frequências Absolutas	Percent	Percentagens cumulativas
	Sim	63	31,5	31,5
	Não	137	68,5	100,0
	Total	200	100,0	

*Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar***Tabela 30 - Vivem ali por opção, (%)**

		Frequências Absolutas	Percent	Percentagens Cumulativas
	Sim	173	86,5	86,5
	Não	27	13,5	100,0
	Total	200	100,0	

*Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar***Tabela 31 - Vivem ali, porque não há outro local que os possa acolher, (%)**

		Frequências Absolutas	Percent	Percentagens Cumulativas
	Sim	12	6,0	6,0
	Não	188	94,0	100,0
	Total	200	100,0	

Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

Tabela 32 - Vivem separados dos não ciganos, porque estes não os querem por perto, (%)

		Frequências Absolutas	Percent	Percentagens Cumulativas
	Sim	88	44,0	44,0
	Não	112	56,0	100,0
	Total	200	100,0	

Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

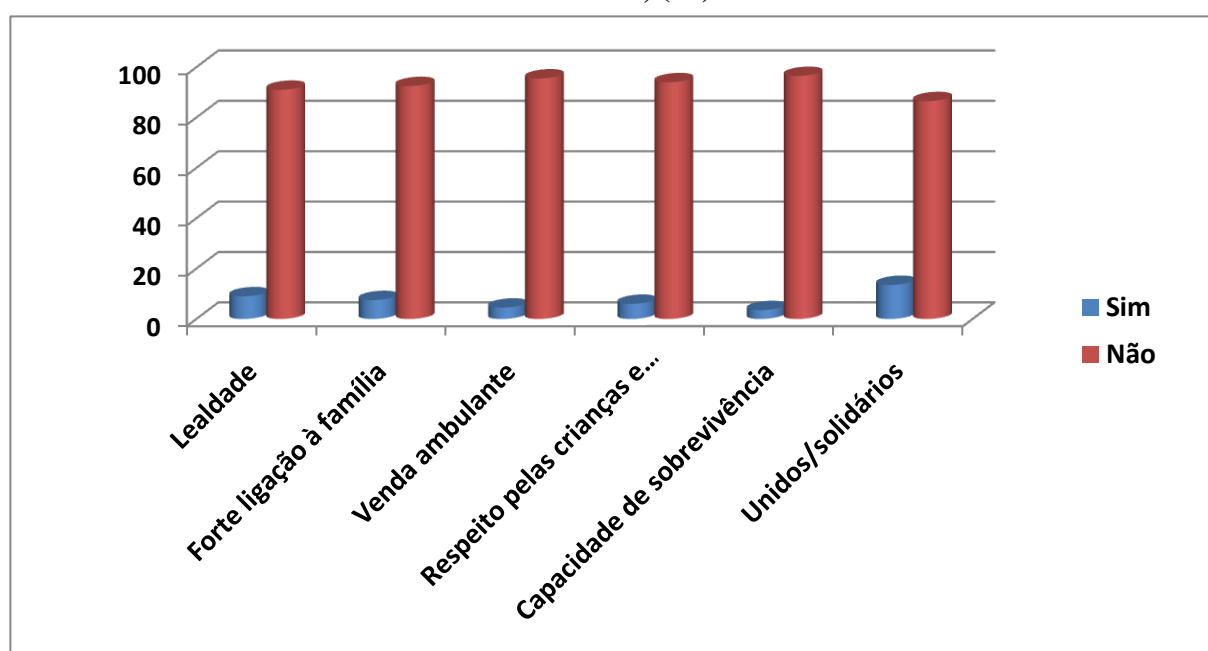
Tabela 33 - Vivem isolados do resto da cidade, porque não existem entidades capazes de resolver a situação em que os ciganos se encontram, (%)

		Frequências Absolutas	Percent	Percentagens Cumulativas
	Sim	43	21,5	21,5
	Não	157	78,5	100,0
	Total	200	100,0	

Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

5.7.3 – Percepções e Retratos Sociais dos não ciganos em relação aos ciganos

Quanto aos poucos aspectos positivos que a população não cigana evidencia em relação à população cigana, destacam o facto de os ciganos serem unidos e solidários “entre eles” (13,5%) e leais (9%) (gráfico 10).

Gráfico 10- Aspectos positivos que os não ciganos encontram nos ciganos de Tomar, (%)

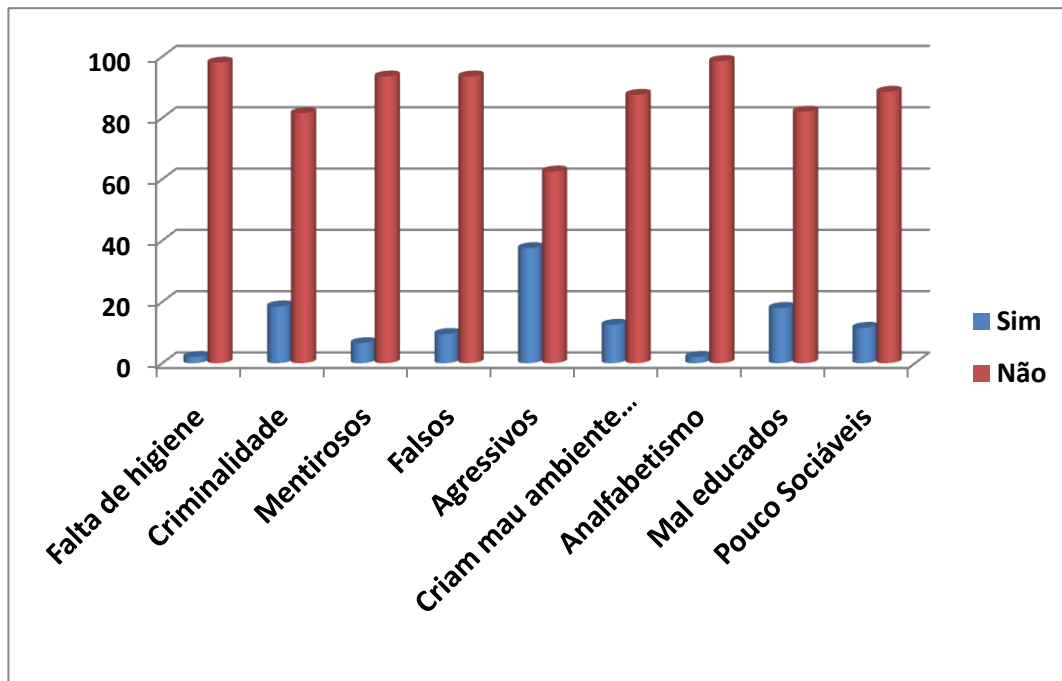
Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

É claramente perceptível que os aspectos positivos são muito pouco valorizados, pois como vemos no gráfico 11, a população não cigana atribui mais notoriedade a estes atributos, havendo mais elementos negativos do que propriamente positivos, evidenciando-se entre os primeiros, o facto de os ciganos serem considerados agressivos, estarem ligados à criminalidade e serem mal-educados.

O mesmo acontece no estudo anteriormente citado, que refere que “Os portugueses não ciganos atribuem aos ciganos características particularmente negativas.

A população não cigana, sobrevaloriza os aspectos negativos dos ciganos” (Silva, Sobral, Ramos; 2008: 4).

Gráfico 11- Aspectos negativos evidenciados pelos não ciganos em relação aos ciganos de Tomar, (%)



Fonte: Inquérito à População não Cigana de Tomar

Considerações Finais

Em síntese, é possível evidenciar alguns eixos conclusivos que se situam sobretudo a duas escalas: a nacional e a local, sendo que esta diz respeito à situação existente na cidade de Tomar.

Relativamente ao quadro nacional, importa referir que o grupo étnico cigano tem sido, ao longo da história, muito excluído e discriminado pelos não ciganos portugueses e pelas instituições públicas do Estado português, essencialmente, por se caracterizarem por uma cultura idiossincrática e singular, que os distingue da restante população maioritária, muitas das vezes pouco conhecida e incompreendida pela maioria.

No plano local mas também nacional, este estudo intenta de algum modo perceber os dois lados desta interacção, sendo de evidenciar que tal foi ainda pouco estudado em contexto nacional. Por outro lado, esta “comunidade” do Flecheiro é ainda pouco conhecida pelos cientistas sociais ligados aos estudos ciganos. Por outro lado, esta análise procura de certo modo, contribuir ainda que de forma modesta para a ampliação do conhecimento sobre os ciganos portugueses.

Contudo, mesmo no plano nacional, os ciganos são um grupo heterogéneo, pois existem diversidades dentro do grupo étnico cigano (Mendes, 2012, Magano, 2010, Nicolau, 2010) Refira-se os ciganos são também influenciados por processos sócio culturais mais globais, ainda que tal influência decorra no quadro duma certa resistência.

De resto, é essa resistência cultural que, de algum modo, define os ciganos, garantindo que a sua identidade, apesar das mudanças em curso. Na verdade, este grupo ultrapassou momentos muito complicados, de conflito, que ainda se perpetuam na actualidade, como demonstra o caso de estudo aqui analisado, sendo de realçar a quase ausência de contacto entre ciganos e não ciganos na cidade de Tomar. Esta exclusão social e também espacial é um fenómeno, que acontece em muitas outras localidades, como tive oportunidade de constatar através da leitura de outros estudos nacionais (Mendes, 2005; Lopes, 2008; Castro, 2007). Em Tomar esta precariedade associa-se e reforça os processos de marginalização, segregação e de exclusão social e espacial. Estes processos não se desligam de práticas perpetradas pelas instituições públicas locais e nacionais (a nível micro e macro) e que acabam por intensificar e agudizar estes processos de discriminação que pesam sobre os ciganos.

É certo que o nível de agressividade, ou de conflito, não será, na larga maioria das localidades portuguesas, tão grave como se verificava há alguns anos atrás (década de 90). De qualquer forma, em pleno século XXI, tal ainda acontece.

Apesar desta situação, deve referir-se que tem havido alguma preocupação em implementar algumas políticas sociais e urbanas de carácter inclusivo que têm contribuído para a integração deste grupo étnico na sociedade portuguesa em geral. Em 2013, foi mesmo aprovada a ENICC (Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas), que consiste num conjunto de medidas que têm como principais objectivos promover a integração da população cigana em quatro áreas chave: a saúde, o emprego, a educação e a habitação.

No que respeita às conclusões específicas, isto é, aquelas que retirei da investigação sobre a situação dos ciganos de Tomar, começo por afirmar que considero tratar-se de um caso de estudo ilustrativo de que efectivamente subsistem fenómenos como o racismo (Mendes, 2005 e 2012) e todas as formas de exclusão social que sobrepesam sobre as pessoas ciganas. Decorre daqui que este trabalho também pretende denunciar a situação existente em Tomar e alertar para a necessidade de uma intervenção urgente, nomeadamente quanto à precariedade social e habitacional que caracteriza o acampamento do Flecheiro, que põe em causa os mínimos da dignidade humana. Verifica-se uma evolução positiva em termos de integração dos ciganos de Tomar, na medida em que a ACMET, em parceria com outras entidades tem realizado um trabalho importante, sobretudo no âmbito do desenvolvimento de actividades com as crianças ciganas, facto referido pela maior parte dos não ciganos e ciganos.

Estas acções que visam a integração da população cigana de Tomar podem não ter já resultados muito salientes, mas terão certamente impactos importantes no futuro das gerações mais jovens e vindouras.

Perante o exposto, foi possível responder à questão de partida e às questões complementares que orientaram esta pesquisa. Como se pode verificar através da análise dos dados, para os não ciganos, a sua relação com a população cigana de Tomar não tem melhorado, contudo, ainda mantêm um certo nível de contacto mínimo, uma vez que os inquiridos na sua maioria eram comerciantes locais, ou seja, por razões de ordem económica têm que diariamente se relacionar com os clientes, entre eles ciganos. Uma das diferenças existentes entre não ciganos e ciganos, apontadas pelos inquiridos foi a questão dos ciganos pertencerem a uma cultura que segundo os não ciganos, é

muito distinta da maioritária, e que se rege por valores sócio culturais próprios, o que por vezes dificulta a interacção entre ciganos e não ciganos.

Verifica-se também um esforço, ou um certo interesse por parte da população local não cigana em obter algum conhecimento sobre os ciganos residentes na cidade, contudo persiste ainda um forte desconhecimento mútuo relativamente à singularidade deste grupo étnico.

Como já foi referido no início da minha investigação, a minha questão de partida pretendia compreender que factores explicam, e podem contribuir para a situação de exclusão sócio - espacial dos ciganos de Tomar, e foi o que pretendi apreender, as respostas aos inquéritos e as entrevistas exploratórias realizadas, confirmam a existência de uma forte exclusão sócio - espacial na cidade de Tomar, onde ainda perdura o preconceito e o desconhecimento sobre as diferenças étnicas e culturais.

A título de reflexão final, gostaria de assinalar que este trabalho deparou-se com algumas limitações e dificuldades, sendo de destacar uma certa falta de bibliografia sobre a temática, sobretudo na área da geografia, para além de outros aspectos que enuncio de seguida e que se referem, essencialmente, às condições de preparação e implementação do trabalho de campo:

- A inexistência de informação científica que descreva qualitativamente e quantitativamente a situação de exclusão sócio - espacial em que se encontram os ciganos de Tomar;
- A falta de abertura social e política, por parte das instituições locais em colaborar em projectos desta natureza;
- Dificuldade na aplicação dos inquéritos à população local, devido a uma elevada falta de interesse social pela temática dos ciganos;
- Falta de disponibilidade por parte das instituições públicas locais, nomeadamente por parte da Câmara Municipal de Tomar;
- No caso da população cigana de Tomar, senti que tive pouco tempo para os conhecer e me relacionar, uma vez que é a primeira vez que estou a estudar este grupo étnico;

Referências Bibliográficas

ACIDI, (2010) – "Ciganos, para quando uma verdadeira integração?", revista nº 81, Junho, pp. 1-24.

ACIDI (2013) - "Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013 – 2020", Lisboa, pp. 51-54.

Alves, S.; Albuquerque, R. ; Dias, I. ; Monteiro, S, Carmo, H.(coord.); (1996) - «Exclusão Social, rotas de intervenção», Instituto Superior Técnico de Ciências Sociais da Universidade Técnica de Lisboa, pp.47-48.

Almeida, A., Cruz, A., Silva, C., Peixoto, F., Falcão, J., *et al* (2002) – "Sastipen ta li saúde e liberdade, ciganos: números, abordagens e realidades", edição SOS Racismo, Lisboa, pp. 214.

ANDRÉ, I. (2005) - «Metodologias de investigação em geografia humana: Programa». Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

Antunes, J.; Oliveira, M.(2002) – "História e cultura cigana - Contribuições para o seu conhecimento", in "Sastipen ta li saúde e liberdade, ciganos: números, abordagens e realidades", edição SOS Racismo, Lisboa, pp. 205- 329.

Bastos, José; Correia, André e Rodrigues, Elisabete (2007) - "Sintrenses ciganos. Uma abordagem estrutural – dinâmica", Lisboa, Câmara Municipal de Sintra e ACIDI, pp. 26-27, 44-48; pp.163-169.

Bastos, J., (2012) - "Portugueses ciganos e ciganofobia em Portugal", Lisboa, Edições Colibri e CEMME/CRIA, pp. 336-383.

Blanes, Ruy (2012) – "Missão, Mobilidade e Fronteira: a Igreja Filadélfia e os Ciganos na Península Ibérica", in Bastos, J. (org.) - "Portuguese ciganos e ciganofobia em Portugal", Lisboa, Edições Colibri e CEMME/CRIA, pp. 128-138.

Boyser, De Katrien, Dewilde, Caroline, [et al.], (2009) - “Betwen the social and the spatial exploring the multiple dimensions of poverty and social exclusion”, Editora Ashgate, pp. 57-71.

Burguess, R., (1997) – «A pesquisa de terreno, uma introdução». Oeiras. Celta.

Castelo-Branco, S., (2010) – “Enciclopédia da música em Portugal no século XX, LP”, Lisboa: Círculo de Leitores: Temas e Debates, pp. 834-836.

Castro, Alexandra (2004) - "Ciganos e itinerância - realidades concelhias e formas de hospitalidade", Cidades, Comunidades e Territórios, nº 9, Lisboa, pp. 55-69.

Castro, Alexandra (2007) - "Dos Contextos Locais à Invisibilização Política: discussão em torno dos ciclos de exclusão habitacional dos ciganos em Portugal". Cidades - Comunidades e Territórios, n.º 15, Lisboa: CET - Centro de Estudos Territoriais, p. 63-86.

Castro, Alexandra (2009a) - “Avaliação das necessidades dos municípios na implementação do Modelo Integrado de Actuação com a População Cigana”, em AA.VV. *População Cigana em Situação de Precariedade Habitacional. Avaliação das Necessidades dos Municípios na Implementação do Modelo Integrado*, pp. 13-23.

Castro, Alexandra (2009b) - “Considerações finais: algumas chaves para o sucesso da intervenção”, em AA.VV. *População Cigana em Situação de Precariedade Habitacional. Avaliação das Necessidades dos Municípios na Implementação do Modelo Integrado*, Coimbra, s/ed., pp. 29-30.

Castro, Alexandra, e Ana Sofia Marques (2005) - *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental*, Lisboa, Instituto da Segurança Social.

Castro, A. (2012) - “Desigualdades sociais e etnicidade: o caso dos portugueses ciganos” [Social inequalities and ethnicity: the case of the Portuguese Gypsies], in *Imigração e Racismo em Portugal. O lugar do Outro*, Lisboa, Edições 70, pp.115-136.

Cloke, Paul; Philo, Chris; Sadler, David, (1991) – «Approaching Human Geography An introduction to contemporary teoretical debates», Londres. Paul Chapman Publishing.

Coelho, Adolfo (1995) – "Os ciganos de Portugal: O Exótico cá dentro", Lisboa, Dom Quixote, pp. 13-19, "O calão e a língua dos ciganos", pp. 73-82, "Esboço histórico e etnográfico", pp. 163-194.

Costa, Bruto da (Coord.); Baptista, I.; Perista, P; Carrilho, P. (2008) – "Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal Contemporâneo", Edições Gradiva, Lisboa, pp. 59-89.

Costa, E. (2001) - «Os ciganos em Portugal: breve história de uma exclusão», in *O povo cigano: cidadãos na sombra: processos explícitos e implícitos de exclusão* / Luíza Cortesão... [et al.], Porto, Afrontamento, pp. 13-20.

Eduardo Costa Dias... [et al.], (2002) - “Comunidades ciganas: representações e dinâmicas de exclusão - integração”, ACIME, Porto/Lisboa, pp. 16-29.

Flowerdew, Robin; Martin, David, (eds.), (2005) – «Methods in human geography: a guide for students doing a research project». Essex, Pearson.

Fraser, Angus (1998) –“História do povo cigano”, Lisboa, Edições Teorema, pp. 280-304, pp. 228-235.

Ghiglione, Rodolphe; Matalon, Benjamin, (1992) – «O inquérito, Teoria e Prática». Oeiras Editora.Celta.

Giddens, A. (2010) – «Sociologia: raça, etnicidade e migração», pp.248-255, «Sociologia: pobreza, previdência e exclusão social», Fundação Calouste Gulbenkian, 8ªedição, pp.325-331;252-255.

Lopes, Daniel (2008) – "Deriva cigana: um estudo etnográfico sobre os ciganos de Lisboa", Gradiva: Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 295-300.

Hubbard, Phill; Kitchin, Rob; Bartley, Brendan; Fuller, Duncan, (2002) - «Thinking geographically: space, theory and contemporary human geography, London, Continuum».

Lopes, Daniel (2008) – *A situação em Portugal*, in "Deriva cigana: um estudo etnográfico sobre os ciganos de Lisboa", Gradiva: Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 22-28.

Liégeois, Jean-Pierre (1989) – “Ciganos e Itinerantes”, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pp. 37-82.

Machado, L. Fernando (1999) – “Contrastes e Continuidades — Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal”, Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, pp.97-115.

Magano, Olga (2010) – "Tracejar vidas normais". Estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa', Lisboa, Universidade Aberta/DCSG. Tese de doutoramento em sociologia.

Mendes, Maria Manuela (1997) – "Etnicidade cigana, exclusão social e racismos", “As principais dimensões de análise da etnicidade - o caso da etnicidade cigana”, “A etnicidade e a exclusão social”, in tese de dissertação de mestrado intitulada: *Etnicidade, grupos étnicos e relações multiculturais: elementos para a compreensão das relações entre ciganos, no âmbito de uma Sociologia das Relações Étnicas e Raciais*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 26-31; pp. 41-49;207-246.

Mendes, Maria Manuela (2005) – *Etnicidade e exclusão social* (cap. I), *Os ciganos na Europa e em Portugal* (cap. II), in "Nós, os ciganos e os outros: etnicidade e exclusão social", Livros Horizonte, Lisboa, pp. 23-53.

Mendes, Maria Manuela (2012) – *A origem histórico-geográfica dos ciganos: da Índia ou da «cigolândia»?*, pp. 145-157, *Expressões e experiências de discriminação: principais domínios de discriminação: contextos, situações e reacções* (cap. V), in "Identidades, racismo e discriminação: ciganos da AML", Lisboa: Caleidoscópio, pp. 232-247.

Nicolau, L. (2010), *Ciganos e não ciganos em Trás-os-Montes: investigação de um impasse interétnico.*, Vila Real, UTAD, Pólo de Chaves, Tese de doutoramento em ciências sociais

Nunes, Olímpio (1996) – “O Povo Cigano”, Ed. do Autor e Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos (2ª Edição), Lisboa, pp. 129-334.

Okely, J. (1997) – “Cultural ingenuity and travelling autonomy: not copying, just choosing”, in “Romani culture and Gypsy identity”, edited by Thomas Acton and Gary Mundy, University of Hertfordshire Press, pp. 188-202.

Kneale, Pauline, (1999) – «Study skills for Geography Students: a practical guide», London, Hodder Arnold.

Ries, J., (2010) – “Romany/Gypsy Church or People of God? The Dynamics of Pentecostal Mission and Romany/Gypsy Ethnicity Management”, in "Multi-Disciplinary Approaches to Romany Studies", Stewart, M., Rovid, M., Hungry: Central University European, pp. 271-280.

Robinson, Guy, M. (1998) - «Methods & techniques in Human Geography».Chichester, John Wiley& Sons.

R. Quivy e L. V. Campenhoudt (1998) - "Manual de Investigação em Ciências Sociais", Lisboa, Gradiva, pp. 11-275.

Salgueiro, T.B. (2000), «Marginalidades e Exclusão nas Metrópoles», in *Sociedade e Território*, nº30, pp.81-111.

Santos, Rosa, *et al* (2009) - “População Cigana e Habitação - Avaliação das Necessidades dos Municípios na Implementação do Modelo Integrado”, Projecto: *Coimbra- Cidade de Todos*, Coimbra, pp. 5- 31.

Silva, Manuel Carlos, Sobral, José Manuel, Ramos, Mariana (2008) – “Ciganos e não ciganos: imagens conflituosas em contextos de vizinhança – o bairro social da Atouguia, Guimarães”, VI Congresso Português de Sociologia, *Mundos Sociais: Saberes e Práticas*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, pp.3-20.

Stewart, M. (1997) – “The puzzle of Roma persistence: group identity without a nation” (capítulo VI), in “Romani culture and Gypsy identity”, edited by Thomas Acton and Gary Mundy, University of Hertfordshire Press, pp. 82-95.

Subcomissão de Igualdade de Oportunidades e Família (2008) - Relatório das audições efectuadas sobre Portugueses Ciganos no âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural.

Thomas, Gary, (2009) – «How to do your Research Project: a guide for students in education and applied social sciences», Londres, Sage.

Vala, Jorge, Lopes, Diniz e Brito, Rodrigo (1999) - “Expressões dos racismos em Portugal”, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Estudos e Investigações, pp. 170-198.

Zanfrini, L. (2004) - «La convivência interétnica: capítulo 3, El prejuicio étnico», Alianza Editorial: Madrid. European Union Agency for Fundamental Rights. Annual Report 2012, Wein, FRA, pp. 66-85.

Webgrafia:

- www.acidi.gov.pt
- <http://www.cm-tomar.pt>
- <https://www.facebook.com/acmet.tomar>
- <http://www.programaescolhas.pt/>

ANEXOS

1.1. Guião de entrevista ao presidente da ACMET

(Associação de Solidariedade Social com a Comunidade Cigana e Minorias Étnicas do Médio Tejo)

Bom dia/Boa tarde, o meu nome é Mónica Sequeira, sou aluna de Mestrado em População, Sociedade e Território do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Estou a fazer um trabalho de investigação sobre os ciganos de Tomar, esta entrevista tem como objectivos compreender melhor a história, os objectivos e o funcionamento da associação cigana de Tomar, os projectos desenvolvidos pela associação, conhecer a história dos ciganos de Tomar, a sua organização e composição sócio -espacial, o tipo de relação entre os ciganos e não ciganos, bem como a nível da habitação, perceber quais as condições de habitação, quais os apoios e de quais instituições advêm os mesmos.

Caracterização sociográfica do entrevistado

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

Funções desempenhadas e desde quando?

Questões relativas à ACMET:

- 1- Quando foi fundada a associação? Onde foi fundada? Por quem? Razões? Tipo de apoios que teve na fundação/criação?
- 2- Qual o estatuto da associação? (Pedir para ver estatutos)
- 3- Quem são os dirigentes? (referir e indicar quem pertence à Direcção)
- 4- Houve eleições?
- 5- Quais são os principais objectivos desta associação? Que actividades e serviços são disponibilizados? Que tipo de ajuda presta aos ciganos de Tomar?
- 6- Quantos sócios fazem parte da associação? E quem são? Pagam quotas? Qual o valor?
- 7- Quais são as maiores dificuldades que a associação tem sentido ao longo deste último ano?
- 8- Que tipo de projectos/iniciativas directamente relacionados com os ciganos de Tomar a associação tem desenvolvido (em parceria ou não com a Câmara Municipal de Tomar, ACIDI)?

(Referir quais são os parceiros e domínios/áreas de colaboração)

Questões relativas aos ciganos de Tomar:

- 9- Quando é que os ciganos se começaram a fixar na cidade de Tomar? (contar um pouco da história dos ciganos de Tomar, tentar perceber o porquê que os ciganos estão ali na periferia da cidade e não em outro lugar da cidade). De onde vieram? Quem foram as primeiras famílias a instalar-se e onde?
- 10- Quantos ciganos existem na cidade de Tomar? É uma população maioritariamente jovem ou não? Que profissões exercem? Níveis de escolaridade? Dificuldades na sua integração na sociedade local?
- 11- Quantas famílias residem em cada um dos acampamentos? Quantas pessoas são no total? Há outros acampamentos/zonas de residência? Onde? Qual a é sua dimensão.
- 12- Há relações familiares e outras, entre as pessoas e famílias dos 3 acampamentos? Como se dão as pessoas a residir nos 3 acampamentos?
- 13- Como se relacionam estas pessoas ciganas com a sociedade de Tomar? Como são vistos estes acampamentos e os seus habitantes?

Questões relativas à habitação:

- 14- Quantas barracas existem em cada um dos acampamentos? Quais as condições que reúnem? (Explorar como conseguem satisfazer as suas necessidades básicas, como luz, água, se tem uma rede de saneamento básico). Como classifica as condições de vida destas pessoas ciganas?
- 15- Os terrenos onde estão alojados, pertencem à CM ou a privados? Como foram cedidos esses terrenos?
- 16- Qual a posição dos ciganos de Tomar face à situação da habitação em que se encontram? De que forma a associação tem vindo a trabalhar (face a esta situação) com instituições ou até mesmo com a CM no sentido de se melhorar ou mudar as condições de alojamento destas pessoas?

1.2- Guião de entrevista à Vice-Presidente da ACMET (Associação de Solidariedade Social com a Comunidade Cigana e Minorias Étnicas do Médio Tejo)

Bom dia/Boa tarde, o meu nome é Mónica Sequeira, sou aluna de Mestrado em População, Sociedade e Território do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Estou a fazer um trabalho de investigação sobre os ciganos de Tomar, esta entrevista tem como objectivos entender como uma não cigana percepciona o papel da associação cigana de Tomar da qual faz parte, o que a motivou a fazer parte da mesma, assim como compreender a percepção/posição de uma não cigana relativamente aos problemas de exclusão sócio - espacial dos ciganos em Tomar.

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

Funções desempenhadas na associação e desde quando?

Questões relativas à ACMET:

- 1- Como é fazer parte da ACMET, sendo a Dr.^a Sílvia uma não cigana? Tempo de pertença?
- 2- Que barreiras encontrou enquanto Vice-Presidente de uma associação cigana aqui em Tomar? Foi fácil ou difícil a sua adaptação ao cargo?
- 3- Quais as razões que a motivaram a fazer parte da ACMET, foram razões profissionais ou pessoais?
- 4- A ACMET tem conseguido dar resposta a maior parte dos problemas expostos pelos ciganos de Tomar?
- 5- Há outros ciganos na associação? Quem são? Qual a vantagem e /ou desvantagem de ser uma associação com membros e sócios não exclusivamente de origem cigana?

Questões relativas aos ciganos de Tomar:

- 6- Na sua opinião como se relacionam os ciganos com a sociedade de Tomar em geral? Como são vistos estes acampamentos e os seus habitantes?
- 7- Os não ciganos de Tomar estão mais tolerantes perante as diferenças socioculturais dos ciganos, ou antes pelo contrário, tem aumentado o estigma e o preconceito social relativamente a este grupo ao longo dos últimos anos?
- Se sim, o que mudou? Se não, quais os preconceitos que são ainda recorrentes de parte a parte?
- 8- Quais são os principais problemas/dificuldades sentidos pelos ciganos de Tomar?
- Quais os aspectos positivos e potencialidades do grupo e da cultura cigana?
- 9- Acha que se alterou a convivência social/sociabilização entre ciganos e não ciganos em Tomar?
- 10- Qual é a maior luta/ambição dos ciganos de Tomar? (Que direitos ou até mesmo que bens costumam reivindicar; em termos de problemas, o que expõem mais)?
- 11- Há quanto tempo estão aqui radicados os ciganos nesta cidade e qual a história da ocupação daquele terreno e das primeiras famílias?
- Quem foram essas primeiras famílias a serem instaladas? Saber um pouco sobre a sua história.
- 12- Na sua opinião é visível a exclusão social e territorial dos ciganos de Tomar? Onde é que essa exclusão se faz sentir mais, a nível social, ou a nível espacial? Porquê?
- 13- Como é que acha que os ciganos vêem a sociedade maioritária e as posições desta (antes e agora, como lhe parece que têm evoluído na perspectiva dos ciganos)?
- 14- Quais as medidas e políticas sociais que mais têm apoiado os ciganos de Tomar? E quais as instituições, e o que fizeram durante estes anos?
- 15- Quais são os mediadores e representantes ciganos que intervêm na interlocução com os serviços municipais?
- Quem são os principais interlocutores dos ciganos junto da autarquia? (alguns patriarcas; membros das associações ciganas; quem? E na Câmara, há um serviço que dialoga mais com os ciganos? Se sim, qual e porquê?)

- 16- Quais são os desafios que os ciganos de Tomar poderão enfrentar nos próximos anos?
- 17- De um modo geral, se pudesse caracterizar por breves palavras os ciganos de Tomar, como os caracterizaria?
- 18- Até 2020 todos os países da União Europeia, têm de ter bem definidas as suas políticas de inclusão/integração social dos ciganos.
Acha que Portugal será capaz até 2020 de cumprir essas mesmas políticas inclusivas, e que as mesmas possam chegar a todos os ciganos portugueses nomeadamente aos ciganos de Tomar?
 - Se não, porquê? Quais os motivos/razões?
 - Se sim, porquê? E em que domínios se irá alterar a situação dos ciganos portugueses?
 - O que acha das estratégias que já foram definidas e das organizações envolvidas e das suas actividades?
 - (Ver na ENIC as medidas para a habitação e coloca-las à consideração do entrevistado)

1.3 - Guião de entrevista ao Mediador Municipal de Coimbra

Bom dia/Boa tarde, o meu nome é Mónica Sequeira, sou aluna de Mestrado em População, Sociedade e Território do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Estou a fazer um trabalho de investigação sobre os ciganos de Tomar, esta entrevista tem como objectivos compreender melhor o papel dos mediadores em Portugal, quais as dificuldades mais sentidas pelos ciganos, entender quais os apoios e as parcerias que intervêm e explorar as boas e más experiências deste mesmo projecto.

Caracterização sociográfica do entrevistado

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

Funções desempenhadas e desde quando?

Questões relacionadas com o projecto: «Mediadores Interculturais»:

- 1- Quando foi criado este projecto? Por quem? Razões? Tipo de apoios e parceria subjacentes à sua criação? - História do projecto
- 2- Mas antes deste projecto já existiam mediadores sócio - culturais, como é funcionava esta área profissional? Quem vos contratava? Quem vos formava?
- 3- Como funciona este projecto? Como se organiza administrativamente?
 - Saber como se organiza hierarquicamente, quem são os dirigentes?Quais são os principais objectivos de um mediador municipal? Em que área e instituições poderemos encontrar um mediador municipal? Que actividades e serviços competem ao mediador? Que tipo de ajuda presta aos ciganos a nível nacional?
- 4- Que tipo de projectos/iniciativas directamente relacionados com os ciganos portugueses os mediadores municipais têm desenvolvido (em parceria ou não com a Câmara Municipal de Lisboa, e outras (Tomar) ACIDI)? Referir quais são os parceiros e domínios/áreas de colaboração.

- 5- Quais são as instituições/organizações que apoiam e trabalham em parceria com os mediadores municipais? Qual o tipo de relação (próxima/afastada) entre essas instituições/organizações e os mediadores municipais?
- 6- Quais as maiores dificuldades enquanto mediador que tem sentido ao longo deste último ano? De um modo geral tem conseguido dar resposta a todos os problemas que ocorrem?
- 7- Sente que o seu trabalho é compensatório para si e para a etnia cigana? Em que aspectos?

Questões relacionadas com os ciganos portugueses: (Bloco comum)

- 8- Escreveu um livro para crianças, intitulado "A História do Ciganinho Chico", qual o propósito do livro?
 - Existe actualmente ainda preconceitos na escola entre ciganos e não ciganos?
 - Trata-se de uma história fictícia, ou baseada em histórias reais e pessoais?
- 9- Os não ciganos portugueses estão mais tolerantes perante as diferenças socioculturais dos ciganos, ou antes pelo contrário, tem aumentado o estigma e o preconceito social relativamente aos ciganos?
- 10- Enquanto cigano, sente/já sentiu algum desconforto pessoal (reação menos positiva) por pertencer à etnia cigana, por parte dos não ciganos? Em que situação?
- 11- Os ciganos que o conhecem, vêm em si um modelo a seguir, ou não? Razões? Há outros modelos? Quem são?
- 12- Acha que se alterou a convivência social/sociabilização entre ciganos e não - ciganos em Portugal?
- 13- Quais as principais mudanças sociais, culturais e económicas que os ciganos portugueses têm experimentado?
- 14- Como encara a situação da habitação dos ciganos portugueses actualmente no nosso país? O que pensa das medidas de apoio à habitação postas em prática pelos municípios?
- 15- Na sua opinião os ciganos portugueses ainda se caracterizam pela mobilidade associada à itinerância e ao nomadismo? Isso poderá de certa forma contribuir para as dificuldades no caso das crianças frequentarem a escola, no acesso à habitação e em poderem vir a exercer uma actividade profissional?
- 16- De um modo geral, se pudesse caracterizar por breves palavras os ciganos portugueses, como os caracterizaria?
- 17- Qual é a maior luta/ambiçao dos ciganos portugueses? (Que direitos ou até mesmo que bens costumam reivindicar, em termos de problemas que expõem mais)?
- 18- Quais são os desafios que os ciganos portugueses poderão enfrentar nos próximos anos?
- 19- Até 2020 todos os países da União Europeia, têm de ter bem definidas as suas políticas de inclusão/integração social dos ciganos. Como se posiciona, enquanto mediador municipal face às quatro áreas dessa mesma política europeia de inclusão dos ciganos, que são: o acesso à habitação, à saúde, ao emprego e à educação?

1.4 - Guião de entrevista ao Director Executivo da ONPC

Bom dia/Boa tarde, o meu nome é Mónica Sequeira, sou aluna de Mestrado em População, Sociedade e Território do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Estou a fazer um trabalho de investigação sobre os ciganos de Tomar, no entanto esta entrevista tem como objectivos entender o papel desempenhado pela Pastoral dos Ciganos, face à actual situação de exclusão social e espacial dos ciganos que ainda se faz sentir até aos dias de hoje, bem como explicitar as possíveis medidas inclusivas, propostas pela Pastoral, que façam frente a este panorama nacional pouco satisfatório.

Caracterização sociográfica do entrevistado

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

Funções desempenhadas e desde quando?

Questões relacionadas com a ONPC (Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos):

- 1- Quando foi fundada a Pastoral dos Ciganos? Onde foi fundada? Por quem? Razões? Tipo de apoios que teve na fundação/criação?
- 2- Como funciona em termos administrativos a ONPC? Como se organiza institucionalmente (hierarquia)?
- 3- Quais são os principais objectivos da Pastoral dos Ciganos? Que actividades e serviços são disponibilizados? Que tipo de ajuda presta aos ciganos a nível nacional?
- 4- Que tipo de projectos/iniciativas directamente relacionados com os ciganos portugueses a Pastoral dos Ciganos tem desenvolvido (em parceria ou não com a Câmara Municipal de Lisboa, e outras (Tomar) ACIDI)? Referir quais são os parceiros e domínios/áreas de colaboração.
- 5- Quais são as instituições/organizações que apoiam e trabalham em parceria com a Pastoral dos Ciganos? Qual o tipo de relação (próxima/afastada) entre essas instituições/organizações e a Pastoral dos Ciganos?
- 6- Quais as maiores dificuldades que a Pastoral dos Ciganos tem sentido ao longo deste último ano? De um modo geral tem conseguido dar resposta a todos os problemas que ocorrem?

Questões relacionadas com os ciganos portugueses: (Bloco comum)

- 7- Quais são os principais problemas sentidos pelos ciganos? Há diferenças entre o momento actual e os anos 80/90?
- 8- Os não ciganos portugueses estão mais tolerantes perante as diferenças socioculturais dos ciganos, ou antes pelo contrário, tem aumentado o estigma e o preconceito social relativamente a este grupo?
- 9- Acha que se alterou a convivência social/sociabilização entre ciganos e não ciganos em Portugal?
- 10- Que mudanças sociais, culturais e económicas aponta a nível nacional relativamente aos ciganos?

- 11- Como encara a situação da habitação dos ciganos portugueses actualmente no nosso país?
 - 12- Na sua opinião os ciganos portugueses actualmente quanto à sua mobilidade associada à itinerância e ao nomadismo, poderá de certa forma contribuir para as dificuldades no caso das crianças em irem à escola, no acesso à habitação, em poderem vir a exercer uma actividade profissional?
 - 13- De um modo geral, se pudesse caracterizar por breves palavras os ciganos portugueses, como os caracterizaria?
 - 14- Qual é a maior luta/ambição dos ciganos portugueses? (Que direitos ou até mesmo que bens costumam reivindicar, em termos de problemas que expõem mais)?
 - 15- Quais são os desafios que os ciganos portugueses poderão enfrentar nos próximos anos?
 - 16- Até 2020 todos os países da União Europeia, têm de ter bem definidas as suas políticas de inclusão/integração social dos ciganos.
- Acha que Portugal será capaz até 2020 de cumprir essas mesmas políticas inclusivas, e que as mesmas possam chegar a todos os ciganos portugueses, ou apenas a uma só parte dos ciganos?
- Se não, porquê? Quais os motivos/razões?
 - Se sim, porquê? E em que que irá alterar a situação dos ciganos portugueses? (o que acha das estratégias que já foram definidas, as organizações, as instituições)
- .

1.5 - Guião de Entrevista à Coordenadora do GACI (Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas)

Bom dia/Boa tarde, o meu nome é Mónica Sequeira, sou aluna de Mestrado em População, Sociedade e Território do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Estou a fazer um trabalho de investigação sobre os ciganos de Tomar, esta entrevista tem como objectivos compreender os projectos que têm sido desenvolvidos com os ciganos portugueses a nível nacional, desde 2007, (ano em que foi criado o GACI), e o que ainda falta fazer e melhorar, e quais as expectativas em termos de Políticas Sociais para o futuro, que promovam a inclusão social dos ciganos na sociedade portuguesa actual.

Caracterização sociográfica do entrevistado

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

Funções desempenhadas e desde quando?

Questões relacionadas com o GACI (Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas):

- 1- Quando foi fundado o GACI? Onde foi fundada? Por quem? Razões? Tipo de apoios que teve na fundação/criação?
- 2- Quem são os dirigentes? (referir e indicar quem pertence à Direcção)
- 3- Como funciona em termos administrativos o GACI? Como se organiza institucionalmente (hierarquia)?
- 4- Quais são os principais objectivos do GACI? Que actividades e serviços são disponibilizados? Que tipo de ajuda presta aos ciganos a nível nacional?
- 5- Que tipo de projectos/iniciativas directamente relacionados com os ciganos portugueses o GACI tem desenvolvido (em parceria ou não com a Câmara Municipal de Lisboa, e outras (Tomar), ACIDI)?
 - Nomeadamente o projecto Mediadores Municipais e o Programa Escolhas, entre outros.
 - Referir quais são os parceiros e domínios/áreas de colaboração.
- 6- Quais são as instituições/organizações que apoiam e trabalham em parceria com o GACI? Qual o tipo de relação (próxima/afastada) entre essas instituições/organizações e o GACI?
- 7- Quais as maiores dificuldades que o GACI tem sentido ao longo deste último ano? De um modo geral tem conseguido dar resposta a todos os problemas que ocorrem?

Questões relacionadas com os ciganos portugueses: (Bloco comum)

- 8- Quais são os principais problemas sentidos pelos ciganos?
- 9- Os não ciganos portugueses estão mais tolerantes perante as diferenças socioculturais dos ciganos, ou antes pelo contrário, tem aumentado o estigma e o preconceito social relativamente a este grupo?
- 10- Acha que se alterou a convivência social/sociabilização entre ciganos e não ciganos em Portugal?
- 11- Que mudanças sociais, culturais e económicas aponta a nível nacional relativamente aos ciganos?
- 12- Como encara a situação da habitação dos ciganos portugueses actualmente no nosso país?
- 13- Na sua opinião os ciganos portugueses actualmente quanto à sua mobilidade associada à itinerância e ao nomadismo, poderá de certa forma contribuir para as dificuldades no caso das crianças em irem à escola, no acesso à habitação, em poderem vir a exercer uma actividade profissional?
- 14- De um modo geral, se pudesse caracterizar por breves palavras os ciganos portugueses, como os caracterizaria?
- 15- Qual é a maior luta/ambiçao dos ciganos portugueses? (Que direitos ou até mesmo que bens costumam reivindicar, em termos de problemas que expõem mais)?
- 16- Quais são os desafios que os ciganos portugueses poderão enfrentar nos próximos anos?
- 17- Até 2020 todos os países da União Europeia, têm de ter bem definidas as suas políticas de inclusão/integração social dos ciganos.

Acha que Portugal será capaz até 2020 de cumprir essas mesmas políticas inclusivas, e que as mesmas possam chegar a todos os ciganos portugueses, ou apenas a uma só parte dos ciganos?

- Se não, porquê? Quais os motivos/razões?

- Se sim, porquê? E em quê que irá alterar a situação dos ciganos portugueses?

(O que acha das estratégias que já foram definidas nas 4 áreas, educação, habitação, emprego e na saúde?)

- Na sua opinião, as organizações e as instituições têm cumprido, ou regem-se por estas estratégias?

1.6 - Guião de entrevista ao investigador A - CEMME-FCSH-UNL

Bom dia/Boa tarde, o meu nome é Mónica Sequeira, sou aluna de Mestrado em População, Sociedade e Território do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Estou a fazer um trabalho de investigação sobre os ciganos de Tomar, esta entrevista tem como objectivos compreender e explorar um pouco mais sobre a História dos ciganos em Portugal e recolher mais dados científicos sobre este mesmo grupo étnico.

Caracterização sociográfica do entrevistado

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

Funções desempenhadas e desde quando?

Questões relativas aos ciganos Portugueses:

- 1- Os não ciganos portugueses estão mais tolerantes perante as diferenças socioculturais dos ciganos, ou antes pelo contrário, tem aumentado o estigma e o preconceito social relativamente a este grupo?
- 2- Acha que se alterou a convivência social/sociabilização entre ciganos e não ciganos em Portugal?
- 3- Os ciganos durante muitos anos foram rotulados como nómadas, actualmente como percebe a questão da mobilidade espacial dos ciganos portugueses?
- 4- Que razões são apontadas na sua opinião para que estes sejam vistos como ilegítimos e até mesmo como uma ameaça em determinado lugar/território?
- 5- De um modo geral a nível nacional como descreve em termos socioculturais, e económicos os portugueses ciganos?
- 6- Concorda com a estratégia nacional relativamente aos ciganos portugueses?
- 7- Quais as instituições que mais têm apoiado os ciganos?
- 8- Quais são os desafios que os ciganos portugueses poderão enfrentar nos próximos anos?
- 9- Quais os projectos com melhores resultados aplicados aos ciganos portugueses?
- 10- Se tivesse de caracterizar os ciganos portugueses em breves palavras, como os caracterizaria?
- 11- Até 2020 todos os países da União Europeia, têm de ter bem definidas as suas políticas de inclusão/integração social dos ciganos.

- Acha que Portugal será capaz até 2020 de cumprir essas mesmas políticas inclusivas, e que as mesmas possam chegar a todos os ciganos portugueses, ou apenas a uma só parte dos ciganos?

- Se não, porquê? Quais os motivos/razões?

- Se sim, porquê? E em quê que irá alterar a situação dos ciganos portugueses? (o que acha das estratégias que já foram definidas, as organizações, as instituições).

Questões relativas à investigação sobre os ciganos portugueses:

12- Enquanto investigador do CEMME-FCSH-UNL, como tem corrido os estudos acerca dos ciganos portugueses?

- Como explica a falta de informação, ou de dados quantitativos acerca dos ciganos portugueses em termos de investigação científica?

13- Recentemente participou numa publicação de um livro, em colaboração com outros investigadores, intitulado “Portugueses Ciganos e Ciganofobia em Portugal”, o que mais o impressionou neste estudo?

- Que conclusões retira deste estudo?

14- Durante longas décadas da história, os ciganos, foram marcados por um processo de perseguição, marginalização e exclusão sócio - espacial por parte dos não ciganos.

Que reflexão faz dos dias de hoje relativamente à posição/atitude dos não ciganos face aos ciganos, comparando com os inícios da sua entrada em Portugal até à actualidade?

- Acha que melhorou ou piorou a atitude dos não ciganos face aos ciganos?

15- O que se sabe e o que se desconhece ainda sobre os ciganos portugueses ao nível da investigação?

16- Na sua opinião, que motivos aponta para a falta de mais parcerias entre os *experts*?

1.7 - Guião de entrevista ao investigador B - CET/ ISCTE- UL

Bom dia/Boa tarde, o meu nome é Mónica Sequeira, sou aluna de Mestrado em População, Sociedade e Território do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Estou a fazer um trabalho de investigação sobre os ciganos de Tomar, esta entrevista tem como objectivos compreender a questão da habitação, os projectos e as iniciativas que têm sido realizadas ao longo dos anos, o que ainda falta fazer e melhorar, ao nível do realojamento dos ciganos nos bairros sociais.

Caracterização sociográfica do entrevistado

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

Funções desempenhadas e desde quando?

Questões relativas à habitação dos ciganos portugueses:

- 1- Como encara a situação da habitação dos ciganos portugueses ao longo dos tempos e actualmente no nosso país?
 - Que factores contribuem para esse situação?
 - Quais os factores que dificultam o acesso à habitação por parte dos ciganos portugueses?
- 2- Quais os projectos/iniciativas ao nível da habitação, no caso dos ciganos, que têm sido desenvolvidos ao longo dos últimos anos em Portugal?
 - Quais os seus resultados a nível nacional?
 - Exemplos de casos de realojamento dos ciganos bem-sucedidos a nível nacional
- 3- Na sua opinião quais as políticas públicas, sociais e urbanas que deveriam de ser colocadas em prática, de modo a melhorar a situação actual dos ciganos portugueses?
 - No combate à exclusão social e espacial dos ciganos
- 4- Quais são os desafios que os ciganos portugueses poderão enfrentar nos próximos anos relativamente à habitação?
- 5- Os ciganos durante muitos anos foram rotulados como nómadas, actualmente como percepciona a questão da mobilidade espacial dos ciganos portugueses?
 - 5.1- Que razões são apontadas na sua opinião para que estes sejam vistos como ilegítimos e até mesmo como uma ameaça em determinado lugar/território?
- 6- Até 2020 todos os países da União Europeia, têm de ter bem definidas as suas políticas de inclusão/integração social dos ciganos.

Acha que Portugal será capaz até 2020 de cumprir essas mesmas políticas inclusivas, e que as mesmas possam chegar a todos os ciganos portugueses, ou apenas a uma só parte dos ciganos?

 - Se não, porquê? Quais os motivos/razões?
 - Se sim, porquê? E em quê que irá alterar a situação dos ciganos portugueses?
(o que acha das estratégias que já foram definidas, as organizações, as instituições)
- 7- Os não ciganos portugueses estão mais tolerantes perante as diferenças socioculturais dos ciganos, ou antes pelo contrário, tem aumentado o estigma e o preconceito social relativamente a este grupo?
- 8 - Acha que se alterou a convivência social/sociabilização entre ciganos e não ciganos em Portugal?
- 9- De que forma a opinião da população não cigana, associada às percepções sociais e aos estereótipos relativamente aos ciganos, numa determinada localidade do país, poderá influenciar no avanço/recuo das políticas públicas de habitação direccionadas aos ciganos?
 - Terá uma forte influência na decisão da implementação dessas mesmas medidas sociais e urbanas, por parte dos autarcas, ou não?
 - Como se deve consciencializar em termos sociais uma população local não cigana, no combate a esses mesmos estereótipos e acções de discriminação social, em relação aos ciganos?
- 10- Concorda com as políticas de realojamento dos ciganos em Portugal? Sim, porquê? Não, porquê?
 - O que ainda deve ser melhorado?
 - O que ainda falta fazer?
- 11- Concorda com a estratégia nacional relativamente aos ciganos portugueses?
- 12- Quais os projectos ao nível da habitação que tiveram melhores resultados?

13- Quais as instituições que mais têm apoiado os ciganos?

Questões relativas à investigação sobre os ciganos portugueses:

14- O que se sabe e o que se desconhece ainda sobre os ciganos portugueses ao nível da investigação?

15- Quais os resultados da maior parte dos seus estudos relativamente aos ciganos quanto à habitação, e de uma maneira em geral?

16- Na sua opinião que motivos aponta para a falta de mais parcerias entre os *experts*?

Anexo 2 - Inquérito por questionário sobre os não ciganos de Tomar

Bom dia/Boa tarde, o meu nome é Mónica Sequeira, sou aluna de Mestrado em População, Sociedade e Território do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Estou a fazer um trabalho de investigação sobre os ciganos de Tomar, e pretendo com a realização deste inquérito compreender melhor o tipo de relacionamento que existe entre a população não cigana e os ciganos da cidade de Tomar.

Os dados e as informações obtidas serão considerados rigorosamente confidenciais e é garantido o seu anonimato, destinando-se exclusivamente a trabalho científico de carácter académico.

I- Caracterização sociográfica dos não ciganos de Tomar

1) Idade: _____

2) Sexo:

Masculino ☐

Feminino ☐

3) Naturalidade _____

Freguesia _____ Concelho _____

4) Qual é o seu estado civil? (*escolha múltipla, no caso do casado*)

Solteiro-----

Casado pelo civil.....

Casado pelo religioso.....

Divorciado-----

Separado-----

Viúvo-----

5) Grau de escolaridade que completou?

- 1º Ciclo: 1ºano 2º ano 3º ano 4º ano

- 2º Ciclo: 5º ano 6ºano

- 3º ciclo: 7º ano 8º ano 9º ano

- Ensino Secundário: 10ºano 11ºano 12ºano

- Ensino Superior: Licenciatura Mestrado Doutoramento

6) Há quanto tempo vive em Tomar? _____

7) Situação Laboral

7.1- Tem trabalho? S ____ ; N ____

O que faz? _____ Onde? _____

7.2- Estudante ____ Doméstica ____ Reformado ____ Desempregado ____
Outro _____ Qual? _____

II- Relações de sociabilidade

8) Como se dá com os ciganos? (De 1 a 5, sendo 1 muito mal e 5 muito bem)

1 ____ 2 ____ 3 ____ 4 ____ 5 ____

9) Com que frequência costuma conviver/socializar com a população cigana?

Frequentemente Às vezes Raramente Nunca

9.1) Tem amigos ciganos? (*Em caso negativo passar à questão 10*)

Sim ☐

Não ☐

9.2) Onde costuma normalmente conviver/socializar com os ciganos?

Feira ____ Café ____ Na rua ____ Espaços Públicos ____
Outro local ____ Onde? _____

9.3) Que tipo de assuntos conversa com os ciganos de Tomar?

Política geral do país ____ Desporto ____ Problemas da cidade ____
Problemas Sociais e ambientais ____ Religião ____
Outro ____ Qual? _____

10) Como evoluiu nos últimos 10 anos:

	Piorou	Manteve-se inalterada	Melhorou
A atitude/aceitação por parte dos não - ciganos para com os ciganos de Tomar?			
A atitude/aceitação por parte das instituições públicas, dão mais apoios aos ciganos de Tomar?			
Perda de rendimentos e o maior controlo, por parte da polícia da actividade profissional - nas feiras, mercado, e outras actividades profissionais dos ciganos de Tomar?			
A convivência entre não ciganos e ciganos de Tomar?			
A integração social dos ciganos de Tomar?			
A exclusão social dos ciganos de Tomar?			
As condições de habitação dos ciganos de Tomar?			

11) Já alguma vez não foi bem tratado ou foi tratado de forma discriminatória por um cigano na cidade de Tomar?

Sim ☐

Não ☐

Descreva a situação:

12) Que tipo de diferenças são mais notórias entre ciganos e não ciganos (*resposta múltipla*):

- Modos de vestir-----
- Religião-----
- Língua-----
- Valores e práticas culturais-----
- Actividade profissional-----
- Modo de socializar/interagir-----
- Outra Qual?_____

12.1) Quais destes factores (escolhidos na questão 12) dificultam mais a relação entre ciganos e não ciganos?

12.2) Já houve algum conflito de vizinhança explícito na cidade de Tomar envolvendo ciganos e não ciganos?

Sim ☐

Não ☐

Quando? _____

Motivos? _____

13) Seria capaz de viver no mesmo prédio, tendo como vizinhos os ciganos?

Sim ☐

Não ☐

13.1) Porquê? (*Em caso negativo*)

III- Percepções/ Retratos Sociais

14) Como avalia a forma como vivem os ciganos no acampamento do Flecheiro (*resposta múltipla*)

- Vivem muito mal, não têm condições dignas de habitação e de vida
- Vivem bem, têm bons níveis de rendimento e boas condições de vida
- Vivem ali por opção
- Vivem ali, porque não há outro local que os possa acolher
- Vivem separados dos não ciganos porque estes não os querem por perto
- Vivem isolados do resto da cidade, porque não existem entidades capazes de resolver a situação em que os ciganos se encontram

15) Enuncie dois aspectos positivos e dois aspectos negativos dos ciganos de Tomar:

15.1) Aspectos positivos;

15.2) Aspectos negativos;

Anexo 3 - Inquérito por questionário sobre os ciganos do Acampamento do Flecheiro, em Tomar

Bom dia/Boa tarde, o meu nome é Mónica Sequeira, sou aluna de Mestrado em População, Sociedade e Território do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Estou a fazer um trabalho de investigação sobre os ciganos de Tomar, e pretendo com a realização deste inquérito a obtenção de alguns dados quantitativos relativos aos ciganos, compreender a sua integração na cidade, bem como o tipo de relacionamento que existe entre a população cigana e não cigana da cidade de Tomar. Os dados e as informações obtidas serão considerados rigorosamente confidenciais e é garantido o seu anonimato, destinando-se exclusivamente a trabalho científico de carácter académico.

I- Caracterização sociográfica dos Ciganos de Tomar

1) Idade: _____

2) Sexo:

3) Masculino ☐

Feminino

☐

4) Naturalidade _____

Freguesia _____ Concelho _____

5) Qual é o seu estado civil? (*escolha múltipla, no caso do casado*)

Solteiro-----

Casado pela “lei cigana”-----

Casado pelo civil.....

Casado pelo religioso.....

Divorciado-----

Separado-----

Viúvo-----

6) Grau de escolaridade que completou?

- 1º Ciclo: 1ºano 2º ano 3º ano 4º ano

- 2º Ciclo: 5º ano 6ºano

- 3º ciclo: 7º ano 8º ano 9º ano

- Ensino Secundário 10ºano 11ºano 12ºano

- Ensino Superior: Licenciatura Mestrado Doutoramento

7) Há quanto tempo vive em Tomar? _____

8) Situação Laboral

7.1-Tem trabalho? S ___ ; N ___ O que faz? _____ Onde? _____

7.2- Estudante Doméstica Reformado Desempregado

Outro

Qual? _____

7.3-Desde quando? _____

7.4- Tem procurado trabalho? S ___ ; N ___

7.5- Está inscrito no centro de emprego? S ___ ; N ___

7.6-Recebe algum tipo de apoio social? S ___ ; N ___

Apoios alimentares

Apoio Social Escolar

Outro (s) Apoio (s)

Qual? _____

9) Com quem vive na actualidade?

Parentesco	Idade	Género	Profissão	Escolaridade

II- Condições de habitação:

- 10) Água canalizada: S ___ ; N ___
 Electricidade: S ___ ; N ___
 Tem saneamento: S ___ ; N ___

11) Que equipamentos dispõe?

TV: S ___ ; N ___ Com cabo Sem cabo
 Automóvel/ Carrinha: S ___ ; N ___
 Telemóvel: S ___ ; N ___

12) Tempo de residência no acampamento:_____

- 11.1) Antes de vir para aqui, onde é que vivia? _____
 11.2) Em que tipo de habitação vivia:
 11.2.1- Apartamento-----
 11.2.2- Moradia-----
 11.2.3- Barraca-----
 11.2.4- Parte de casa-----
 11.2.5- Pensão/Hotel-----
 11.2.6- Outra----- Qual? _____

12) Quantas divisões tem a sua casa? _____

13) O que faz mais falta neste acampamento? _____

III- Acessibilidade /Mobilidade**14) Que tipos de transporte utiliza mais para se deslocar na cidade?**
(resposta múltipla)

Autocarro Carro Táxi A pé Outro: _____

14.1) Na sua opinião há transportes públicos suficientes que param aqui perto do acampamento?

Sim ☐

Não ☐

Quais? _____

Onde é a paragem? _____

15) Quais são os principais problemas dos ciganos aqui no acampamento do Flecheiro?

16) Que tipo de serviços/espços públicos frequenta regularmente em Tomar?
(resposta múltipla)

Cafés	Jardins/Parques	Centro de Saúde/Hospital
Supermercado	Centros recreativos	Escolas
Farmácias	Mercado Municipal	
Outros	Quais? _____	

IV- Relações de sociabilidade

17) Como se dá com os seus vizinhos? (De 1 a 5, sendo 1 muito mal e 5 muito bem)

1 2 3 4 5

18) Tem amigos entre os seus vizinhos?

S ____ ; N ____

19) Quem são os seus principais amigos? Onde residem? _____

Familiares ____ Outros ciganos ____ Vizinhos não ciganos ____

19.1) Tem amigos não ciganos? S ____ ; N ____

19.2) Quem são?

Colegas da escola ____

Colegas do trabalho ____

Outro ____

Qual? _____

19.3) Onde residem? Dentro do acampamento Fora de Tomar

Outro local _____

Qual? _____

20) Faz parte de alguma associação ou colectividade?

Sim ☐

Não ☐

20.1) Se sim, indique qual a sua ligação: Sócio ____ Utente ____ Dirigente ____

Outro ____ Qual? _____

21) Com que frequência costuma conviver/socializar com as pessoas não ciganas?

Frequentemente

Às vezes

Raramente

Nunca

Onde? _____

22) Como evoluiu nos últimos 10 anos em Tomar:

	Piorou	Manteve-se inalterada	Melhorou
A atitude/aceitação por parte dos não - ciganos para com os ciganos?			
A atitude/aceitação por parte das instituições públicas, da parte da Câmara, ACIDI?			
Perda de rendimentos e de controlo na actividade profissional - nas feiras, no mercado, e outras actividades profissionais?			
A convivência entre ciganos e não ciganos?			
A integração social dos ciganos?			
A exclusão social (sente-se à parte/isolado) dos ciganos?			
As condições de habitação dos ciganos?			

23) Participa em festas ou comemorações na cidade?Sim ☐

Quais?: _____

Não

☐**23.1) Se não, indique as razões:**

24) Onde passa a maior parte do seu dia-a-dia?

- Em casa

- Na rua?

- No acampamento?

- Na cidade

Onde? _____

- Outro local

Onde? _____

V- Percepções/ Retratos Sociais**25) Já alguma vez não foi bem tratado ou foi tratado de forma discriminatória (sentiu-se prejudicado), por um não cigano na cidade de Tomar?**Sim ☐

Não

☐**25.1) Descreva a situação:**

26) O que acha que a população não cigana de Tomar pensa acerca da vossa etnia?

Tabela 1- Leis, regulamentos e decisões administrativas aplicadas aos ciganos portugueses

DATA	REINADO	PENAS
1526 Alvará de 13 de Março	D. João III	«que não entrem ciganos no reino e saíam os que nele estiverem»
1538 Lei XXIV		«sejam presos e publicamente açoitados , com baraço e pregão» «à [2ª vez]» outra vez açoitado publicamente ... e perderá todo o móvel que tiver »
1557 Lei de 17 de Agosto		Acrescenta a pena das galés
1573 Alvará de 14 de Março	D. Sebastião	Novo prazo de 30 dias para que saíam; senão, açoites às mulheres, galés aos homens; declara caducas as licenças de permanência anteriormente concedidas
1574 Despacho sobre requerimento		Comutação de 5 anos nas galés por cinco anos no Brasil (a pedido do próprio)
1579 Alvará de 11 de Abril	Cardenal D. Henrique	Concede novas licenças aos que «vivem bem e que trabalham e não são prejudiciais!», os nómadas, «que saíam do Reino dentro de trinta dias» ou sejam «açoitados publicamente e degredados para sempre para as galés »
1592 Lei de 28 de Agosto	D. Filipe I	Dentro de 4 meses, se andassem em ranchos ou quadrilhas: executar com pena de morte , «sem apelação nem agravo»
1603 Ordenações Filipinas	D. Filipe II	«que não entrem no Reino Ciganos, Arménios, Arábios, Persas nem Mouriscos de Granada»
1606 e 1608 (Alvarás) 1613 e 1614 (Leis)		« não sejam passadas cartas de vizinhança » (condena às galés por 3, 6 ou 10 anos; exclui a pena de morte)

Fonte: José Gabriel Pereira Bastos, (2007: 37)

1646 Parecer do Procurador da Coroa sobre petição da viúva de Jerónimo da Costa	D. João IV	«mulher e filhos sejam havidos como naturais do reino» «seja feito cavaleiro fidalgo» «descendentes não tenham ofício mecânico» e «sirvam como soldados»
1647 Alvará de 24 de Outubro		Manda fixar residência a dez presos velhos, mulheres e filhos de gitanos; proíbe falar «geringonça», usar trajes de ciganos e ler a sina; (penas: galés para os homens; degredo em Angola ou Cabo Verde, sem os filhos , para as mulheres). Manda retirar os filhos aos ciganos a partir dos 9 anos de idade ^{II} .
1649 Alvará de 5 de Fevereiro		Propõe-se « extinguir este nome e modo de gente vadia de ciganos », «desterrar de todo o modo de vida e memória deste gente vadia, sem assento, nem forro, nem paróquia, nem ofício mais que os latrocínios de que vivem»; « seriam embarcados e levados para servirem de conquistas, divididos » «excepto os que actualmente assistem nas fronteiras e não andam na companhia dos outros (cerca de 250, premiados) ^{III} »
1686 Resolução de 10 de Junho	D. Pedro II	«vindos de Castela, sejam exterminados »; «filhos e netos de portugueses, tenham domicílio certo» ou serão «enviados para o Maranhão» (Brasil)
1694 Provisão ao Corregedor da Comarca de Elvas		«todos os ciganos nascidos neste reino que não tomarem gêneros de vida de que possam sustentar-se, que dentro de dois meses, saiam deste reino, com pena de morte , (...) do mesmo modo que tenho resolvido com os ciganos castelhanos que entraram neste reino»
1708 Decreto	D. João V	Proíbe o nomadismo, o traje, a língua, negócios de bestas e outras imposturas (ler a sina), sob pena de açoites e degredo por 10 anos (galés, para os homens, o Brasil, para as mulheres)
1718 Decreto de 28 de Fevereiro		Manda enviar para as Conquistas – Índia, Angola, S. Tomé, Cabo Verde, etc. – os muitos presos ciganos no Limoeiro
1745 Lei de 17 de Julho		Nova lei de expulsão dos ciganos, devido «ao descuido que tem havido» na execução das anteriores

Fonte: José Gabriel Pereira Bastos, (2007: 38)

1754 Carta do Governador de Angola, Álvares da Cunha	D. José I	Pede que lhe enviem muitos ciganos, com suas mulheres, porque são os que melhor resistem ao clima e não tinham provado mal nos seus procedimentos
1756 Aviso de 15 de Maio		Condenados a servirem nas obras públicas de reconstrução de Lisboa
1800 Ordem de Pina Manique para o Corregedor de Elvas	D. Maria I	« Prendam os que andam vagos pelo reino » « os filhos de um, e de outro sexo sejam transportados para a Casa Pia de Lisboa e instruídos »
1848 Portaria	D. Maria II	Exige aos bandos de ciganos o uso de passaporte , para poderem transitar pelo reino
1920 Regulamento da GNR	1ª República	O capítulo sobre «Ciganos» prescreve uma «severa vigilância», dados os «seus frequentes actos de pilhagem»
1980 Conselho da Revolução	2ª República	Declara inconstitucionais as normas anteriores
1985 Regulamento da GNR		Determina uma especial vigilância sobre os «nómadas» (Artº 81º)
1989 Acórdão de 28 de Junho		O Tribunal Constitucional considera não-inconstitucional o Artº 81º do Regulamento da GNR atrás mencionado ^{IV} .
1993 (10 de Maio)		A Câmara Municipal de Ponte de Lima ordena «aos indivíduos de etnia cigana» «que abandonassem o Concelho no prazo de oito dias e que de futuro apenas permanecessem 48 horas » (impedido por reacção do Procurador da República e do Provedor da Justiça)
2003 (Julho)		A Câmara Municipal de Faro decidiu que não serão aceites no Concelho, ou que o terão de abandonar , as populações nómadas, particularmente os ciganos, que praticarem roubos ou desacatos. Desta decisão foi mandado afixar Edital nos locais públicos.

Fonte: José Gabriel Pereira Bastos, (2007: 39)